



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO/DOUTORADO PROFISSIONAL**

MAYARA VANESSA DA SILVA FERREIRA

LIBERDADE QUER DIZER TERRA: A questão agrário-camponesa nas décadas de 1950 e 60 a partir do jornal *Liga* e o Ensino de História

**São Luís
2025**

MAYARA VANESSA DA SILVA FERREIRA

LIBERDADE QUER DIZER TERRA: A questão agrário-campesina nas décadas de 1950 e 60 a partir do jornal *Liga* e o Ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado e Doutorado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador/a: Prof(a). Dr(a). Marcia Milena Galdez Ferreira

Linha de Pesquisa: Memórias e Saberes históricos

São Luís
2025

FICHA CALATOGRÁFICA DA BILBIOTECA SETORIAL DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Ferreira, Mayara Vanessa da Silva.

Liberdade quer dizer terra : a questão agrário-campesina nas décadas de 1950 e 60 a partir do jornal Liga e o ensino de história / Mayara Vanessa da Silva Ferreira. – São Luís, 2025.

125f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira.

1. Ensino de História. 2. Ligas Campesinas. 3. Cultura Política. 4. Questão Agrário-campesina. 5. Revolução Brasileira. I.Título.

CDU 37.016:332.2.021.8(81)“1950/1960”

MAYARA VANESSA DA SILVA FERREIRA

LIBERDADE QUER DIZER TERRA: A questão agrário-campesina nas décadas de 1950 e 60 a partir do jornal *Liga* e o Ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História - Mestrado e Doutorado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA
 Data: 25/04/2025 09:43:19-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Marcia Milena Galdez Ferreira (orientador/a)

(PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente
 PABLO FRANCISCO DE ANDRADE PORFIRIO
 Data: 05/05/2025 18:08:50-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Dr.(a). Pablo Francisco de Andrade Porfirio (Examinador/a Externo)

(PPGH/UFPE)

Documento assinado digitalmente
 MARCELO CHECHE GALVES
 Data: 25/04/2025 14:11:09-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Marcelo Cheche Galves (Examinador/a Interno)

(PPGHIST/UEMA)

Prof(a). Dr(a) Raissa Gabrielle Vieira Cirino (Suplente)
 (PPGHIST/UEMA)

RESUMO

O presente texto dissertativo tem por objetivo analisar o periódico *Liga*, jornal de orientação política de esquerda e porta-voz das Ligas Camponesas. O jornal é uma expressão concentrada da inédita efervescência política e ascensão das lutas populares que caracterizaram o Brasil entre os anos de 1947 a 1964, por meio do periódico conseguimos compreender as aspirações, sonhos, ideais, valores e crenças que o *Liga* quis mobilizar na sociedade brasileira da década de 1960, além disso, identificamos os ideários das esquerdas pré-1964, suas disputas internas e como se relacionaram com o Governo João Goulart em torno das reformas de base. O jornal *Liga* estava inserido dentro de uma cultura política, que trazia consigo projetos políticos que visavam modificar radicalmente a estrutura da sociedade brasileira. Nossa pesquisa com o jornal teve como norte três eixos: 1) a presença de determinados conceitos ou categorias; 2) frequência com que aparecem determinados conceitos ou categorias; 3) estudo da tendência editorial do jornal. O presente trabalho também teve como objetivo fazer uma análise de livros didáticos de História do 9º ano do Ensino Fundamental. Nosso interesse foi de entender como o conteúdo sobre as Ligas Camponesas estava disposto nos livros didáticos, problematizar a narrativa sobre o populismo ainda presente nos livros didáticos de História e questionar qual espaço estava reservado às mobilizações camponesas dentro da história política do Brasil. Por fim, tivemos como proposta a elaboração de um paradidático, uma cartilha intitulada *Cartilha das Ligas Camponesas*, em que buscamos fazer uma reconstituição mais fiel da experiência democrática que o Brasil viveu às vésperas golpe militar de 1964.

Palavras-chave: Ensino de História; Direito à terra; Memória e saberes históricos; Ligas Camponesas; Cultura política.

ABSTRACT

This dissertative text aims to analyze the newspaper *Liga*, a left-wing political newspaper and spokesperson for the Peasant Leagues. The newspaper is a concentrated expression of the unprecedented political effervescence and rise of popular struggles that characterized Brazil between 1947 and 1964. Through the periodical we are able to understand the aspirations, dreams, ideals, values and beliefs that the *Liga* wanted to mobilize in Brazilian society in the 1960s. In addition, we identify the ideologies of the pre-1964 left, their internal disputes and how they related to the João Goulart Government around basic reforms. The newspaper *Liga* was part of a political culture that brought with it political projects that aimed to radically change the structure of Brazilian society. Our research with the newspaper was guided by three axes: 1) the presence of certain concepts or categories; 2) the frequency with which certain concepts or categories appear; 3) a study of the newspaper's editorial trends. This work also aimed to analyze History textbooks for the 9th grade of Elementary School. Our interest is to understand how the content on the Peasant Leagues was arranged in the textbooks, to problematize the narrative on populism still present in History textbooks and to question what space is reserved for peasant mobilizations within the political history of Brazil. Finally, we proposed the creation of a supplementary textbook, a booklet entitled *Cartilha das Ligas Camponezas*, in which we sought to make a more faithful reconstruction of the democratic experience that Brazil lived before the military coup of 1964.

Keywords: History Teaching; Land Rights; Memory and historical knowledge; Peasant Leagues; Political Culture.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADEP: Associação Democrática Popular

CAMDE: Campanha da Mulher Democrática

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

FALN: Forças Armadas de Libertação Nacional da Venezuela

FAUR: Fraterna Amizade Urbana e Rural

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JK: Juscelino Kubitschek

LCP: Liga dos Camponeses Pobres

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

P.C.B: Partido Comunista Brasileiro

PNLD: Programa Nacional do Livro Didático

PSD: Partido Social Democrático

PTB: o Partido Trabalhista Brasileiro

SAPP: Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

SAVA: Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

SEMTA: Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia

SRB: Sociedade Rural Brasileira

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UCF: União Cívica Feminina

ULTAB: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNE: União Nacional dos Estudantes

USAID: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1: DA LUTA PELA TERRA À REFORMA AGRÁRIA.....	30
1.1 DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA: O GOVERNO JK (1956-1961).....	38
1.1.1 O GOVERNO JK: INDUSTRIAL OU RURALISTA?	39
1.2 AS LIGAS CAMPONESAS	47
1.2.1 PCB VERSUS LIGAS CAMPONESAS.....	53
2: JORNAL <i>LIGA</i>: O BRASIL PRÉ-GOLPE MILITAR DE 1964	56
2.1 ASPECTOS GERAIS DO JORNAL <i>LIGA</i>	58
2.2 O <i>LIGA</i> : ANÁLISE DE DISCURSO E CULTURA POLÍTICA.....	62
2.2.1 O <i>LIGA</i> : O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964) NAS PÁGINAS DO JORNAL.....	63
2.2.2 A QUESTÃO AGRÁRIO-CAMPONESA NO DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DO JORNAL <i>LIGA</i>	66
3: MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA	90
3.1 A NARRATIVA SOBRE O POPULISMO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA	92
3.2 ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS LIGAS CAMPONESAS (1955-1964).....	104
3.3 O PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117

Que há sol nascente avermelhando o céu
escuro
Chamando os homens pro seu tempo de
viver
E que as crianças cantem livres sobre os
muros
E ensinem sonho ao que não pode amar
sem dor
E que o passado abra os presentes pro
futuro
Que não dormiu e preparou o amanhecer
(Taiguara)

INTRODUÇÃO

Na cena final do documentário *Cabra Marcado para Morrer*¹, Elizabeth Teixeira² diz que “a mesma necessidade de 1964 está plantada [...] enquanto se diz que tem fome e salário de miséria, o povo tem que lutar”. Antes do golpe militar de 1964, o Brasil vivia um momento inédito em sua história de crescente efervescência política. O país fervia em lutas populares: as discussões em torno das reformas de base borbulhavam dentro de movimentos sociais (estudantis, sindicais e camponeses).

A discussão sobre reforma agrária, particularmente, ganha força, saindo dos debates parlamentares e se mostrando na sociedade brasileira com intensas manifestações de seus interessados diretos: os camponeses.

As reformas de base eram um conjunto de medidas que visavam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país por meio de amplas reformas, entre elas estavam: a reforma administrativa, reforma tributária, universitária e a reforma agrária com vistas a desenvolver a economia do país levando em conta a justiça social. O debate sobre *revolução brasileira* estava na ordem do dia entre as esquerdas da época. O Brasil pré-1964, portanto, foi marcado por muitas experiências democráticas que visavam ampliar a participação popular.

A questão agrário-camponesa é a maior questão democrática pendente no país, a concentração de terras e a violência no campo ainda assolam a vida do povo brasileiro e é nesse sentido que a afirmação de Elizabeth Teixeira está correta. O golpe militar de 1964 sufocou essas experiências e a possibilidade de um país diferente do que temos, por isso, “a necessidade” ainda está presente. A nossa pesquisa conta uma parte dessa história.

Ainda que não tivesse a intenção de confirmar a justeza da afirmação de Elizabeth Teixeira, em março de 2024, o General de Exército Maynard Rosa fez um discurso entre os seus pares no Clube Militar, em que exalta o Golpe Militar de 1964. Nessa ocasião, o general aponta os motivos para a necessidade do golpe e entre os quais estão as Ligas Camponesas:

¹ Documentário do cineasta brasileiro Eduardo Coutinho, lançado em 1984. O documentário aborda a vida e morte **de** João Pedro Teixeira e as memórias que os camponeses guardam das Ligas Camponesas da década de 1950. As filmagens são interrompidas pelo Golpe Militar de 1964 e dezessete anos depois, o diretor retoma o projeto e procura a líder camponesa Elizabeth Teixeira e outros participantes do filme para filmar um novo roteiro.

² Destacada dirigente camponesa e viúva de João Pedro Teixeira, fundador e líder das Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba.

No final de 1963, a desarmonia imperava entre os poderes da República. Na cúpula do Estado, o clamor do presidente por reformas “na lei ou na marra” pressionava o Congresso, sincronizado com pressões de base sindicais e estudantis. Nas cidades, um estado permanente de greve paralisava a atividade produtiva. E, no campo, os proprietários rurais começavam a se armar, alarmados com a ameaça de invasão pelas Ligas Camponesas. O fracasso do Plano Trienal do ministro Celso Furtado tinha feito a inflação anual superar os 80%. (Rosa, 2024)

Esta pesquisa busca situar as mobilizações das Ligas Camponesas como parte importante da história política do nosso país e fator de principal conflito nos anos antecedentes ao golpe.

A mobilização política dos trabalhadores rurais era protagonista naquele cenário e, apesar disso, uma parcela dos estudos que analisou o golpe de 1964 e aquele momento político tenderam a situar as Ligas Camponesas e seus personagens como simples coadjuvantes (Porfirio, 2020, p. 80).

Aspectos metodológicos na pesquisa com o jornal *Liga*

A imprensa não informa a História. Transformar um jornal em fonte e objeto histórico é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador. Não se preocupar com os métodos aplicados para a pesquisa, utilizando a imprensa, significa utilizá-la apenas para ilustrar fatos, o que empobrece não só a pesquisa, mas as valiosas contribuições que o trabalho com imprensa pode proporcionar.

Krilow (2019) chama atenção para a reflexão de que é mais interessante e válido compreender o texto jornalístico como um discurso sobre o social e “partir dessa perspectiva, identificar quais elementos, conceitos, ideias são mobilizadas, que visões de mundo podem ser identificadas, o que tal discurso pode dizer sobre a sociedade em que foi produzido.” (Krilow, 2019, p. 14).

Os autores Cruz e Peixoto (2007) nos alertam sobre as etapas gerais de análise dos jornais que passam pelo **a)** projeto gráfico editorial: volta-se para a organização e distribuição de conteúdo nas diversas partes e seções no interior do periódico; **b)** projeto editorial: detêm- se no conteúdo mais propriamente, as movimentações e posicionamentos políticos do periódico e **c)** produção e distribuição: compreender as condições técnicas de produção e impressão, bem como o processo de espaços de circulação e tiragem dos jornais.

A nossa investigação das edições encontradas do periódico *Liga* vai ser por

assuntos/temas/conceitos específicos. Krilow (2019) argumenta que nesse caso a busca é mais livre, no sentido de não ser centrada em datas, mas sim no assunto e no recorte temporal da pesquisa. Portanto, levando em consideração os aportes metodológicos apontados por Zicman (1985), esses serão os elementos de codificação do jornal *Liga*:

- a. Presença ou ausência: de determinados conceitos ou categorias;
- b. Frequência com que aparecem determinados temas e conceitos;
- c. Estudo da tendência de um jornal;

Os conceitos e temas presentes no *Liga* que serão trabalhados neste capítulo são o de *camponês*, *reforma agrária* (do ponto de vista da época e, particularmente, de como o jornal o aciona) e, por último, dois conceitos que estão diretamente ligados: *semifeudalidade* (ou restos feudais) e *revolução brasileira*.

Dessa forma, conseguiremos fazer uma reconstituição das lutas políticas e sociais da época e de interpretações historiográficas, categorias e conceitos por ela açãoados, através da imprensa, “os vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade” (Capelato, 1988, p. 34).

O jornal surge no governo João Goulart, portanto, também tivemos a oportunidade de compreender melhor o papel que as esquerdas exerceram nesse período de radicalização crescente da sociedade brasileira. Nesse sentido, utilizamos a imprensa não somente como fonte, mas, também, como objeto de estudo.

Em circulação desde outubro de 1962, foi fechado em março de 1964: “Todos os veículos do campo popular, a maioria defensores das *reformas de base*, fecharam. Muitos de seus editores tiveram que se exilar” (Kucinski, 2001, p. 21). Também foram censurados, entre outros, *O semanário*, periódico de orientação nacionalista, e o *Panfleto*, jornal brizolista.

O estudo da imprensa como objeto de pesquisa histórica ganha espaço na década de 1970 no Brasil, Tania Regina de Luca (2008) escreve que a tese de Arnaldo Contier, *Imprensa e Ideologia em São Paulo* (1973) já indicava para isso, ao analisar as pugnas entre a ideologia dominante em um momento de intensa disputa política que marca o fim do Primeiro Reinado e o início do período regencial.

Contier se valeu da Línguística para estudar o vocabulário político-social presentes nos jornais da época. Seguindo o mesmo caminho, esta pesquisa se vale dos

estudos do linguista britânico Norman Fairclough, precisamente o seu método de análise do discurso com a intenção de compreender o discurso e, também, sua proposta de intervenção política na realidade, a partir do vocabulário presente nas páginas do periódico.

Nos anos 1950 e 1960 houve um desenvolvimento dos estudos sobre a Linguística que possibilitou a ampliação do campo da análise temática e análise do discurso e influenciou outras disciplinas como a Sociologia, a Psicologia e a própria História (Zicman, 1985). Tal influência permitiu uma mudança positiva na relação entre História e Imprensa, Tânia Regina de Luca (2008) destaca a importância das áreas de investigação da Linguística no estudo do vocabulário político-social presente em determinados periódicos.

Na mesma linha argumentativa de Renée Zicman (1985), a historiadora Letícia Krilow escreve que até a década de 1970 existia bastante relutância em utilizar a Imprensa como fonte e objeto na pesquisa em História, “assim, os poucos trabalhos que se dedicavam à análise da imprensa, se limitavam a fazer uma “história da imprensa” (Krilow, 2019, p. 2). A relutância em utilizar a Imprensa deve-se ao conservadorismo ligado a uma historiografia obcecada pela verdade imparcial dos fatos, enquanto a Imprensa, por outro lado, estava marcada pela parcialidade dos acontecimentos.

Podemos destacar dois grandes campos nos estudos de História e Imprensa: História da Imprensa - reconstrução e evolução histórica da imprensa; e História através da Imprensa - Imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica (Zicman, 1985). A nossa pesquisa trata do segundo campo, o jornal como fonte histórica para o estudo de diversas temáticas dentro do campo da História, mais precisamente, na análise do discurso do *Liga* que nos revele as disputas, debates, campanhas e intervenções políticas nas quais o jornal se envolveu para compreender os anos imediatamente anteriores ao golpe militar de 31 de março de 1964.

Nesse sentido, concordamos com Tânia Regina de Luca (2008) ao afirmar que o jornal pode ser instrumento de manipulação e intervenção na vida social, não apenas um receptáculo de informações/notícias. O jornal *Liga* participou ativamente do intenso debate que ocorria nas décadas de 1960 sobre as reformas de base, particularmente, a reforma agrária. Ele é, portanto, uma expressão concentrada da efervescência política e da intensa mobilização popular que o Brasil vivia pré-1964.

Antes de tudo, devemos nos atentar aos problemas metodológicos que ocorrem

com aqueles que se aventuram a estudar Imprensa e escrita histórica, particularmente, a análise dos discursos da Imprensa, como é o caso da nossa pesquisa. Para tal objetivo, utilizaremos os estudos de Elmir (1995), Cruz e Peixoto (2007) e Karawejczyk (2010). O artigo de Cruz e Peixoto (2007) problematiza usos correntes que historiadores fazem da Imprensa como fonte de pesquisa e propõe avançar na discussão de um repertório de procedimentos teórico- metodológicos para o seu tratamento.

Os autores condenam a ausência da crítica histórica do uso da Imprensa, especificamente ao procedimento teórico e metodológico, pois há uma tendência a vê-la como mera fonte de informação: “manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” são alguns dos qualificativos sobre a utilidade da Imprensa para a pesquisa histórica que se espalham pelos trabalhos e que, de certo modo, têm contribuído para naturalizar certas formas de uso.” (Cruz e Peixoto, p.256, 2007).

É no bojo da mesma crítica que Elmir (1995) escreve que o jornal não deve ser lido como dado ou uma abstração da realidade, “a imprensa não informa a História, simplesmente. Se fosse assim, a história enquanto campo de investigação precisaria apenas se apropriar dos dados fornecidos pelo jornal.” (Elmir, p. 21, 1995). Para evitar tal erro, o autor é categórico em afirmar que a pesquisa com Imprensa deve ser acompanhada de outras pesquisas e fontes diversas, nunca a única fonte da pesquisa em História.

A Imprensa pode ser fonte confirmadora de análise se associada com outros tipos de documentação e pesquisa até para inserir o nosso objeto de pesquisa dentro de um quadro maior. Nesse sentido, Karawejczyk escreve sobre “uma nova percepção de métodos para o tratamento das fontes históricas, acentuando a interdisciplinaridade e o uso de conceitos de outras disciplinas, tais como a linguística, a psicanálise, a antropologia e a sociologia, por exemplo.” (Karawejczyk, p. 135, 2010).

A autora chama atenção para a forma descuidada de muitos trabalhos com jornais que apenas os utilizam para apresentar um fato ou notícia sem a preocupação em definir a metodologia que será aplicada nas pesquisas. No que interessa à análise do discurso da Imprensa, Renée Zicman afirma o seguinte:

A Imprensa como um todo constitui uma realidade específica com formas próprias e podemos dizer que a informação é fornecida aos leitores através

de uma escrita própria, a escrita de artigos, manchetes, notícias e etc - que chamamos de “escrita de Imprensa.” Há uma linguagem específica da Imprensa produzida pelo sistema global de informação, correspondente às diversas funções do jornalismo e ligado ao próprio modo de produção jornalístico. Ela é composta por três elementos principais: a expressão escrita (manchetes, textos...), a expressão icônica (fotos, desenhos...) e a composição do jornal (distribuição dos artigos e colunas pelas páginas do jornal). (Zicman, p. 91, 1985).

Para o autor, na análise do discurso da Imprensa deve-se, portanto, levar em consideração a dupla natureza do jornal, que é a sua forma e seu conteúdo atuando de forma interdependente. Para os fins de nossa pesquisa – que tem como objetivo a análise do discurso do jornal *Liga* – dos três elementos principais da linguagem específica da Imprensa, nos interessa a *expressão escrita* (manchetes, textos, editoriais, colunas).

Procuramos compreender o periódico dentro do campo de lutas sociais no qual se constitui e atua; o historiador precisa atentar-se para a intencionalidade histórica do jornal. A História não é o estudo do passado, pois a priori, o passado não informa. O historiador tem os fatos históricos como ofício, os fatos estão no passado, no entanto, como escreveu Edward Carr (1982), “nem todos os fatos sobre o passado são fatos históricos, ou tratados como tal pelo historiador.” ou seja, os fatos existem, mas para terem caráter histórico, é preciso do papel ativo do historiador que o interpreta e lhe dá significado.

Nesse sentido, os “fatos jornalísticos” não existem como algo dado, neutro e objetivo. Os jornais são suporte de uma prática social, que cabe ao historiador desvendar, analisar ou reconstruir. Para a nossa melhor compreensão da Imprensa como uma linguagem constitutiva do social, além de Cruz e Peixoto (2007), utilizaremos as reflexões de Karawejczyk (2010) de Capelato (1988) nesse segundo momento da discussão sobre a Imprensa na escrita da História. De início, destaco um trecho importante do artigo do Cruz e Peixoto (2007):

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a Imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas (Cruz; Peixoto, p. 257, 2007).

Os autores estão refletindo a Imprensa como força ativa na sociedade moderna,

através dela podemos articular presente e passado e possibilidades de futuro. Podemos citar exemplos da Imprensa como força ativa e atuante na sociedade, além de cumprir a função mais imediata de construção da opinião pública, tais como mobilizar para ação, projetos, valores e ideias.

Nesse sentido, também concorda a historiadora Maria Helena Capelato, em seus estudos sobre Imprensa e História no Brasil, ao escrever que os discursos expressos nos jornais permitem ao historiador identificar o significado da atuação de diferentes grupos sociais e acompanhar o movimento de ideias que circularam na época pesquisada, “os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia a dia estão registrados em suas páginas (Capelato, 1988, p. 34).

Situando o campo teórico

Este trabalho tem na História Política renovada seus referenciais teóricos, aquela que buscou se distanciar das formas mais tradicionais de historiografia do século XIX para retomar o político como fator de História. René Rémond (2003), na obra *Por uma História Política*, escreve que a história política teve muito prestígio em uma certa historiografia do século XIX, precisamente a historiografia da chamada Escola Metódica, que surge na França, e tem como programa ou “manifesto” principal a obra *Introduction aux études historiques* (1897) de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, ambos professores da prestigiada Sorbonne.

Sabe-se que a preocupação da História, nesse momento, era de dar legitimidade científica à disciplina histórica pois, tal como as Ciências Naturais e Exatas, buscava se profissionalizar. No lugar de questões históricas especulativas, reflexivas e subjetivas, as questões deveriam ser objetivas, neutras, científicas, a História do século XIX tinha a pretensão de apenas narrar os acontecimentos. Ao escrever sobre os postulados teóricos da Escola Metódica, Guy Bourdé a descreve como um modelo mecanicista:

O historiador registra o fato histórico, de maneira passiva, como o espelho reflete a imagem de um objeto, como o aparelho fotográfico fixa o aspecto de uma cena ou de uma paisagem, a tarefa do historiador consiste em reunir um número suficiente de fatos baseados em documentos confiáveis; a partir desses fatos, a narrativa histórica se organiza e se deixa interpretar por si mesma (Bourdé, 2018, p. 190).

Ao dar valor às narrativas dos acontecimentos particulares, a história tradicional do século XIX privilegia a história dos “grandes homens de Estado”, da formação dos Estados nacionais, dos fatos militares e diplomáticos pelos quais a história política também se interessava.

Portanto, a história política estava presa à história factual, dos acontecimentos “ao privilegiar o particular, o nacional, a história política privava-se, ao mesmo tempo, da possibilidade de comparações no espaço e no tempo, e interditava-se a generalizações e sínteses que, apenas elas, dão ao trabalho do historiador sua dimensão científica.” (Rémond, 2003).

No entanto, essa história política tradicional vai perdendo prestígio na medida que a Escola dos Annales se afirma no cenário da produção e da renovação historiográfica francesa. O grupo dos Annales constitui-se como uma negação à história tradicional e como a principal opositora da história política tradicional, para os Annales a história não se esgotava no domínio político. A história-acontecimento dá lugar à história-problema nessa nova abordagem.

Das diversas críticas direcionadas à história política, o historiador Pascal Balmand destaca algumas críticas fazendo menção à história política tradicional e aos questionamentos da escola dos Annales, tais como “a sacralização do Estado monárquico e em seguida uma exaltação militante do republicanismo, com suas fontes escritas e oficiais, ela focalizava o Estado, as instituições, as lutas pelo poder, e etc.” (Balmand, 2018), “ali onde é preciso conceber os fenômenos históricos em função das massas, ela raciocina de acordo com a lógica elitista, psicologizante e rasamente bibliográfica dos “grandes homens” (Balmand, 2018).

René Rémond, ao escrever sobre os pressupostos da Escola dos Annales destaca que a renovação historiográfica dos anos 1930 estava interessada nas estruturas e não em conjunturas:

Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto deviam reter maior atenção dos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de um poder cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas. (Rémond, 2018, p. 16).

Foi precisamente o grupo dos Annales que sepultou a história política tradicional e, com isso, rebaixou toda e qualquer pesquisa em história política como história factual, incapaz de estabelecer conexões a ponto de conhecer as estruturas, a longa duração. Apesar disso, a história política recupera fôlego e se renova também a partir da década de 1980.

Estava, portanto, escrito que a história política arcava com os custos da renovação da disciplina: história obsoleta, subjugada a uma concepção antiquada, que tinha tido o seu tempo. Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades. (Rémond, 2018, p. 18).

Balmand escreve que a nova história política multiplicou seus campos de investigação entre a política (poder, partido, vida política) e o político, ou seja, “os diversos aspectos da cultura política e das determinações políticas que pesam sobre os indivíduos e os grupos” (Balmand, 2018). Os enfoques de estudo da nova história política são, de fato, enriquecedores, ampliaram-se as abordagens: estudos de partidos políticos, estudo dos intelectuais, movimentos sociais, ideologias, instituições, relações de poder, associações civis, culturas políticas e etc.

O conceito-chave de nossa pesquisa é o de cultura política. Antes de tudo, é importante esclarecer que cultura política não é um conceito propriamente da história política, ou da linha da história política francesa especificamente. A cultura política já existia como categoria analítica nos debates acadêmicos desde os anos 1950-60 nas escolas de sociologia norte-americanas.

Mas não interessa, neste trabalho, traçar um panorama histórico do conceito de cultura política, partimos da compreensão de que se o conceito já existia antes da transformação da história política, após sua renovação, a história política e a cultura política tornam-se aliadas.

Rodrigo Patto Sá Motta (2014) afirma que foi o conceito de cultura política que possibilitou a renovação da história política. Nesse caminho também é válido dizer que a cultura política como categoria também se transformou e se ampliou a partir da renovação. É precisamente dentro dessa relação mútua que estamos utilizando o conceito, ou seja, dentro da renovação da história política que difere completamente da abordagem sociológica norte-americana.

De acordo com Motta, podemos chamar a cultura política da renovação historiográfica de vertente pluralista do conceito de cultura política, assim ele escreve:

Ao contrário dos cientistas sociais dos EUA – muito influenciados pela sociologia e a psicologia – o grupo francês tem sua maior fonte de inspiração na antropologia, de cujo conceito de cultura se apropriaram. Eles formularam outra forma de conceber cultura política, tomando por base duas críticas principais ao modelo original norte-americano: primeiro, rejeitaram suas implicações etnocêntricas, pois ficava implícita na teorização de Almond e Verba a superioridade da cultura política cívica (ou democrática), considerada etapa superior e referência a ser seguida pelos povos ainda presos a formas “atrasadas” de organização política; segundo, entendiam ser inadequada a perspectiva nacional, tida como excessivamente generalista ao atribuir a todo um povo as características de uma mesma cultura política. Ao contrário, os historiadores franceses preferem enfatizar as diferenças existentes dentro de um mesmo espaço nacional, a partir de um olhar que privilegia a pluralidade das culturas políticas (Motta, 2014, p. 19-20).

A abordagem desse conceito que nos interessa é a noção de cultura política como um conjunto de valores partilhados por um grupo que pode ser justificado no fenômeno de uma geração que tem diante de si as mesmas problemáticas pujantes na sociedade e pelas quais tomam escolhas parecidas. Dessa forma, podemos compreender os valores, ideais e crenças políticas mobilizados pelo jornal *Liga* como inserido dentro de uma cultura política que as esquerdas da época compartilhavam e pela qual procuravam respostas para intervir na realidade brasileira de modo a transformá-la.

Camponês como classe

Antes de tudo, consideramos necessário adentrar na discussão conceitual do que se entende por campesinato, pois a compreensão do que seria um campesinato no Brasil – se ele existe ou não – continua a ser objeto de um amplo debate e de acirradas disputas políticas, envolvendo pesquisadores acadêmicos e diferentes movimentos sociais. No Brasil, existem interpretações que não reconhecem a presença histórica do campesinato, aqueles que tem como paradigma o modelo camponês da Europa medieval ou aqueles que colocam o camponês como um resquício do passado, com pouca relevância no cenário político do país.

Nesse sentido, cabe destacar algumas afirmações de Welch sobre a reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas:

Por um lado, a universalidade da presença do campesinato, que abarca os diversos espaços e os diferenciados tempos. E também, por outro, a variedade de existências contextuais, visto que essa variedade só indica a valorizada adaptabilidade dos agentes e dos princípios abrangentes de constituição da forma camponesa. Portanto, mesmo que corresponda à

revalorização de uma tradição, a reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas é um fato social do mundo moderno, e não resquício do passado (Welch, 2009, p. 16).

Já nos posicionamos em defesa da atualidade do conceito de camponês como categoria analítica para compreender a questão agrária, a formação sócio-territorial e a luta pela terra no Brasil, porém, é importante compreender “argumentos e análises que tomam o campesinato por residual ou ignoram sua presença e importância histórica, ratificando um entendimento dessa categoria como “uma categoria esquecida” (Carvalho, 2017, p. 46).

O fato é que a noção de camponês como um elemento residual não é algo recente, nas décadas de 1950 e 1960 – momento histórico singular em que o campesinato se reafirmou na luta política do país – já existia tal interpretação.

A principal interpretação que levanta tal argumento no campo dos autores marxistas brasileiros é a do intelectual Caio Prado Jr³., que tinha uma visão completamente diferente das lideranças das Ligas Camponesas e, por consequência, dos elementos teóricos que sustentavam a tese de *revolução brasileira* presentes no jornal *Liga*.

Para o autor, as relações capitalistas são predominantes na agricultura desde a abolição da escravidão o que, para ele, significava que os trabalhadores rurais não seriam camponeses que reivindicam a posse da terra, mas sim trabalhadores livres, meros vendedores da força de trabalho, “aquilo que essencial e fundamentalmente forma esta nossa economia agrária, no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se conjuga, em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores.” (Prado, 2014, p. 47).

Caio Prado dá ênfase ao predomínio absoluto da grande propriedade rural e minimiza a importância do campesinato, afirmando o caráter residual da pequena propriedade que gera camponês que trabalha por conta própria: No lugar de utilizar a expressão “camponês”, Prado Jr. a substitui por “trabalhador rural” – trabalhador da grande propriedade rural:

Nos maiores e principais setores da agropecuária brasileira, naqueles que constituem em conjunto o cerne da economia agrária do país e onde se

³ Historiador e economista brasileiro, de inspiração marxista.

concentra a maior parcela da população rural, os trabalhadores, como empregados que são da grande exploração, simples vendedores de força de trabalho, portanto, e não camponeses, no sentido próprio, aquilo que aspiram e o que reivindicam, o sentido principal de sua luta, é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego. (Prado, 2014, p. 50).

Moraes (1955), por sua vez, afirma que Prado Jr. reduz a luta política à luta sindical e isso caracterizaria uma versão economicista do marxismo em sua teoria e em suas obras. O autor se equivoca com relação ao caráter das reivindicações dos trabalhadores rurais, pois sua principal reivindicação era a propriedade da terra, na medida em que a terra era o principal meio de produção e de sobrevivência das massas rurais.

Curiosamente, a preferência de Prado Jr. pela expressão “trabalhador rural” no lugar de “camponês” estava em consonância com as ideias dos militares pós-1964, que encontrará, no Estatuto do Trabalhador Rural, uma brecha para a sua modernização conservadora no campo, “o Estatuto do Trabalhador Rural surge com o intuito ideológico de condicionar o camponês em mero trabalhador rural a ser explorado pelo agronegócio” (Silva, 2014, p. 45).

Caio Prado Jr. compreendia que a formação da pequena propriedade ocorreu com a imigração europeia no final do século XIX, pois o passado colonial, assentado na grande propriedade escravista, impediu a “existência de pequenas propriedades na economia brasileira do passado.” (Motta, 2014, p.105). Já nas décadas de 50 e 60 do século XX houve um esforço dos intelectuais brasileiros em investigar a presença de elementos camponeses no Brasil em períodos mais remotos.

Alberto Passos Guimarães⁴ é um dos intelectuais que procuraram desnudar a interpretação de que o campesinato surge no Brasil apenas em fins do século XIX com a imigração europeia. Para o autor é uma concepção equivocada que contribui para apagar os elementos geradores da classe camponesa no país:

Tais concepções implicam a negação do papel dinâmico da luta de classes, substituindo a secular evolução desse processo criador, que culminou com a institucionalização da pequena propriedade no alvorecer do século XIX, por uma coleção de decretos de suas majestades imperiais. Jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em

⁴ Autor de importantes livros sobre a questão agrária no Brasil, escreveu alguns trabalhos que se tornaram clássicos do pensamento social brasileiro (entre eles, *Quatro séculos de latifúndio* e *As classes perigosas*).

qualquer tempo e em qualquer outra parte do mundo. (Guimarães, 2009, p. 48).

Guimarães destaca a figura do posseiro – o sesmeiro empobrecido que não conseguia competir com os grandes senhores de terra e acabavam por vender sua terra, muitos até passam a viver nela em uma relação semelhante à de cambão – na gestação da classe camponesa no Brasil, a posse era a única via de formação da pequena propriedade: os posseiros invadiam terras desocupadas, que não tinham ninguém, terras abandonadas e não cultivadas, “ao atacar de frente o todo – poderoso sistema latifundiário, ao violar suas draconianas instituições jurídicas, a posse passa à história como a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra.” (Guimarães, 2009, p. 51).

Outros estudiosos destacam a formação de quilombos que geravam uma economia de subsistência independente, a exemplo de Cardoso (2009), que utiliza a expressão “brecha camponesa” na compreensão da realidade colonial brasileira. Além da produção dos quilombos, o autor destaca os “pequenos lotes de terra concedidos em usufruto, nas fazendas, aos escravos não domésticos, criando uma espécie de camponês-escravo” (Cardoso, 2009, p. 97) para explicar a brecha camponesa.

Os estudos sobre a agricultura produtora de alimentos no período colonial de Linhares e Silva (2009) também corroboram com a interpretação e utilização da brecha camponesa, além da já citada pesquisa de Palacios, cujo objetivo é:

Discussir a existência de outras formas de considerar a presença dos cultivadores pobres livres na sociedade dos primeiros séculos, isto é, mostrar que os processos econômicos, políticos e sociais que formam a história agrária dos séculos XVIII e XIX foram também e de maneira fundamental forjados como resultado das contradições existentes entre as comunidades camponesas autônomas e as plantations escravistas” (Palacios, 2009, p. 149).

O campesinato no Brasil é uma classe constantemente ameaçada, que continuamente passa por processos de arruinamento, mas que teima em continuar existindo e se reproduzindo, “a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade” (Medeiros, 2008, p. 65). O camponês, para os autores que foram mencionados nesse momento do trabalho, formou-se à margem do processo de desenvolvimento socioeconômico do país e permanece existindo nos dias atuais.

Escolhemos autores que definem o campesinato como uma classe sem entrar

na discussão teórica de outras linhas de interpretação, tais como os que defendem que camponês não é uma classe, mas, sim, um modo de vida (Shanin, 2007), pois as Ligas Camponesas e o jornal *Liga* – como seu porta-voz – assim colocavam: camponês como classe, como pudemos perceber durante nossa análise dos periódicos, alguns exemplos: CAMPONESES REPELEM À ALTURA TERROR LATIFUNDIÁRIO (Liga, nº 10, 1962), CAMPONÊS É CAMPONÊS (Liga, nº 1, 1962), OS CAMPONESES DEVEM REAGIR À VIOLÊNCIA REACIONÁRIA (Liga, nº 9, 1962), REFORMA AGRÁRIA DE JANGO É DEFICIENTE E POUPA LATIFUNDIÓ (Liga, nº 31, 1963).⁵

Como dito anteriormente, a palavra ‘camponês’ foi incluída no vocabulário das esquerdas nas décadas 1950 e 1960 e o jornal *Liga* foi o porta-voz de esquerda que mais se esforçou em mobilizar o termo politicamente, pois a sua utilização dizia respeito à correta orientação política no programa da revolução brasileira. Não é à toa que os militares pós-1964 se esforçaram em substituir a palavra ‘camponês’ por ‘trabalhador rural’, trabalhador rural tira a centralidade da luta pela terra, ao contrário de ‘camponês’.

É na condição de classe social que o campesinato se torna um ator importante na disputa política. Em finais da década de 1980, o debate sobre a permanência ou fim do campesinato ganha novos contornos:

A tese de doutoramento de Ricardo Abramovay (1980), intitulada De Camponeses a Agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão, influenciou a década de 1990, tornando-se referência para a discussão da questão agrária, bem como a pesquisa com agricultores familiares no Brasil, inclusive, influenciando diretamente a utilização do termo agricultor familiar em detrimento do termo camponês. Sob um novo paradigma – o do capitalismo agrário –, esse autor defendeu que o agricultor, na utilização de recursos e, a partir de sua integração com o mercado, não era mais um camponês, mas sim, um agricultor familiar (Silva, 2019, p. 50).

Os adeptos da tese do paradigma do capitalismo agrário afirmam que o camponês foi substituído pelo agricultor familiar:

Desse modo, tem-se a diferença da agricultura familiar, que estaria mais integrada tanto à cidade como ao mercado. Aquela autora ainda acrescenta que, por outro lado, há o entendimento de que o termo camponês é imbricado de forte conteúdo político, repetidamente associado ao

⁵ Pelas dificuldades inerentes ao tratar com a Imprensa feita por militantes, encontramos muitas edições irregulares, sem número de páginas, principalmente considerando que o jornal foi cassado após o golpe militar de 1964 e sobraram poucas edições. Por isso, para fins de padronização do texto, optamos por referenciar o número e o ano da edição. Contudo, nas referências indicaremos todas as edições com o número de página que encontramos.

movimento camponês e severamente perseguido pelo regime militar, com o uso de outras denominações, tais como: pequenos produtores, agricultores de subsistência e produtores de baixa renda – resultado da procura de expressões mais neutra (Silva, 2019, p. 58).

Outro estudioso da questão agrária e política agrícola nacional, Eraldo da Silva Ramos Filho (2013), escreve que o conceito de agricultura familiar foi criado academicamente em oposição ao conceito de campesinato, os defensores da agricultura familiar propagam o caráter moderno das atividades produtivas e a maior integração ao mercado, levando, assim, o desenvolvimento para o campo, enquanto o campesinato seria a expressão do atraso, pois utiliza técnicas rudimentares com integração precária ao mercado.

Para o autor, os fundamentos do paradigma do capitalismo agrário defendem a expansão do capitalismo no campo, corresponde a uma agricultura empresarial integrada ao mercado. O camponês se transformaria aos poucos em pequeno capitalista rural, “o paradigma do capitalismo agrário esvazia conceitos carregados de historicidade (por exemplo, da substituição do conceito de camponês pelo de agricultura familiar, de agricultura capitalista por agricultura patronal e, atualmente, por agronegócio) e forja novos conceitos para dinâmicas e processos antigos.” (Ramos Filho, 2013, p. 88).

Nesse sentido, Panta e Moreira escrevem:

Mesmo compreendendo que toda agricultura camponesa é eminentemente familiar, ou seja, realizada pelos membros da família, o conceito e compreensão sociológica do sujeito da agricultura familiar é gestada pelo capital e alinhado aos interesses destes. É uma definição que projeta a ilusão de transformação do homem do campo que vive do que a terra produz e do resultado do seu trabalho em uma transmutação em um pequeno capitalista, compreensão refutada pelos movimentos sociais espaciais e socio territoriais camponeses, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Via Campesina (Panta; Moreira, 2021, p. 21).

O camponês, portanto, mesmo expropriado de suas terras, não necessariamente irá se proletarizar. Na maioria das vezes, ele luta por seu retorno à condição camponesa por meio da ocupação de terras; o campesinato se recria contra o capital “a partir das diferentes formas de manifestação da luta pela terra, pela reforma agrária, pela demarcação dos territórios indígenas e reconhecimento de territórios quilombolas.” (Ramos Filho, 2013, p. 88).

Por último, cabe ainda referenciar as diversas formas do campesinato

brasileiro, tais como o foreiro, o posseiro, agroextrativistas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu e etc., “assim, o campesinato brasileiro é caracterizado a partir de inúmeros status jurídicos, refletindo a heterogeneidade do espaço agrário brasileiro e dos diversos momentos de intensificação da luta pela terra no Brasil.” (Panta; Moreira, 2021 p. 54).

No primeiro capítulo buscamos atravessar parte da história política do país com ênfase em como a questão agrário-campesina estava sendo colocada e discutida no debate. Iniciamos a discussão a partir do Brasil Império, mais precisamente, com um marco significativo na história do ordenamento jurídico relativo à questão agrária no Brasil: a Lei de Terras de 1850.

Para tal fim, utilizamos como referência a tese de Doutorado de Marcia Maria Menendez Motta, *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX* (1996), por meio dela entendemos como homens e mulheres livres e pobres asseguravam seu direito à terra por meio das brechas da Lei de Terras de 1850, frequentemente interpretada de forma rígida como uma lei que apenas favorecia os grandes proprietários de terra: ainda que fosse essa a intenção, a prática demonstra as variadas formas de luta que os pequenos e médios proprietários travaram naquele período.

Outro momento importante do primeiro capítulo é a discussão em torno do Governo Juscelino Kubitschek, vimos que Moreira (2003) caracteriza o governo JK como um governo industrial-ruralista, pois ainda que os ideólogos do nacional-desenvolvimentismo do ISEB – que mantinha relações próximas com o governo – fizesse duras críticas ao sistema agrário-exportador (latifúndio), colocando-o como maior vilão da nação, JK governou aliado aos interesses ruralistas.

Dedicamos particular atenção quanto à caracterização do caráter de classe do governo JK em nossa pesquisa porque foi em meio aos grandes projetos do governo, tais como a construção de Brasília e do cruzeiro rodoviário de modo a promover maior integração nacional, que surgem as Ligas Camponesas.

A última parte do primeiro capítulo tratamos sobre as Ligas Camponesas a partir de levantamentos biográficos na área de História e Sociologia que se dedicaram ao tema. Além de apresentar as motivações, contexto e conflitos que foram ponto de partida para as mobilizações camponesas, apresentamos as disputas que as Ligas travaram com outras forças políticas que dizia respeito a quem exerceria o papel de direção das lutas camponesas naquele momento, bem como as causas para o seu

enfraquecimento para além da perseguição que sofreram com o advento do golpe militar de 1964.

Este capítulo foi desenvolvido integralmente por meio de pesquisa bibliográfica, os principais autores que estiveram presentes no capítulo são Marcia Maria Mendendes Mottta (1996), José de Souza Martins (1981) e Verônica Secreto (2007) para o desenvolvimento do estudo sobre a questão agrária; Vania Maria Losada Moreira (2003) para introduzir o período do Governo JK, contexto de surgimento das Ligas Camponesas e, por fim, para melhor entendimento das Ligas Camponesas utilizamos os historiadores Pablo Porfiro (2007), Maria do Socorro Rangel (2000) e Leonilde Medeiros (1989).

O segundo capítulo foi desenvolvido a partir da pesquisa documental, mais propriamente, por meio da Imprensa. Utilizamos a Imprensa como fonte e objeto da pesquisa histórica para analisar os discursos que o jornal *Liga* mobilizava, pois “os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia a dia estão registrados em suas páginas (Capelato, 1988, p. 34).

De acordo com a afirmação mencionada por Capelato (1988), utilizamos o conceito de cultura política para compreender as aspirações, sonhos, ideais, valores e crenças que o periódico *Liga* quis mobilizar na sociedade brasileira da década de 1960, que passava por momentos de intensas lutas populares. Entendemos que o jornal estava inserido dentro de uma cultura política, pois toda a efervescência política que caracterizou o Brasil dos anos 1950 e 1960 trazia consigo projetos e estratégias políticas direcionados ao futuro a serem colocados em prática para a transformação da realidade brasileira.

Para análise do discurso, nos valemos dos estudos da Linguística para o trato com o periódico, relacionamos o conceito utilizado na Teoria Social do Discurso de Fairclough com o conceito de cultura política. O discurso não só representa o mundo, mas lhe dá significados: é responsável pela construção de sistemas de conhecimento, crenças e valores (Fairclough, 2001).

No segundo capítulo centralizamos a nossa investigação nas edições encontradas no acervo do Projeto Armazém da História do periódico *Liga*, utilizando a imprensa como fonte para a escrita da História. Investigamos alguns termos e conceitos presentes nas páginas do *Liga*, tais como *restos feudais, revolução*

brasileira, camponês e reforma agrária radical de modo a mapear conceitos acionados no noticiário e para buscar construir uma narrativa histórica sobre as lutas políticas travadas na época por meio da Imprensa.

No terceiro e último capítulo partimos da reflexão de como as Ligas Camponesas são abordadas e representadas nos livros didáticos, nosso interesse não era somente entender como o conteúdo sobre as Ligas Camponesas estava dispostos nos livros didáticos, mas aproveitamos o ensejo para problematizar a narrativa sobre o populismo ainda presente nos livros didáticos de História bem como questionar qual espaço está reservado às mobilizações camponesas dentro da história política do Brasil.

Para isso, fizemos uso dos estudos do historiador Jorge Ferreira (2009) sobre esse período, no qual ele caracteriza como o da ‘experiência democrática brasileira de 1946-64’. Jorge Ferreira afirma que a experiência democrática de 1946-64 é um laboratório rico em exemplos para que os alunos compreendam o exercício da cidadania e os valores democráticos para além da concepção de manipulação e ilusão populista (Ferreira, 2009, p. 410).

Nos valemos dos aportes teóricos e metodológicos do pesquisador francês Alain Choppin sobre o entendimento e a pesquisa acerca de livros didáticos, cujas reflexões são referência para Circe Bittencourt e Helenice Rocha, que também utilizamos em nossa pesquisa.

É a partir dessas reflexões propostas que pudemos questionar as narrativas sobre o populismo cristalizados nos livros didáticos didáticos de História e propomos a elaboração de um paradidático que visa proporcionar uma abordagem da “experiência democrática” vivida nesses anos a partir das mobilizações das Ligas Camponesas. Optamos por elaborar um paradidático no formato de cartilha de título *Cartilha das Ligas Camponesas* como uma alusão à *Cartilha do Camponês* de Francisco Julião.

Outro momento importante é a abordagem que fizemos do livro didático como lugar de memória, reproduutor de memória para questionar a ausência das Ligas Camponesas nos livros didáticos e ensino de História. Para isso, partimos das reflexões de Jelin (2001) sobre a memória e os usos sociais do passado. Para a autora, o passado tem um sentido ativo, as transformações sobre as representações do passado no presente passam por conflitos e lutas.

1: Da luta pela terra à reforma agrária

A concentração fundiária é uma realidade antiga no Brasil. Inicia-se com a distribuição de sesmarias no período colonial e pela necessidade de tomar posse do chamado Novo Mundo. O resultado do regime de sesmaria são grandes quantidades de terras em mãos de poucos proprietários, terras que continuavam nas mãos da mesma família, passando de geração em geração por meio do direito hereditário.

A criação da Lei de Terras de 1850⁶ é outro momento significativo na história da concentração fundiária no país, pois a lei de 1850 é interpretada por Martins (1984) como um movimento anti-camponês, ao impedir a posse como forma de ocupar a terra, transformando-a em mercadoria:

Duas foram as modificações sociais que atingiram de fato os camponeses naquela mesma época. De um lado, a abolição da escravatura negra um ano antes do fim do Império, em maio de 1888. De outro, a transferência de terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados. Antevendo o fim da escravatura, que decorreria, necessariamente, do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido a pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 (Martins, 1981, p. 41).

Entretanto, é importantíssimo apresentar o estudo de Motta (1996) que destaca a complexidade da Lei de Terras de 1850. Importante historiadora sobre o rural brasileiro, Motta critica a interpretação da Lei de Terras de 1850 somente como forma de assegurar os interesses dos grandes fazendeiros, tal como faz o sociólogo José de Souza Martins em uma de suas principais obras, *O cativeiro da terra*, a problemática da autora parte do seu interesse em compreender como os homens livres e pobres atuavam na dinâmica do universo rural brasileiro do século XIX.

⁶ A Lei de Terras de 1850 só foi regulamentada em janeiro de 1854, com nove capítulos e 108 artigos. No capítulo I, regulamentava-se a Repartição Geral das Terras Públcas, órgão responsável pela medição e divisão das terras devolutas. No capítulo II estabelecia-se a forma pela qual seriam medidas as terras públicas, com a criação do cargo de Inspetor Geral das medições e o papel dos agrimensores. Os capítulos III e IV reafirmavam a obrigatoriedade da revalidação e da legitimação das terras particulares. O capítulo V dispunha sobre as vendas das terras públicas, enquanto o capítulo VI preocupava-se com as terras reservadas para colonização, aldeamento indígena e a fundação de povoações. O capítulo VII dispunha sobre as terras devolutas situadas nos limites do Império com outros países. O capítulo VIII procurava firmar normas e estabelecer os responsáveis pela conservação das terras devolutas (Motta, 1996).

Para a historiadora, alguns paradigmas historiográficos subestimaram a existência de homens livres e pobres a partir da rigidez do binômio senhor-escravo, sobressaltando a grande propriedade escravista como homogênea nas extensas áreas do território brasileiro. Estudos mais recentes com foco na história rural do país revelam que esses homens ajudaram a construir o mercado interno, “experimentaram e cultivaram novos produtos agrícolas, criaram e recriaram estratégias de sobrevivência para salvaguardar os seus poucos recursos e assegurar seu acesso à terra.” (Motta, 1996, p. 7).

Portanto, trata-se de compreender como esses homens livres e pobres asseguravam seu direito à terra, a partir de quais mecanismos e como se relacionavam com os grandes fazendeiros: “indagar sobre as diversas formas de acesso à terra, da legitimação do direito ao território ocupado.” (Motta, 1996, p. 8). Importa demonstrar como os arrendatários, posseiros e agregados haviam aprendido a defender legal ou juridicamente seu direito à terra ocupada e um desses mecanismos foi propriamente a Lei de Terras de 1850.

Com isso, a autora não está afirmando que a lei não serviu aos interesses dos grandes proprietários de terras, ela o reconhece em diversos momentos. Os setores progressistas da sociedade imperial brasileira inicialmente ficaram otimistas com a regulamentação da Lei de Terras de 1850. Tinha-se a ideia de que a lei e seus regulamentos eram “importantes e eficazes instrumentos para discriminar o domínio público do privado e, portanto, regularizar a estrutura fundiária do país” (Motta, 1996, p. 204) de tal modo que colocaria fim aos diversos litígios de terra.

Ainda, acreditavam que a lei iria promover e incentivar a tão desejada colonização de imigrantes europeus, pois os colonos teriam suas terras demarcadas de forma segura. No entanto, logo se notou o fracasso da Lei de Terras, Motta afirma que “as dificuldades para discriminar as terras públicas das privadas, através dos registros de terras possuídas, e os esforços no sentido de receber informações sobre terrenos reconhecidamente devolutos cresciam cada vez mais, imprimindo a marca do fracasso na política de regularização proposta pela Lei de Terras de 1850” (Motta, 1996, p. 208).

A autora informa ainda sobre um relatório do Ministério da Agricultura de 1870 alegando que a lei deveria ser revista, pois ela não conseguiu impedir o avanço das invasões de terras públicas por parte dos fazendeiros e nem impedir a extração ilegal de madeiras. A verdade é que o registro de terras nos marcos da lei não obrigava provar

a área efetivamente ocupada e nem informar a maneira pela qual foi ocupada, se ela fosse conhecida por parte do proprietário, poderia informar os limites de sua área.

Ou seja, o registro paroquial de terras de fato não tinha efeito prático para diferenciar e regularizar as terras públicas das terras privadas. Nesse sentido, favorecia aos fazendeiros, pois limitar as terras significa limitar seus domínios e seu poder, mas que, apesar disso, a historiadora revela que a lei não foi utilizada largamente pelos grandes proprietários, muitos ainda preferiam pautar os argumentos jurídicos com base nas Ordenações Filipinas e no papel das testemunhas.

Por outro lado, Motta demonstra que os pequenos lavradores viam na Lei de Terras uma possibilidade de regularizar seu acesso à terra e enquanto puderam e conseguiram, aproveitaram, “impor ou ao menos tentar impor a redefinição da extensão dos limites alegados e lutar pelo reconhecimento de um quinhão que afirmava lhe pertencer. Para estes indivíduos, a luta poderia se expressar também numa interpretação sobre o sentido da Lei de Terras, com significados estranhos aqueles defendidos pelos grandes fazendeiros” (Motta, 1996, p. 240).

A primeira metade do século XX e, também, os primeiros anos da República brasileira, estão marcados pela intensa migração de camponeses do Nordeste em direção à Amazônia, para trabalhar na extração de borracha, produto que teve muita importância econômica no período, principalmente a partir do Estado Novo. No entanto, concordamos com as afirmações de Secreto (2007) de que quando pensamos na Era Vargas só vem a nossa mente trabalhadores operários, como se o Brasil tivesse deixado de ser agrário em 1930.

Apesar do crescente processo de urbanização e industrialização característico desse período, boa parte da população continuava a viver e a trabalhar no campo. Getúlio Vargas considerava que a economia brasileira fundamentada na exportação agrícola era um ponto de fragilidade do país, por isso, tinha o objetivo de implementar o modelo de substituição de importações, que implicava o alargamento do mercado interno, “este garantiria o desenvolvimento econômico e permitiria romper com a dependência das flutuações do mercado internacional, condenando-se assim o predomínio da política agrária rio-exportadora (Secreto, 2007, p. 117).

É dentro dessa visão que surge a campanha Marcha para o Oeste, como forma de ocupar os ‘espaços vazios’, o objetivo era fixar o trabalhador do campo nos sertões de Goiás e Mato Grosso e, pouco tempo depois, incorpora-se também a região

amazônica nesse empreendimento. A partir do Estado Novo, a preocupação com a integração do território nacional e do mercado interno e desenvolvimento industrial tornou-se uma tônica e, como forma de solucionar tais questões:

Em 1938, é lançada a Marcha para o Oeste como campanha getulista que tinha por finalidade a nacionalização das fronteiras, via expansão agrícola e colonização do interior. Tinha-se em vista a segurança nacional e a ocupação estratégica das fronteiras. A proposta previa a formação de Colônias Agrícolas nas regiões interioranas para atrair a população para o interior, ocupando os espaços vazios do território e criando a possibilidade de estabelecimento da policultura no interior do país. (Machado, 2017, p. 41).

No entanto, a historiadora Veronica Secreto escreve que a campanha, que visava o deslocamento de famílias inteiras para projetos de colonização na região amazônica, foi pensada antes de 1942, ou seja, antes dos Acordos de Washington⁷, “estes acordos, na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, modificariam os planos do governo Vargas a respeito do povoamento e ocupação da Amazônia. O programa original de “sedentarização” dos habitantes da região amazônica deu lugar ao já conhecido modelo de exploração extrativa tradicional” (Secreto, 2007, p. 118).

Os homens foram enviados para a região amazônica, os chamados ‘soldados da borracha’ como mão de obra barata da elite agrária da região, enquanto suas esposas e filhos ficaram aguardando o momento em que poderiam fazer a viagem ao encontro de seus maridos, como veremos adiante. Portanto, o alinhamento de Vargas com os EUA e a demanda da borracha, obrigou-o a recolocar a pauta das exportações de produtos primários:

No ano de 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica foi incumbida de realizar um plano geral para seleção e encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia, pelo Decreto-Lei nº 4.750, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA), e pelo Decreto-Lei nº 5.044, de 4 dezembro de 1942, foi criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). O primeiro encarregava-se de recrutar e levar o trabalhador até Belém; a partir dali a SAVA colocava o trabalhador nos seringais e se encarregava, com a Rubber Development Corporation (RDC), de fornecer gêneros essenciais diretamente aos seringueiros (Secreto, 2007, p. 126).

Por meio do SEMTA foram organizados programa de assistência para as

⁷ Em março de 1942, o Brasil assinou em Washington uma série de acordos sobre matérias-primas estratégicas, entre as quais a borracha. Os Acordos de Washington reviam o incremento da produção de borracha no velho esquema: ampliação da atividade extrativa, com base no recrutamento de mão-de-obra no Nordeste do Brasil.

famílias dos trabalhadores, em sua maioria do Nordeste do Brasil, como também “alojamento nas barracas, exames médicos, alimentação, transporte, vestuário e adiantamentos – até a colocação nos seringais” (Secreto, 2007, p. 126).

Não demorou muito e as famílias começaram a denunciar o não pagamento das assistências, que era um dos principais motivos pelo qual o trabalhador deixava sua família: a certeza de que enquanto estivesse trabalhando para conseguir dinheiro para que sua família pudesse ir ao seu encontro, seus filhos e esposas teriam assistência.

Poucos anos depois a imprensa internacional começou a divulgar e denunciar os crimes da campanha da borracha. Em seu estudo, Veronica Secreto afirma que se falava em 25 mil mortos e desaparecidos nos seringais. A situação era tão grave que em 1946 foi criada uma CPI para investigar o desastre que foi a campanha, “os trabalhadores que voltavam dos seringais traziam notícias das piores, de que eram mal tratados e ameaçados pelos capangas, de que a carne podre era vendida a 16 cruzeiros, de que os seringalistas lhes negavam remédios quando doentes (Secreto, 2007, p. 132).

No que diz respeito aos sertões de Goiás e Mato Grosso, Vargas propôs a abertura de uma frente agrícola que tivesse o objetivo de reestruturar o território em pequenas propriedades:

Os ideais do Governo não se repousavam na simples nacionalização da fronteira, mas no avanço das relações capitalistas para esta região, num processo produtivo pautado na policultura que atendesse aos interesses do setor industrial e que integrasse o mercado interno. Delineia-se, assim, a estratégia de colonização: armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo. Apoiar a pequena propriedade de modo que ela, lentamente, corroesse a velha ordem latifundiária e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia. (Machado, 2017, p. 42).

No entanto, a realidade não foi essa, o latifúndio não chegou a ser desestabilizado. Houve, na verdade, um incentivo para a criação de pequenas propriedades, porém distantes de regiões já consolidadas pelo latifúndio. A intenção de Getúlio Vargas era promover a via *farmer* no Brasil através da Marcha para o Oeste, em uma clara aproximação com o modelo de reforma agrária impulsionada nos EUA com a figura do pequeno fazendeiro próspero.

Oliveira também escreve sobre o processo de *farmerização* do campesinato no estilo norte-americano, dado pela integração do camponês na lógica do mercado capitalista. Pode- se dizer que a solução de Vargas para a questão agrária se aproxima do que o autor define como um processo de “modernização do latifúndio, via introdução no processo produtivo de máquinas e insumos modernos, o que

permitiria a esses latifúndios evoluir para empresas rurais capitalistas. Assim, os latifundiários tornar-se-iam capitalistas do campo.” (Oliveira, 2007, p. 32).

Nesse período, houve uma disputa em torno de projetos de reforma agrária por meio de uma ‘brecha’ prevista na Constituinte de 1947, precisamente no Art. 141:

Art 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a violabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...)§ 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior (Brasil, 1946).

A propriedade privada torna-se condicionada ao bem-estar social e apontava para a possibilidade de regularização de terras camponesas. No entanto, como demonstra Porphirio (2016), existiam dois grandes grupos políticos que disputavam as propostas de reforma agrária – os conservadores *tradicionais* e os conservadores *modernos* – e nenhum deles estavam interessados em promover uma reforma agrária que tocasse no império latifundista do país:

Os conservadores tradicionais eram ligados à agricultura exportadora e contrários a qualquer tipo de mudança na estrutura agrária. Baseados no pensamento neoclássico, mostravam-se contrários à intervenção do Estado na economia e favoráveis à atuação do Estado como garantidor da propriedade privada. Os conservadores modernos interpretavam os problemas no campo a partir do viés agrícola. Portanto, não responsabilizavam a concentração de terras pelos problemas de abastecimento interno e pelo êxodo rural. Para esse grupo, a resolução desses problemas ocorreria por meio da concessão de créditos aos produtores, investimento na logística (transporte e armazenamento), do tabelamento de preços, mecanização da agricultura e desenvolvimento de planos de colonização (destinando as terras devolutas a trabalhadores rurais). (Porphirio, 2016, p. 28).

Nesta disputa, a frente vencedora foi a dos conservadores modernos, como podemos perceber com o Plano SALTE – iniciais para Saúde, Alimentação, Transporte e Energia – do governo Dutra (1946-1951), “o Plano SALTE objetivava aperfeiçoar a produção agrícola por meio do investimento em fertilizantes, pesquisas, concessão de créditos, seguro agrário, armazéns, imigração, colonização, conservação do solo e, é claro, mecanização.” (Porphirio, 2016, p. 30).

Percebe-se, portanto, a sagrada aliança do patronato rural com o Estado brasileiro em manter inalterada a estrutura agrária do país, a saída para os problemas

do campo era a ampliação de conhecimento técnico e qualificado, além de investimentos em transportes e créditos agrícolas. A posição da frente conservadora moderna permanecerá, com poucas alterações, no segundo governo Vargas (1951-1955).

Vargas continuava preocupado com a permanência/fixação do homem no campo e, para tal fim, criou o Serviço Social Rural e a Comissão Nacional de Política Agrária em 1951 para o desenvolvimento da economia agrícola (Porfirio, 2016). Seu objetivo era melhorar as condições de vida no campo para que as ideias comunistas não ganhassem espaço, de modo a neutralizar as atividades do P.C.B – Partido Comunista do Brasil⁸ – que, desde os anos 1940, se esforçava para se aproximar das lutas camponesas, a exemplo da Guerrilha de Porecatu no Paraná e da Revolta de Trombas e Formoso em Goiás. É sob a direção do P.C.B que surgiram as primeiras Ligas Camponesas.

A guerrilha camponesa de Porecatu teve início em 1948 e foi desarticulada em 1951, surge no contexto de implementação da campanha *Marcha para o Oeste* que “posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos, oriundos principalmente do estado de São Paulo, atraídos pela perspectiva de conseguir melhores condições de trabalho e de vida e, sobretudo, a posse de uma parcela de terra, irão se radicar naquele sertão quase desconhecido do Norte do Paraná” (Priori, 2009, p. 117).

Angelo Priori escreve que no primeiro momento a ocupação ocorreu com os posseiros com suas pequenas parcelas de terra para sua subsistência e que, em seguida, os grandes fazendeiros chegariam com o intuito de reordenar a propriedade daquela terra, “portanto, são esses dois agentes sociais – posseiro e grileiro – os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do estado do Paraná no século XX” (Priori, 2009, p. 118).

A atuação de quadros políticos do P.C.B foi fundamental na organização da luta armada junto aos posseiros de Porecatu, a intervenção do partido ocorreu após uma mudança em sua linha política expressa no Manifesto de Agosto de 1950 que, em seu programa, propunha uma Frente Democrática de Libertação Nacional que colocasse em questão a necessidade de uma revolução agrária, anti-feudal e anti-

⁸ A mudança de nome só ocorrerá com a **cisão** em 1961. Durante uma conferência nacional da legenda, ficou decidido que a agremiação passaria a se chamar Partido Comunista Brasileiro, com o objetivo de facilitar a recuperação do seu registro e obter legalidade.

imperialista:

A resistência camponesa de Porecatu se deu em duas frentes: uma armada, com um grupo reduzido de pessoas, mas com uma disciplina rigorosa e um comando extremamente forte; e outra, legal, composta por algumas centenas de camponeses, nas posses e nas fazendas, além de uma frente de solidariedade e ajuda mútua, nas cidades” (Priori, 2009, p. 124).

A resistência armada sofreu um duro golpe com a prisão dos dirigentes do P.C.B, principalmente com a prisão de Celso Cabral de Melo, ex-dirigente nacional do partido e responsável em dar direção política aos grupos armados na região.

Outro fator que contribuiu para a desarticulação foi a delação do “capitão Carlos” (o homem de ligação entre os posseiros armados e a direção do Partido Comunista) que, depois de sua prisão, entregou à polícia informações sobre a quantidade de armas, de pessoas que estavam na organização armada e de ações que estavam sendo programadas. No fim de julho de 1951, a organização armada estava desfeita, muitos posseiros foram presos, ou fizeram acordos com os grileiros e outros saíram da região para se dedicar a militância clandestina do P.C.B (Priori, 2009).

Ainda na década de 1950, o P.C.B também dirigiu outra luta importante de posseiros contra grileiros no Norte do Estado de Goiás, a resistência armada travada pelos posseiros ficou conhecida como Revolta de Trombas e Formoso, os fazendeiros queriam cobrar o arrendamento pelas terras ocupadas, porém, os posseiros se negavam a pagar, pois sabiam que as terras eram devolutas. De acordo com Esteves (2009), uma liminar de reintegração de posse a favor dos grileiros foi o estopim da revolta. Os camponeses conseguiram construir uma espécie de autogestão:

A Associação teve que organizar por conta própria as questões que surgiam no dia-a-dia de Formoso e Trombas. Desde resoluções pequenas, como problemas familiares, até decisões “judiciais” sobre a distribuição de posses a posseiros que chegavam à região. Os posseiros teriam organizado uma estrutura administrativa que, por meio da Associação, cumpria a função de governo. Por conta disso, elegeram um “prefeito” para a região, além de terem organizado uma estrutura legislativa que atuava como órgão da própria Associação (Esteves, 2009, p. 169).

A revolta de Trombas e Formoso conquistou muitas vitórias, resultado da experiência de anos de confrontos armado contra grileiros, jagunços e policiais. Em 1961, os posseiros conseguiram o título de suas posses, no entanto, “o golpe dado pelos militares em abril de 1964 pôs fim à Associação dos Lavradores de Formoso,

bem como outras tantas associações goianas” (Esteves, p. 171). José Porfírio, principal liderança camponesa da revolta, ficou meses na prisão militar do Exército antes de desaparecer definitivamente em 1972. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos da Ditadura Militar.

1.1 Do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira: o governo JK (1956-1961)

A questão nacional ou o debate nacional, isto é, a preocupação em investigar quais são as identidades do Brasil, o que ele foi, o que ele é e o que ele deve ser, suas mudanças e suas continuidades em relação ao passado colonial sempre esteve presente nas produções da intelectualidade brasileira, mas será nas décadas de 1950 e 1960 que o debate em torno da questão nacional ganhará corpo como um projeto de desenvolvimento para o país promovido e incentivado como política estatal, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros).

Na historiografia, de modo geral, a identidade nacional foi colocada entre dois campos: o que priorizava a continuidade com o passado colonial português e, do outro lado, o que defendia, propunha e escrevia sobre a ruptura com o passado colonial, com o Brasil tradicional, “as duas categorias fundamentais que permitem a inteligibilidade e diferenciação desses discursos sobre o Brasil são categorias temporais: mudança e continuidade.” (Reis, 2019, p. 14).

Mudança representando a modernização, progresso, revolução, independência e autonomia; e continuidade representando permanência, tradição e conservadorismo, portanto, ele conclui: “Mudança, para o Brasil, significa a identificação das forças que produzem a autonomia e a emancipação nacional; continuidade, a identificação das forças que reproduzem e renovam a dependência.” (Reis, 2019, p. 14).

O período de quase duas décadas entre o fim do Estado Novo e o golpe militar de 1964 foi profundamente marcado pela disputa política de dois grandes grupos – os nacionalistas e os “entreguistas” – os nacionalistas, de acordo com o autor, de influência cepalina e isebiana, defendiam o desenvolvimento industrial acompanhado de reformas sociais e autonomia frente aos EUA, enquanto que os “entreguistas” defendiam o liberalismo econômico e foram influenciados pela ideologia da Escola Superior de Guerra (ESG):

A década de 1950 foi aquela em que emergiram as massas populares e segmentos médios no quadro de um regime democrático-liberal e de uma sociedade em acelerada urbanização. Esta base social ampliada, a qual é necessário acrescentar uma articulação da burguesia nativa (ligada sobretudo à produção de bens de consumo popular), dará razão de ser ao nacionalismo, que a partir de 1951 constituiu uma espécie de ideologia oficial do populismo brasileiro. (Vizentini, 2003, p. 213).

De fato, entre a década de 1950 e os primeiros anos de 1960, o Brasil viveu um período de efervescência política inédita em sua história. Porém, cabe fazer alguns apontamentos sobre o que foi o ‘movimento nacionalista’ da época.

De acordo com a historiadora Vânia Maria Losada Moreira, a defesa da industrialização e a crítica ao latifúndio eram o que havia de mais comum entre os diferentes segmentos progressistas da época, “a luta política e ideológica desse período gerou a formação do que ficou conhecido como “movimento nacionalista”, um importante movimento social, político e ideológico da experiência democrática de 1946 a 1964.” (Moreira, 2003, p. 168).

Os progressistas identificavam a oligarquia latifundiária como a ‘maior vilã da nação’, pois o caminho para a industrialização do país estava travado pelos interesses da economia agrário-exportadora que inibia a reforma agrária capaz de elevar o padrão social e econômico das massas rurais e, dessa forma, ampliar o mercado interno consumidor. Veremos, mais adiante, que o ‘movimento nacionalista’ nunca existiu como um movimento homogêneo, ele já surge dividido: o nacional-desenvolvimentismo do ISEB e do governo JK, com tendência liberal e o nacionalismo econômico, de esquerda e popular (Moreira, 2003, p. 170).

1.1.1 O GOVERNO JK: INDUSTRIAL OU RURALISTA?

O governo de Juscelino acelerou o processo de industrialização brasileiro, o seu conhecido Plano de Metas, com o slogan de campanha Cinquenta anos em Cinco, visava aprofundar a industrialização que já estava em andamento desde o Estado Novo, podendo ser considerado como um segundo período de industrialização. Nesse sentido, de acordo com Porfirio (2016), JK entendia que era preciso resolver o problema da falta de um mercado nacional integrado para avançar a industrialização no país:

No intuito de superar esse problema, Kubitschek empreendeu ações voltadas

para a integração física do território nacional, já que essa integração proporcionaria o alargamento do mercado para os produtos nacionais (SINGER, 1984). Além da formação de um mercado interno, a proposta nacional-desenvolvimentista de Kubitschek também previa a atuação da agricultura como fornecedora de alimentos para os centros urbanos e de matéria-prima para a indústria. Para tanto, previa como indispensável a sua modernização – leia-se mecanização – e melhores condições de armazenamento e escoamento dos produtos. (Porphirio, 2016, p. 32).

No mesmo sentido concorda a historiadora Vânia Losada (2003), ao escrever que um dos pontos de estrangulamento para o desenvolvimento industrial do país era a falta de comunicação entre as regiões industrializadas do Sudeste e as zonas agroprodutoras do interior. A grande meta de integração nacional de Juscelino foi, portanto, a construção de Brasília e do cruzeiro rodoviário, composto pelas rodovias Belém/Brasília (2.000 km), Acre/Brasília (2.500 km), Fortaleza/Brasília (1.500 km), Belo Horizonte/Brasília (700 km), Goiânia/Brasília (200 km).

Nesse momento cabe compreendermos o caráter de classe do governo JK, posto que os ideólogos do nacional-desenvolvimentismo do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) – que mantinha relações próximas com o governo – tecia duras críticas ao sistema agrário-exportador (latifúndio), colocando-o como maior vilão da nação. Mas será que o governo de Juscelino foi realmente hostil aos interesses das elites ruralistas?

É no governo JK que o nacional-desenvolvimentismo se consolida como um estilo de governo e como um projeto social e político para o Brasil através do ISEB, que defendia uma industrialização de tipo capitalista:

Um dos setores mais próximos do presidente foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), uma instituição ligada ao Ministério da Educação e um dos principais centros de produção e difusão do ideário nacionalista. [...] A instituição defendeu muito abertamente a plataforma nacional-desenvolvimentista de JK. O presidente apoiou, por sua vez, as atividades do ISEB, que teve sua “idade de ouro” justamente no quinquênio juscelinista. (Moreira, 2003, p. 162)

O ISEB, portanto, criado em 1955, como um órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, assumirá parte significativa na condução do projeto nacional- desenvolvimentista no país, sua finalidade era analisar a realidade brasileira e assessorar o governo na orientação da política de desenvolvimento nacional: “o ISEB era um centro de altos estudos políticos e sociais, para promover a partir desses estudos a análise e a compreensão crítica da realidade brasileira visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitiriam o incentivo e o

desenvolvimento nacional. Para tal, reuniu intelectuais das mais diversas filiações ideológicas e áreas do saber.” (Souza, 2010, p. 153).

Ainda sobre o ISEB e seu vínculo institucional com o governo, Souza escreve:

Se tratando de uma produção ideológica, o "nacional desenvolvimentismo" se dava através de uma capilaridade que permeava a realidade social através de diferentes maneiras: nos discursos presidenciais, nas publicidades governamentais, nos projetos institucionais, em produções intelectuais etc. Tratava-se de um conjunto de estratégias voltadas à construção de uma visão de mundo, um conjunto de mecanismos que atuavam na formação e condução ideológica do conjunto da sociedade brasileira. Nesse contexto, o ISEB torna-se uma singular referência dessa produção ideológica (Souza, 2010, p. 151).

As orientações políticas e programáticas do movimento nacionalista tinham como pontos de partida principalmente o processo de industrialização que estava acontecendo no país, a reforma agrária e o problema da presença do capital estrangeiro no Brasil. É importante deixar claro que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros não foi um bloco monolítico de ideias e que, em seus breves nove anos de existência, antes de ser invadido e destruído físico e institucionalmente pelos militares em abril de 1964, passou por diferentes fases.

Lovatto (2010), considera que existiram duas fases no ISEB: a primeira compreende os anos de 1955-1960, marcado pelo projeto nacional desenvolvimentista do governo JK; a segunda compreende os anos de 1961-1964, período de transição de Jânio Quadros para João Goulart e fortemente influenciado pelas mobilizações em torno das reformas de base. Caio Navarro de Toledo, autor do livro *ISEB: Fábrica de Ideologias*, publicado em 1978, uma das mais significativas produções sobre o instituto, afirma que o ISEB, desde sua formação, sempre aglutinou intelectuais oriundos das mais diversas orientações teóricas e ideológicas.

Portanto, conviviam liberais, moderados e até os que se aproximavam do comunismo em suas posições políticas, o que os uniam era a compreensão da importância do confronto de ideias e debate para se chegar a um projeto de desenvolvimento brasileiro (Toledo, 2001). De acordo com Angélica Lovatto, a primeira fase do ISEB tem como objetivo pensar um projeto nacional desenvolvimentista, “realizar um movimento de ideias que mobilizasse a burguesia brasileira a assumir o controle do país e superasse o cartorialismo do Estado brasileiro.” (Lovato, 2010, p. 78). Nesse sentido, Toledo analisa:

De um lado, estavam aqueles que defendiam a burguesia industrial, como portadora da razão histórica e dos verdadeiros destinos nacionais; de outro, aqueles que concebiam a consciência ideológica e a direção política das massas populares e trabalhadoras como sendo decisivas no processo de afirmação nacional. De um lado, o nacionalismo burguês postulado por Jaguaribe e, em certa medida, por Guerreiro Ramos; de outro, o nacionalismo de orientação popular e democrática de Werneck Sodré e Vieira Pinto. (Toledo, 2001, p.47).

Existia, portanto, uma ala mais radical e outra ala mais moderada dentro do ISEB e que refletia no movimento nacionalista. Na segunda fase, também chamada por Lovatto como o último ISEB, haverá uma certa predominância da ala radical em vista da realidade social em que o país vivia capitaneada por Nelson Werneck Sodré, “nesta fase há algo novo, aqui, a tendência a imprimir um caráter anti-imperialista ao nacionalismo vai atingir cores nunca vistas – pelo menos dentro do ISEB até então. Isso tudo estimulado pelo processo de defesa das reformas de base, encampada pelo governo João Goulart.” (Lovatto, 2010, p. 79).

A partir deste momento, o ISEB estará dividido entre o campo nacional-desenvolvimentista e o campo nacionalista revolucionário, na qual a ala radical terá mais força. A coleção *Cadernos do povo brasileiro*, publicação do ISEB, iniciada em 1962, que irá discutir um projeto nacionalista com vistas à revolução brasileira, representa o principal sintoma dessa transformação. O ISEB caminhará de propostas e estratégias do projeto nacional-desenvolvimentista para discutir estratégias e propostas para a realização da revolução brasileira.

Ao longo de sua existência, o ISEB defendeu o nacionalismo moderador e suas propostas, isto é, consolidação das liberdades democráticas, melhor distribuição de renda, industrialização e maior autonomia da economia nacional e, por outro lado, o nacionalismo revolucionário e sua defesa pela reforma agrária radical, que alterasse profundamente a estrutura agrária brasileira e seu anti-imperialismo para edificar o socialismo no país.

Jacob Gorender (1987) fará duras críticas ao ISEB, afirmando que o instituto imprimiu um otimismo burguês nas suas produções intelectuais utilizando categorias como nação e desenvolvimento nacional e abstraindo as conotações de classe e lutas de classes. Concordando com Gorender, a historiadora Vânia Maria Losada Moreira escreve: “O eufemismo “desenvolvimento nacional” definia o projeto de industrialização do ISEB e do governo JK, que era, no entanto, liberal, burguês, capitalista. Mas a “ideologia do desenvolvimento nacional”, sobretudo na versão

juscelinista, ocultava a dimensão de classe subjacente ao projeto nacional-desenvolvimentista.” (Moreira, 2003, p. 165).

É nesse sentido, portanto, que Vânia Losada afirma que haverá embate entre as duas tendências do movimento nacionalista, pois o nacionalismo econômico denunciará o governo de Juscelino como entreguista, enquanto que os isebianos, por outro lado, assumirão, de modo geral, uma posição governista, afirmando que o problema era apenas a aliança dos latifundiários agroexportadores com o mercado internacional.

O Governo JK baseou-se na aliança entre o Partido Social Democrático (PSD), de Juscelino, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do vice-presidente João Goulart. O PSD tinha um perfil conservador, nitidamente ruralista, enquanto o PTB defendia os interesses trabalhistas, com inserção sobretudo no meio urbano. “A aliança PSD/PTB dava à administração juscelinista um aspecto de governo de “centro”, pois combinava setores políticos com agendas bastante diversas.” (Moreira, 2003, p.165). Mais do que isso, em sua essência, o governo de Juscelino firmou-se em uma aliança entre o setor industrial e a oligarquia rural.

A “Operação Brasília” e a construção do cruzeiro rodoviário foram a forma encontrada por Juscelino para favorecer os interesses do setor industrial e da oligarquia rural ao mesmo tempo, “a própria abertura das estradas abria a fronteira agrícola para regiões até então não incluídas no desenvolvimento econômico nacional.” (Machado, 2017, p. 43).

Os representantes da oligarquia rural perceberam os benefícios que a “Operação Brasília” oferecia ao setor rural ao dar continuidade a penetração no interior iniciada por Getúlio Vargas no projeto Marcha para o Oeste:

As aspirações ruralistas não eram contraditórias ou incompatíveis com o programa desenvolvimentista de JK. A oligarquia rural não se posicionava contra a industrialização, tal como imaginava os isebianos e tantos outros políticos progressistas. Juscelino, por sua vez, tampouco excluía a oligarquia rural do grupo de apoio ao seu governo e, menos ainda, combatia seus interesses “arcaicos”. A ideia sobre a incompatibilidade entre o projeto nacional-desenvolvimentista e os interesses agrários era uma ficção. E resultava, em grande medida, do desconhecimento da real composição do setor rural nacional, interpretado como predominantemente exportador quando, na realidade, a parte mais dinâmica do bloco ruralista só poderia crescer atendendo à ampliação da demanda interna, provocada pela própria industrialização. (Moreira, 2003, p. 182).

A intensificação do processo industrial preconizava não o fim da oligarquia rural, mas a necessidade de modernização da agricultura, Juscelino abriu caminho para

a introdução do capitalismo no campo. Em seu estudo sobre o governo de Juscelino Kubitschek e o nacional- desenvolvimento, Vânia Losada (2003) define seu programa de governo como *modelo oligárquico de apropriação territorial*:

Seu programa de governo apoiou de forma muito efetiva a expansão do modelo oligárquico de apropriação territorial. Construiu Brasília e o gigantesco cruzeiro rodoviário sem disciplinar ocupação, posse e formação de propriedades rurais nas frentes de expansão da sociedade colonial. Na prática, isso viabilizou o controle e o domínio da elite rural sobre os novos territórios ocupados, gerando, por um lado, um fortalecimento numérico econômico, social e político da oligarquia rural e, por outro lado, uma enorme exclusão social de homens e mulheres pobres que habitavam o interior. (Moreira, 2003, p. 185).

Portanto:

O nacional-desenvolvimentismo incentivou a modernização da agricultura, a expansão das fronteiras agrícolas sobre bases oligárquicas e, sobretudo, um modelo de industrialização que, ao se eximir de qualquer política social reformista, criava laços estáveis entre os grandes interesses rurais e urbanos.” (Moreira, 2003, p. 188).

Entre os problemas apontados pela autora ela afirma que a expansão do modelo oligárquico de apropriação territorial não obedecia a qualquer regulamentação estatal o que gerava consequências graves para os camponeses e demais massas populares, tais como o incentivo à grilagem de terras e a formação de novos latifúndios que apenas aumentaram os conflitos por terra.

O Governo Juscelino foi, portanto, fruto de um acordo entre os grandes interesses rurais e o grande capital estrangeiro que resultou numa enorme exclusão de camponeses em seu programa de governo. Embora a reforma agrária já estivesse na ordem do dia, Kubitschek eximiu-se de propor qualquer política agrária (MOREIRA, 2003). Enquanto isso, a mobilização política no campo só crescia, a exemplo das Ligas Camponesas, que veremos melhor adiante.

No entanto, as mobilizações no campo chegaram a tal ponto que se tornou insustentável para o governo ignorar. Com isso, Juscelino propôs a criação de uma agência específica para a região Nordeste, principal local de atuação das Ligas Camponesas, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A Superintendência surge como uma política de desenvolvimento regional aliado ao desenvolvimento nacional como parte do Programa de Metas do governo JK em 1959.

É interessante destacarmos o ponto de vista do historiador Pablo Porfirio no que diz respeito à criação da superintendência ao afirmar que o crescente interesse da imprensa em noticiar o caso dos camponeses da Galileia fez o presidente Juscelino

ficar em alerta:

O presidente Juscelino Kubitschek, diante da repercussão das reportagens de Antônio Callado, procurou obter apoio de parte da opinião pública e com isso tentou pressionar alguns parlamentares contrários às mudanças nas políticas do governo federal executadas no Nordeste. O que se desejava aprovar no Congresso era um novo plano, cujo objetivo consistiria na alteração do modo como se abordava os problemas da região, deixando de se executar ações defensivas e paliativas e passando a implantar um programa positivo, que alcançaria as ditas causas do subdesenvolvimento. À frente desse novo plano do governo federal estava Celso Furtado, que no início de 1959 apresentou a Juscelino Kubitschek uma série de sugestões para buscar solucionar os problemas do Nordeste. Estas foram organizadas em um projeto, cuja estratégia principal apontava para a criação de uma autarquia federal, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O projeto de Celso Furtado recebeu o nome de Operação Nordeste (Porfirio, 2007, p. 221).

A diretriz de ação da SUDENE visava a industrialização como única forma de desenvolvimento regional, “integrar economicamente todas as regiões do país, dentro dessa ideologia desenvolvimentista, seria a solução para a superação do subdesenvolvimento, pressupondo, para isso, a diminuição das desigualdades regionais” (Laner; Faria, 2019, p. 190).

O Nordeste foi entendido por Celso Furtado como uma região atrasada e com uma oligarquia rural dominante:

O maior problema se originava no Sertão nordestino, castigado pelas secas periódicas, onde predominava o latifúndio de algodão e gado junto ao sistema de meação: o lavrador recebia pela parte que colhia e tinha o direito a cultivar alimentos nas terras improdutivas. Esse sistema, contudo, resultava em salários baixíssimos, mantendo a população rural dependente da agricultura de subsistência e obrigada a consumir o que era produzido no armazém do latifúndio, endividando-se com o proprietário (Laner; Faria, 2019, p. 192).

No ano de 1955 será realizado, em Pernambuco, o Congresso de Salvação do Nordeste, que vai reunir intelectuais, lideranças sindicais, parlamentares e parlamentares que irão discutir os problemas do subdesenvolvimento do Nordeste, a partir desse momento a questão da seca, por exemplo, deixará de ser apenas uma questão geográfica para se tornar um problema de ordem social e política (Montenegro, 2003, p. 253).

É nesse contexto de mobilização das massas camponesas – sobretudo na região Nordeste – da necessidade de aceleramento do processo de industrialização do país que os problemas da região ganharão dimensão nacional. Medeiros escreve que o

desenvolvimento da luta das Ligas Camponesas, principalmente do Engenho Galileia em Pernambuco, coincidiu com a constituição de uma nova concepção, por parte de intelectuais e alguns políticos locais, sobre os problemas da região:

O desenvolvimento da luta da Galiléia coincidiu com a constituição de uma nova concepção, por parte de intelectuais e alguns políticos locais, sobre os problemas da região, que teve por marco o Congresso de Salvação do Nordeste em 1955. Nesse encontro, do qual participaram desde políticos, representantes da indústria, do comércio, da agricultura até intelectuais como Celso Furtado, Inácio Rangel etc., deslocou-se o diagnóstico dos problemas regionais. Tradicionalmente vistos como resultado das secas e dos fatores naturais, eles passavam a ser pensados a partir de uma análise de outro teor, político-social. A Carta de Salvação do Nordeste, produto do seminário, procurava analisar os problemas nordestinos como resultado da miséria decorrente de uma estrutura altamente concentradora de riquezas e incluía a reivindicação por reforma agrária (Medeiros, 1989, p. 48).

Ainda sobre o Congresso de Salvação do Nordeste, a autora afirma:

Nesse encontro, do qual participaram desde políticos, representantes da indústria, do comércio, da agricultura até intelectuais como Celso Furtado, Inácio Rangel etc., deslocou-se o diagnóstico dos problemas regionais. Tradicionalmente vistos como resultado das secas e dos fatores naturais, eles passavam a ser pensados a partir de uma análise de outro teor, político-social. A Carta de Salvação do Nordeste, produto do seminário, procurava analisar os problemas nordestinos como resultado da miséria decorrente de uma estrutura altamente concentradora de riquezas e incluía a reivindicação por reforma agrária. (Medeiros, 1989, p. 48).

Não é ingênuo afirmar que – considerando o caráter de classe do governo Juscelino e sua promoção do modelo oligárquico de apropriação territorial – a criação da SUDENE, em certa medida, a função de ‘resolver por cima’ os problemas sociais no campo nordestino de modo que apaziguasse a intensa e preocupante agitação e mobilização camponesa por reforma agrária.

Nesse sentido, Santana afirma que:

O emprego do termo “Operação Nordeste” também pode ser entendido como uma tentativa de conter possíveis ameaças de levantes comunistas que poderiam culminar em uma revolução vermelha no Nordeste. A atuação da SUDENE após sua fundação serviu como um meio para o crescimento (e não desenvolvimento) das esferas sociais e econômicas da região, sendo usada até por agências americanas que agiam na intenção de diminuir a miséria entre a população nordestina mais pobre que, segundo eles, era uma garantia de controle contra qualquer tentativa de levante social motivado pela pobreza e por doutrinações comunistas (Porfirio apud Santana, 2022, p. 47).

1.2 As Ligas Camponesas

De acordo com as palavras de Motta e Esteves, é impossível “reconstruir a conjuntura brasileira do pré-64, com todos os seus embates e projetos em disputa, em especial no que se refere às lutas em torno da reforma agrária, sem deixar de reconhecer um lugar de liderança política conquistado pelas Ligas Camponesas naquele momento” (Motta; Esteves, 2009, p. 244). Tal afirmação é mais do que justa ao colocar no devido lugar a importância que as Ligas Camponesas exerceiram nos anos de 1950.

É no contexto do surgimento das Ligas Camponesas que o debate sobre a questão agrária ganha contornos mais significativos e se torna um dos maiores dilemas dentro do debate nacional promovido nos anos 50 e 60 do século XX sendo, também, precisamente com as Ligas Camponesas que a luta por reforma agrária viria a ter abrangência nacional.

Motta e Esteves (2009) escrevem que muitos autores apontam para a ligação entre as Ligas Camponesas que surgiram inicialmente em Pernambuco nos anos 1950 e as ligas camponesas organizadas pelo P.C.B nos anos 1940. Considerar as Ligas Camponesas da década de 1940 como aquelas orientadas pelo P.C.B na década passada não é uma atitude equivocada, uma vez que antigos militantes do P.C.B participaram ativamente na construção das “novas” Ligas.

Um exemplo é a relevante liderança que o comunista José dos Prazeres exerceu na formação da Liga Camponesa do Engenho de Galileia, nas vésperas do surgimento da Sociedade Agrícola e Pecuarista de Plantadores de Pernambuco (SAPP) a única liga ainda ativa daquelas organizadas pelo Partido Comunista na década de 40 era a Liga Camponesa da Iputinga, localizada nos arredores de Recife, e que estava sob sua liderança (Morais, 2012, p. 46).

Além disso, Montenegro (2003) afirma que após 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, organizado pela SAPP, a própria imprensa passa a denominar a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco de “Ligas Camponesas”, de forma a imprimir na sociedade um caráter comunista, “a expressão “Ligas Camponesas”, resgatada pela imprensa na tentativa de colocar a opinião pública contra a SAPP, pois a nomeia como organização comunista, é repropriada pelos camponeses, e através dessa expressão é que serão registradas as próximas sociedades agrícolas.” (Montenegro, 2003, p. 254).

As Ligas Camponesas se originaram no Engenho Galiléia – nome do engenho de Fogo Morto, refere-se a um engenho de cana de açúcar desativado – no município de Vitória do Santo Antão, onde viviam 140 famílias do cultivo de agricultura de subsistência. Pelo uso da terra era pago um aluguel, o foro, que nos últimos anos, segundo os moradores, subiu além da sua capacidade de saldar o mesmo (Montenegro, 2003).

A estratégia para resolver os problemas que assolavam a comunidade de Galiléia foi a criação da SAPPP (Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco). É da SAPPP que nasce o primeiro núcleo das Ligas Camponesas em 1º de janeiro de 1955 e logo elas se espalham pelo Nordeste. A Liga Camponesa de Sapé, fundada na Paraíba em 1958, se tornaria a Liga mais expressiva da região. Porfirio escreve que os camponeses decidiram criar uma associação de ajuda mútua para dar soluções a problemas como o enterro de seus mortos, “se utilizava um caixão coletivo da prefeitura, que logo após o sepultamento era devolvido para ser posteriormente reutilizado” (Porfirio, 2007, p. 20).

Leonilde Medeiros (1989) escreve que as condições para os conflitos que surgiram no engenho da Galileia foram as transformações nas relações de trabalho tradicionais – caracterizadas pela morada e pelo aforamento de terras – encontradas no campo a partir da década de 1950:

A partir da década de 50, verificaram-se no Nordeste profundas transformações nas relações de trabalho tradicionais, caracterizadas pela morada e pelo aforamento de terras. O rompimento dessas relações, com a negação da concessão de terras para plantio próprio do trabalhador (sítio), ou por um aumento considerado abusivo do foro, criou condições para a emergência de conflitos na região (Medeiros, 1989, p. 46).

No mesmo sentido Silva (2015) afirma que o foro era a principal condição para as famílias da comunidade Galiléia morarem e plantarem nas terras do engenho:

O foro foi uma forma de pagamento surgida no Brasil ainda na época da escravidão, quando, por ocasião das sucessivas crises da economia açucareira, formou-se uma população branca e mestiça pobre que procurava a proteção dos grandes proprietários [...] Após a abolição da escravatura, a mão de obra utilizada nos engenhos foi maciçamente transferida para os moradores. As condições de vida desses moradores eram bastante precárias. A grande maioria deles morava em casas de taipa, sem instalações sanitárias, sem assoalhos e com chão de terra batida (Silva, 2015, p. 22-23).

O sociólogo José de Souza Martins, por sua vez, escreve que durante o período da guerra, de 1939 a 1945, os preços de açúcar subiram, as usinas voltaram

ao cenário e os foreiros foram expulsos, “onde os foreiros não foram expulsos, em terras de usina, as usinas permitiram que ficassem na terra sob condição de destruírem outras culturas e plantassem cana” (Martins, 1981, p. 65).

É nesta realidade de ameaças e violência que nasce a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco, uma associação de caráter civil que também tinha fins assistencialistas:

A Sociedade tinha, em princípio, finalidades benéficas, que incluía a instituição de uma caixa de auxílio comum para financiar funerais, a alfabetização de crianças e a formação de um fundo para ajudar no pagamento do foro e de despesas médicas e jurídicas. Tais objetivos estavam ligados ao enfrentamento a problemas que assolavam os moradores do engenho resultantes da falta de assistência do poder público, da extrema pobreza e da exploração do latifundiário (Silva, 2015, p. 26).

Medeiros (1989) acrescenta que as Ligas aglutinaram em suas demandas a extinção do cambão, do barracão e a luta por reforma agrária. As Ligas assumem um tom mais político quando o proprietário do engenho, que havia sido convidado para ser presidente de honra da associação recusa o pedido após ter, inicialmente, aceitado. Tal atitude levou os camponeses a Recife para buscar apoio, a causa foi assumida pelo advogado e deputado estadual Francisco Julião:

O proprietário foi convidado para ocupar o cargo de presidente de honra da associação, possivelmente numa tentativa de neutralizá-lo. Este, no entanto, recusou a honraria, não aceitou a entidade e ameaçou com represálias policiais, aumento do foro e expulsão em massa dos foreiros. Tal atitude desencadeou um processo de resistência. Um dos momentos dela foi a ida dos foreiros a Recife para buscar apoio à sua luta. A causa foi assumida pelo advogado Francisco Julião, recém-eleito deputado estadual, e logo se constituiu um comitê suprapartidário de apoio às 140 famílias de “galileus”. Nesse momento, abriram-se duas frentes complementares de luta: a jurídica e a de caráter mais propriamente político, com o comitê denunciando na Assembléia Legislativa Estadual e na imprensa a situação dos foreiros do engenho Galiléia (Medeiros, 1989, p. 47).

Em 1959, a luta dos camponeses organizados pela SAPPP resultou na desapropriação do engenho, consolidando, assim, a primeira vitória das Ligas:

Em 1957, o deputado Francisco Julião apresentou um projeto na Assembléia Legislativa estadual para desapropriar as terras do Engenho Galiléia em favor dos foreiros, que estavam sendo constantemente ameaçados de expulsão¹⁰. O texto não foi aprovado, mas a luta continuou durante toda a segunda metade da década de 1950, até que, em 1959, um novo projeto foi apresentado, agora pelo deputado Carlos Luís (Porfirio, 2007, p. 209).

Inclusive, vale destacar, a historiadora Maria do Socorro Rangel atribui ao ano de 1959 o grande marco de fundação das Ligas Camponesas: é o ano da desapropriação do engenho Galileia que resultou na criação de muitas outras ligas. Sua escolha tem a ver com “não atribuir às Ligas Camponesas um lugar de fundação pré-determinado, ou mesmo exclusivo (P.C.B ou Julião) e muito menos excludente (P.C.B x Julião)” (Rangel, 2000, p. 23).

Após a vitória dos camponeses, começou a aparecer na grande imprensa notícias que buscavam criminalizar o movimento camponês:

Os latifundiários de diversas partes do Brasil trataram de imediato de repudiar a decisão do governador pernambucano de autorizar o repasse do Engenho Galileia. A questão agrária brasileira não era mais um tema concentrado na zona canavieira de Pernambuco ou na região Nordeste. O assunto tinha tomado um caráter nacional, fazendo assim com que os latifundiários e os seus aliados voltassem suas atenções para novas estratégias de contenção ao avanço das Ligas (Santana, 2022, p. 51)

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou matéria em repúdio a decisão de Cid Sampaio e declarou que o ato se caracterizava, “como um atentado à propriedade privada” (Porfirio, 2007). Porfirio escreve que começaram a relacionar a atuação dos camponeses como responsáveis por focos de incêndios ocorridos em canaviais, os proprietários de terra buscavam convencer a opinião pública de que os camponeses estavam se tornando criminosos subversivos. Dessa forma, o historiador explica:

Estes (camponeses), principalmente no período da estiagem, ficavam bastante vulneráveis ao fogo, cujo início podia ser provocado por qualquer fagulha ou ponta de cigarro. Por outro lado, para facilitar o corte, assim como para aumentar a área cortada, alguns trabalhadores ateavam fogo nas plantações. Contudo, esses incêndios, no final da década de 1950 e início dos anos 1960, foram amplamente noticiados na imprensa e registra dos pela polícia como um ato criminoso realizado por pessoas que estariam ligadas aos comunistas (Porfirio, 2007, p. 218).

Com os grandes feitos das Ligas Camponesas, os camponeses do Engenho Galileia ganham repercussão internacional, o jornal *The New York Times* envia o jornalista Tad Szule para Pernambuco, com a finalidade de conhecer o Engenho Galileia, em Vitória do Santo Antão. Essa viagem expressa a preocupação dos Estados Unidos da América, dentro do cenário da Guerra Fria, com a influência cubana e o alinhamento soviético em territórios americanos (Santana, 2022).

Santana (2022) escreve ainda que a intenção dos artigos que foram

publicados pelo jornalista do *The New York Times* era vincular as causas da pobreza no Nordeste com a atuação ‘dos comunistas das Ligas Camponesas’.

Em 1956 a SAPPP torna-se uma associação de caráter estadual após a realização do 1º Congresso Camponês de Pernambuco em Recife, em que ocorre uma passeata de três mil camponeses pela cidade, após o congresso o ex-militante do P.C.B José dos Prazeres torna-se presidente das Ligas Camponesas. Motta e Esteves (2009) afirmam que em 1963 tinha um total de duzentos e dezoito Ligas espalhadas pelos países.

Com o crescimento das Ligas tornou-se necessário definir uma estrutura organizativa. Ficou definido uma delegacia em cada município onde as Ligas estivessem organizadas, cada delegacia tinha uma diretoria e a sede central seria sempre a capital do Estado ou uma cidade grande próxima (Medeiros, 1989). Sobre a escolha do termo ‘delegacia’ para referir-se às sedes locais, Montenegro escreve que “a escolha do termo aponta mais uma tática para fortalecer o trabalhador no seu enfrentamento com o patrão.

O camponês conhece a delegacia de polícia, onde muitas vezes é pressionada a comparecer para resolver pendências trabalhistas, ou mesmo a desocupação compulsória de alguma terra em que mora e cultiva com a família. O camponês terá, então, uma delegacia que defenderá seus direitos, onde não mais será alvo de pressões e prisões” (Montenegro, 2003, p. 254).

Santana (2022) escreve sobre a existência de uma liga camponesa índigena, do povo Xukuru:

No início da década de 1960, uma quantidade considerável de indígenas Xukuru trabalhavam nas terras da Serra do Ororubá, destinadas para o plantio de matéria-prima voltada para a indústria do doce. Uma dessas indústrias era conhecida como Fábrica do Peixe, que contava em suas instalações com a mão de obra dos índios, convocados ao trabalho durante o turno da noite devido a fiscalização trabalhista, já que desempenhavam atividades informais e sem os devidos direitos (Santana, 2022, p. 54).

Nesse contexto de exploração e perseguição dos fazendeiros, é fundada a Liga Camponesa de Pesqueira, em 1961, “marcada pela resistência dos indígenas e a participação dos comunistas. Francisco Julião, segundo relatos de oficiais da lei, também contribuiu em alguma medida com a mobilização do grupo, chegando a mobilizar camponeses de Vitória de Santo Antão para participarem de reuniões” (Santana, 2022, p. 55).

Ao investigar os motivos para o enfraquecimento e o fim das Ligas

Camponesas, além da intensa repressão e perseguição sofrida com o golpe militar de 1964, diversos autores pontuam uma série de fatores, iremos destacar os dois principais: a disputa pela direção dos camponeses com outras forças políticas e a crescente sindicalização rural que se deu no país nos idos dos anos de 1960.

As Ligas Camponesas eram um movimento camponês de orientação política revolucionária, Porphirio (2016) destaca que as Ligas perderam representação na disputa política com o PCB e a Igreja, mas não só, a crescente sindicalização dos trabalhadores rurais foi um fator de desmobilização. Nesse mesmo sentido, Montenegro escreve:

O reconhecimento dos sindicatos rurais pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), a partir de 1962, rompe com a tradição dos proprietários rurais de impedir qualquer forma de regulamentação efetiva das relações no meio rural. O sindicato, que é considerado uma ameaça à paz agrária pelos proprietários, passa a ser visto pelo governo e setores da Igreja como uma forma de barrar o avanço das Ligas Camponesas. Embora Francisco Julião afirme que as Ligas e os sindicatos não são concorrentes, a sindicalização em massa irá contribuir para esvaziar as Ligas. Os sindicatos rurais então fundados estarão sob controle dos comunistas ou da Igreja Católica. Um outro fator que concorre para o enfraquecimento das Ligas, segundo alguns autores, é o fato destas incorporarem a concepção foquista da revolução armada (Montenegro, 2003, p. 268).

As Ligas Camponesas disputavam, no campo da esquerda, seu papel de dirigente das lutas camponesas com o PCB, a divergência ideológica estava principalmente no que dizia respeito à natureza da revolução brasileira:

Enquanto as Ligas defendiam que a revolução deveria ser socialista, sem qualquer aliança com a burguesia, o PCB defendia que a revolução deveria ser democrático-burguesa. O segundo eixo estava relacionado às estratégias de luta: as Ligas definiram como estratégia o foco nos camponeses e o PCB nos assalariados rurais. O terceiro eixo se referia às diferentes noções de igualdade: o PCB defendia a ideia de igualdade democrático-burguesa, que deveria ser implantada para garantir o desenvolvimento das condições necessárias para a ascensão do socialismo, e as Ligas partilhavam da ideia de igualdade do socialismo, uma ideia com um fim em si mesmo. O último eixo estava associado à subordinação da luta pela reforma agrária à luta anti-imperialista, criticada pela Liga e apoiada pelo PCB (Porphirio, 2016, p. 68).

Portanto, ao adotar a Revolução Cubana como referência, a direção das Ligas Camponesas se afastara da estratégia revolucionária e do programa nacional-democrático do PCB. O campo da esquerda revolucionária basicamente se dividirá em dois pólos: o que representa o programa nacional democrático do PCB *versus* o programa das Ligas Camponesas com inspiração no modelo cubano.

1.2.1 PCB *versus* Ligas Camponesas

O programa nacional-democrático do PCB afirmava que a natureza da revolução da burguesia brasileira se enquadra na revolução burguesa de segundo tipo, que difere completamente do modelo clássico. O modelo clássico de revolução burguesa que ocorreu na Europa Ocidental de fato liquidou as velhas relações de produção e desenvolveu o capitalismo plenamente, a revolução burguesa de segundo tipo, por sua vez, acontece já na fase imperialista do capitalismo e, por isso, suas condições e resultados serão outros, diferentes e diversos.

O que significa dizer que a burguesia nacional tinha ainda uma tarefa revolucionária a cumprir em uma aliança com as demais classes democráticas do país: o proletariado e o campesinato. Tratava-se de enfrentar o imperialismo em nome da autonomia econômica do país e de liquidar o latifúndio para liberar as forças produtivas.

A seguir apresentamos a definição de Nelson Werneck Sodré⁹, que foi um dos principais teóricos do programa nacional-democrático do PCB:

A constatação de que o caráter da Revolução Brasileira é democrático e nacional tem, pois, interesse. Não se trata de simples questão formal. Porque, como consequência, permite concluir que se trata do acabamento da revolução burguesa, em nosso país, de processo em que a burguesia tem papel a desempenhar. É claro que, no referido caráter, interessa mais à burguesia o conteúdo nacional, enquanto às outras forças interessa mais o conteúdo democrático; eles são, porém, tão estreitamente vinculados que parece impossível separá-los, admitindo que, com a vitória, permaneça o nacional e desapareça o democrático. Que papel poderá ter a burguesia no desenvolvimento da Revolução Brasileira é problema do próprio processo (Sodré, 1978, p. 247).

Portanto, esta interpretação considera que as reformas democráticas, ainda que não imediatamente socialistas, faziam avançar o campo revolucionário, pois combatem o imperialismo e o latifúndio. Nesse sentido, o PCB via nas Reformas de Base o principal meio de fazer avançar o processo revolucionário no Brasil:

⁹ Historiador marxista brasileiro, bastante atuante no PCB. Nasceu no Rio de Janeiro em 1911 e faleceu em 13 de janeiro de 1999. Além de sua já mencionada participação de destaque no ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros, foi um destacado militar, professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército entre os anos de 1948 e 1950, por sua profissão militar, realizou diversas viagens pelo Brasil que o possibilitou conhecer a realidade brasileira, sobretudo a realidade das massas rurais no país. Foi autor de vasta obra, produziu mais de cinquenta livros e publicou numerosos artigos, principalmente entre os anos de 1938 e 1980.

A conquista das reformas de estrutura correspondia à derrota do imperialismo, à emancipação nacional, ao desenvolvimento material do país. Assinalavam a etapa necessária da Revolução Brasileira. Qual o fim das reformas, realmente? Vitoriosas, correspondiam a liquidar a dominação imperialista em nossa economia, a liquidar o poder dos latifundiários como classe, à ampliação da base democrática do poder. Programa modesto? Não, programa gigantesco. (Sodré, 1978, p. 231).

A análise de que a burguesia brasileira com o latifúndio e, depois, com o imperialismo – que, em aliança com o latifúndio, limita a produção somente à bens primários –, foi alvo de duras críticas, principalmente por parte da direção das Ligas Camponesas. O jornal *Liga* lançava críticas indiretas às teses pecebistas, em especial a formação de aliança com a burguesia.

Muitos textos foram publicados no sentido de apresentar a burguesia como aliada do imperialismo norte-americano e “irmã gêmea do latifúndio, por sucessão histórica e consanguinidade socioeconômica” (*Liga*, nº1, 1962). Para as Ligas Camponesas nunca houve uma burguesia nacional, cujo desenvolvimento encontrava no imperialismo um grande entrave.

A divergência entre o PCB e as Ligas atingiu o seu ápice no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, no ano de 1961, “o ponto de divergência entre as duas organizações atingiu um nível inconciliável, fazendo com que diversos membros do partido que também integravam o movimento camponês fossem expulsos oficialmente.” (Santana, 2022, p. 72).

O congresso havia sido convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), com forte influência do PCB. Nesse congresso, a tese das Ligas expressa na consigna “Reforma agrária na lei ou na marra” saiu vitoriosa:

O PCB saiu derrotado do Congresso e viu de perto as propostas das Ligas serem aplaudidas euforicamente na medida em que iam sendo proclamadas. Além disso, um outro grupo que também presenciou a vitória das Ligas Camponesas no Congresso de Belo Horizonte foi o da Igreja Católica, que também apresentava um histórico de oposição a Julião e ao movimento liderado por ele (Santana, 2022, p. 76).

Para além disso, há também disputas internas: como veremos, apesar de Francisco Julião ter tido a Revolução Cubana como referência, não foi ele quem assumiu o comando de formação de guerrilhas, ficando a cargo de Clodomir Moraes impulsionar a via da luta armada:

A partir de 1961 é possível falar que as Ligas Camponesas, enquanto organização, entraram em crise interna. Fruto da reflexão sobre a experiência cubana, parte de sua direção, tendo à frente Clodomir Moraes, incorporou as teses da guerra de guerrilhas e da impossibilidade de transformações sociais e políticas pela via pacífica. Esse setor iria procurar instalar campos de treinamento, os chamados “dispositivos militares”, em alguns pontos do país: Goiás, Bahia, Paraná, Acre, e outros. Francisco Julião, por seu lado, contrário à tese das guerrilhas, tentou unificar novamente a direção, mas sem sucesso. A partir daí, isoladas politicamente e tendo que enfrentar novos adversários (a organização dos trabalhadores pela Igreja e a ação do estado), as Ligas só mantiveram sua força nos estados de Pernambuco e Paraíba, onde sua organização estava profundamente encravada nas lutas dos trabalhadores (Medeiros, 1989, p. 75)

Importante destacar que, apesar do seu enfraquecimento na disputa com outras forças políticas, as Ligas Camponesas vão ser a única organização a sustentar uma reação armada contra o golpe militar de 1964, “na noite de 31 de março, 5 mil camponeses das Ligas, com armamentos rústicos (punhais, facões, foices e espingardas), ocuparam a cidade de Vitória de Santo Antão (26 mil habitantes)” (Morais, 2012, p. 65).

Ao contrário das Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja Católica expandiram seus horizontes ao aderirem à sindicalização. A instituição religiosa, por exemplo, sugeria (mas não chegava a fundar) a criação de sindicatos e convocava os camponeses a se filiarem por meio das ações sociais promovidas por padres e bispos.

Apesar do impulsionamento da sindicalização, com o PCB e a Igreja Católica, cada um com suas próprias motivações políticas, Porfírio (2007) deixa claro que os camponeses aderiram à sindicalização e permaneceram nas Ligas. Portanto, a sindicalização não pode ser considerada um motivo de grande importância para o desmantelamento das Ligas Camponesas.

Os agentes e os motivos para o golpe militar em 1964 vão ser melhor abordados no próximo capítulo. As páginas do jornal *Liga* é uma boa maneira de entendermos o impasse entre as esquerdas: enquanto João Goulart queria que as reformas de base passassem pelo crivo do Congresso, como um reformista que era, a sua base se radicalizava cada vez mais, desconfiada de que o Congresso seria capaz de aprovar as reformas (Reis Filho, 1990). João Goulart, portanto, era colocado como um conciliador, como veremos mais adiante.

2: Jornal *Liga*: O Brasil pré-golpe militar de 1964

Como já afirmado outras vezes em nossa pesquisa, o entremoio de 1945-1964 o Brasil vivia um ineditismo cultural e político, era o ápice das lutas populares. Nesse ínterim ocorreu o suicídio de Getúlio Vargas, acossado por forças da oposição que buscavam desestabilizar o seu governo com apoio de grupos estrangeiros.

Desde esse período, as forças golpistas de 1964 já estavam agindo, foram necessárias intervenções militares em 1955 para assegurar a posse de Juscelino Kubitschek como presidente e de João Goulart como vice-presidente, resultado da aliança PSD-PTB. A posse de João Goulart, em 1961, por outro lado, veio acompanhada de um outro sistema: o parlamentarismo.

De acordo com Moniz Bandeira, o programa de governo de Vargas buscava impulsionar a industrialização do país, de modo a “induzir a fabricação de máquinas e equipamentos no Brasil e a conter a evasão de capitais” (Bandeira, 1978, p. 16). Naturalmente isso contrariava os interesses do grande capital estrangeiro e a burguesia comercial que se beneficiava com tais negócios:

Vargas, cuja ditadura refletia uma estratégia de compromisso, atrelou o proletariado urbano à fração da burguesia vinculada ao mercado interno, mediante a legislação social, e atribuiu ao Estado decisivo papel no desenvolvimento do país, explorando as contradições interimperialistas para concretizar importantes empreendimentos, como a implantação da primeira usina siderúrgica nacional, em Volta Redonda. Deposto com aval de Washington por um golpe de Estado, em 1945, voltou ao poder, através do voto, e tratou de consolidar o processo de industrialização, retornando a orientação nacionalista que o governo do Marechal Eurico Dutra interrompera (Bandeira, 1978, p. 15).

No entanto, a campanha da oposição, encabeçada por Carlos Lacerda – que trataremos melhor adiante – e os oficiais militares ligados à União Democrática Nacional (UDN), levará Getúlio Vargas a cometer suicídio em agosto de 1954. O governo de Juscelino Kubitschek deu continuidade ao projeto de industrialização do país, no entanto, sob o comando do capital estrangeiro e com foco principalmente na fabricação de automóveis e eletrodomésticos:

Durante o Governo de Kubitschek, que expressava os anseios da burguesia cosmopolita, o regime econômico brasileiro, conjugando favores fiscais e de diversos tipos às dificuldades de importação de bens de consumo, funcionou de modo a atrair e a forçar as empresas estrangeiras a investirem no país (Bandeira, 1978, p. 18).

E ainda:

A Instrução 113 tanto prejudicou o crescimento da indústria nacional de bens de produção, que possibilitaria ao país substituir as importações num setor vital para a reprodução capitalista, quanto incentivou a transferência do controle acionário de empresas brasileiras para as corporações internacionais, em outras palavras, animou o fenômeno conhecido como desnacionalização (Bandeira, 1978, p. 18).

A industrialização trazia consigo o “robustecimento da classe operária” (Bandeira, 1978, p. 20), as lutas sociais cada vez colocavam em xeque a estabilidade do governo JK, o que resultou na eleição de Jânio Quadros. O breve governo de Jânio Quadros foi incapaz de atender as demandas que o país, naquele momento, exigia, tais como a reforma agrária e a limitação da remessa de lucros para o exterior como forma de reverter o fenômeno da desnacionalização provocado pelo Governo JK (Bandeira, 1978).

Sua renúncia o levou a ser sucedido por João Goulart, que havia sido reeleito vice-presidente da República. A ala militar do Ministério tentou impedir a posse de João Goulart, que estava em viagem diplomática para a China, acusando-o de vinculação com o comunismo. Porém, Brizola e a mobilização popular conseguiram garantir a sua posse:

O governador Leonel Brizola, mobilizando a Brigada Militar, sublevou o povo do Rio Grande do Sul e o III Exército, o mais poderoso do Brasil, foi paralisado pela pressão das armas, acabando por se alinhar na defesa da legalidade. [...] A campanha pela posse de Goulart estendeu-se por todo o país (...) Greves irromperam nas principais cidades brasileiras, demonstrando a combatividade e o grau de consciência política do proletariado. E a maioria do Congresso não acolheu o pedido dos Ministros militares para que votasse o impedimento de Goulart (Bandeira, 1978, p. 22).

No entanto, Goulart assumiu o governo com o estabelecimento do parlamentarismo, assim, diminuía o poder de decisão do presidente transferindo-o para o primeiro-ministro aprovado pela maioria do Congresso. Bandeira (1978) escreve que o deputado Almino Affonso, do PTB, disse a Goulart que o parlamentarismo é um golpe branco das forças reacionárias, um golpe, em termos civis, que os militares tentaram dar.

As esquerdas, apesar disso, ficaram otimistas com a campanha pela posse de João Goulart, assumia o poder um governo “nacionalista, democrático, apoiado nas ‘massas’. Daniel Aarão Reis Filho afirma que Luís Carlos Prestes apressou-se em desenhar um programa de governo para João Goulart: punição aos golpistas, defesa das empresas estatais, promulgação imediata da Lei da Remessa de Lucros, reforma agrária e entre outros.

O jornal *Liga* surge no início do Governo João Goulart, portanto, aspectos mais detalhados desses anos serão tratados mais adiante de modo a construir um diálogo com o que as páginas do periódico escreviam sobre ele.

2.1 Aspectos gerais do jornal *Liga*

O Jornal *Liga* foi um periódico semanal de seis páginas que circulou entre 09 de outubro de 1962 a 31 de março de 1964, sua sede administrativa ficava no Rio de Janeiro, com sucursais em Recife e João Pessoa, capitais dos estados em que as Ligas Camponesas eram mais atuantes e expressivas.

No Rio de Janeiro o periódico era vendido a 10 cruzeiros e a 20 cruzeiros nos demais estados. Com relação ao expediente do *Liga*, o jornal passou por algumas mudanças na direção durante a sua existência. Inicialmente, o responsável pela edição geral do periódico era o jornalista pernambucano Antônio Avertano Barreto da Rocha¹⁰.

Importante esclarecer, como afirma Morais (2012), o periódico surge quando o Conselho Nacional das Ligas Camponesas estava composto por médicos, professores, intelectuais, ou seja, pessoas dissociadas do campesinato. Por este motivo, em seu início, o jornal se dirigia mais aos setores urbanos para mobilizar apoio ao movimento.

A forma de sustentação financeira do jornal era por meio de apoiadores, personalidades públicas e figuras democráticas, além de incentivar seu leitor a se tornar colaborador, “Se você tem condições de vender exemplares do nosso jornal onde você trabalha ou vive, escreva-nos, nós os mandaremos. Assim, você estará nos ajudando a fazer a revolução brasileira.” (BILHETE AO LEITOR, Liga, nº 05, 1962).

Carneiro (2020), em sua obra que trata dos impressos confiscados pelo Estado brasileiro entre 1924 e 1964 para analisar as práticas de censura e repressão a nível institucional, afirma que grupos de resistência de diferentes movimentos sociais utilizaram os impressos como forma de comunicação, formando redes solidárias. O *Liga* conseguiu construir sólidas redes para garantir sua existências, no mesmo *Bilhete ao Leitor*, a direção informa sobre um plano geral de assinaturas.

Tal plano de assinaturas contava com a ajuda de organizações e indivíduos que compunham o setor democrático da sociedade: intelectuais, médicos, advogados,

¹⁰ Jornalista e militante do P.C.B, foi preso pelo golpe de Estado em 1964, ocasionando o fim do jornal, na época ele era o diretor principal do *Liga*. Faleceu em 2016 aos 76 anos.

artistas, professores. Vale lembrar da aproximação das Ligas Camponesas com o governo cubano, que fornecia ajuda material e financeira para impulsionar a luta armada em diversos países da América Latina.

Outro aspecto importante é a presença de arte, principalmente, xilogravuras, nas páginas do periódico. Carneiro aponta para como que os impressos militantes podem ser considerados portadores da arte de protesto, “através dos jornais e revistas podemos identificar vestígios de artistas e artesãos até então desconhecidos que agiam na clandestinidade” (Carneiro, 2020, p. 50), o que nos leva a pensar nos artistas anônimos, nunca descobertos, que contribuíram para o jornal.

Em outra edição, o jornal pede que seus apoiadores organizem os Círculos de Amigos do *Liga* para aumentar o número de assinaturas. Neste momento o periódico passava por dificuldades financeiras e por uma mudança de oficinas de imprensa. (*Liga*, n° 05, 1962).

Tivemos acesso ao jornal *Liga: ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil*¹¹ por meio do projeto **Armazém Memória**¹², um acervo digital que surge do esforço de resgatar e oportunizar o acesso à memória ligada à História Social e Política do país e a aspectos da luta popular. Nele podemos encontrar hemeroteca de periódicos com a temática da luta pela terra, documentos, livros e arquivos públicos sobre o campo brasileiro, além de inúmeros relatórios sobre conflitos no campo.

Do periódico que é nosso objeto de pesquisa, encontramos 39 exemplares¹³. Desses exemplares poucos estavam completos; a maioria faltava duas ou três páginas. Portanto, tivemos acesso ao jornal de forma irregular, ou seja, da edição n° 14, do dia 9 de janeiro de 1963, a edição seguinte é de número 21, do dia 6 de março de 1963. Por esses motivos, nos escapa o desenvolvimento ou desfecho de alguns embates e debates políticos que estavam presentes no jornal, principalmente no que diz respeito

¹¹ A frase é um trecho do Hino da Independência do Brasil, escrito por Evaristo Veiga em 1822. Apesar do caráter oficial do Hino e da tradição patriótica e militar que o envolve, muitas vezes relacionada a forças conservadoras do país, o jornal se apropria do trecho como quem afirma que os verdadeiros patriotas são as forças de esquerda mobilizadas em torno das Reformas de Base, principalmente a reforma agrária, que libertará o campo brasileiro da miséria, desigualdade e violência

¹² O Armazém Memória é um trabalho que se estrutura em rede, onde o portal na Internet é a soma dos esforços de uma ação coletiva de pessoas e instituições interessadas em preservar, catalogar, disponibilizar e construir uma política pública de acesso à memória nacional e uma ação de direitos humanos a partir da memória histórica. O acervo digital pode ser acessado através do link: <https://armazemmemoria.com.br/>

¹³ Nas pesquisas que encontramos sobre o periódico, não conseguimos descobrir quantas edições o jornal teve, essa dificuldade ocorre porque o jornal foi cassado assim que acontece o golpe de 1964. Tal aspecto dificulta, também, reconstituir algumas posições ou campanhas promovidas pelo jornal, pois não tivemos acesso as edições de forma regular.

às divergências com o governo João Goulart ou com a Frente de Mobilização Popular¹⁴.

O periódico *Liga* cumpria a função de dar sustentação política e ideológica às Ligas Camponesas, sua primeira edição contou com um editorial intitulado “*Avança a união operário-camponesa*” em que Francisco Julião escreve:

Diante da gravidade dos problemas sociais e da sucessão de crises políticas, aguça-se o interesse do povo em conhecer as causas e as razões desta situação. Em consequência, um número cada vez maior de brasileiros começa a participar do processo político, com uma visão cada vez mais clara de suas implicações econômicas e de classe. Essa legião de descontentes e inconformados é necessário arregimentar, unir e dinamizar para a luta libertadora. Com êsse objetivo, para ajudar nessa grande tarefa, surge êste jornal (LIGA, nº 1, 1962).

A chamada principal apresentava o jornal para os leitores, explicava que uma de suas tarefas era forjar a solidariedade entre as classes oprimidas. Como dito anteriormente, o jornal tinha o objetivo de construir uma opinião pública favorável ao movimento camponês e à luta pela terra nos grandes centros urbanos, principalmente entre os operários e estudantes, para fazer jus à aliança operário-camponesa-estudantil que, naquele contexto, eram as forças mobilizadas pelas esquerdas que iriam promover grandes mudanças no país em torno do programa das reformas de base.

Além da chamada principal, na capa da primeira edição do jornal estava presente a denúncia da prisão do padre Alípio de Freitas¹⁵, que havia sido preso em um comício do deputado Francisco Julião por fazer propaganda revolucionária de países socialistas (MANGABEIRA DIZ QUE VAI SOLTAR O PADRE ALÍPIO, LIGA, nº 1, 1962). A terceira manchete intitulada “Carta convoca Congresso de Apoio a Cuba”, congresso organizado por Francisco Julião como forma de dar apoio midiático ao país latino-americano, após passar por um processo revolucionário há poucos anos.

A partir da edição nº 5 percebemos algumas mudanças na estrutura do jornal, as colunas intituladas “*Carta ao operário*” e “*Carta ao camponês*” foram substituídas pelas colunas “*Do ponto de vista do operário*” e “*Do ponto de vista do camponês*”,

¹⁴ Surge no início de 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base.

¹⁵ Nasceu em Portugal em 1923, ordenou-se padre em 1952 e como pároco veio para o Brasil, instalando-se primeiramente no Maranhão. Alípio de Freitas foi um militante revolucionário que teve um papel destacado na liderança das Ligas Camponesas.

além de que o camponês e a questão agrária passaram a ser foco do jornal, antes, das seis páginas do periódico, apenas a quinta página era dedicada à temática. Tais mudanças ocorreram após o padre Alípio de Freitas assumir o controle do jornal e apontam para uma mudança na relação com os camponeses e trabalhadores, apresentando-se como um periódico feito pelas massas, pois, aparentemente, os camponeses começaram a escrever para o *Liga*¹⁶.

Além disso, havia a possibilidade de leitores se tornarem correspondentes locais de notícias, bastava enviar, durante quatro semanas seguidas, notícias sobre os problemas camponeses, ou assuntos que esclareciam o desenvolvimento da luta de classes de sua região, para que sua capacidade de colher informações e sua redação fossem avaliadas. Uma vez aprovado no teste, o leitor receberia uma carteira de correspondente local (VOCÊ PODE SER CORRESPONDE OU DISTRIBUIDOR DO JORNAL LIGA, LIGA, nº29, 1963).

Lustosa (2018) escreve que a prática de leitura em voz alta do *Liga* entre os camponeses era muito difundida. A autora nos concede um depoimento colhido de Elizabeth Teixeira em que a liderança camponesa afirma que a maioria dos camponeses não sabia ler e, então, ela lia os jornais para os camponeses.

No que diz respeito ainda à estrutura do periódico, nas suas primeiras edições, o semanário possuía a coluna “O outro lado da história”, espaço de crítica à grande imprensa que promovia a criminalização da luta camponesa e operária e também de sua abordagem sobre as pautas econômicas em favor das classes dominantes. Com a direção de Alípio de Freitas, o periódico manteve a estrutura argumentativa, mas com o nome da coluna para “*Imprensa Anti-popular*” e criando a coluna “*Imprensa Popular*”, que abordava temáticas sociais do ponto de vista da luta de classes.

O movimento operário tinha espaço, na maioria das edições, especialmente na segunda página, onde eram publicadas as colunas “*Do Ponto de Vista do Operário*” e “*Consciência Revolucionária*”, colunas que buscavam elevar as reivindicações econômicas mais imediatas para a necessidade de um processo revolucionário no Brasil. Chama atenção, naquela época, o fato de que a coluna intitulada “*Consciência Revolucionária*”, que tinha frequência no jornal, teve a assinatura de duas mulheres¹⁷.

¹⁶ Essa informação obtida para essa afirmação é da dissertação de mestrado de Porphirio, **Terra Livre, Liga e o Nordeste**: o papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-1964, em 2016. Por meio da nossa pesquisa com os periódicos não pudemos comprová-las.

¹⁷ Em nossa pesquisa, não conseguimos identificar as duas mulheres. É possível que seja algum pseudônimo usado por motivos de segurança ou pode ser que por trás das colunas sejam, na verdade,

Na primeira vez em que aparece, em 18 de dezembro de 1962, ela é assinada por Maria Eugênia e nos números de 10 a 15, e de 20 a 32, por Eulália Vieira.

O jornal teve uma seção fixa na página 5, que esteve presente da primeira à última edição analisada, intitulada “*Almanaque do Camponês*”. A seção aborda o universo camponês, tinha a parte do santo do dia, fases da lua, festas religiosas, feriados nacionais, datas comemorativas internacionais. Nas datas comemorativas internacionais, o jornal colocava, por exemplo, 9 de maio (Rendimento Incondicional da Alemanha Nazista - 1945) ou 1º de janeiro (Vitória da Revolução Cubana - 1959), datas presentes na primeira edição. Havia a seção sobre agricultura do mês, que informava sobre os tipos de cultivo de cada região do país para o período. Além de “*Novidades agrícolas*”, uma seção muito importante que apresentava o desenvolvimento na agricultura dos chamados países do bloco socialista.

Havia, ainda, a seção “*Medicina da roça*”, que valorizava o saber popular camponês, ao mesmo tempo em que denunciava a extrema miséria no campo, com ausência de médicos e unidades de saúde que levavam os camponeses a recorrerem à medicina caseira. As duas últimas partes eram “*Provérbios do Campo*”, com frases, por exemplo, “Quem não defende o vizinho um dia morre sozinho” e “*Frases célebres*”, com frases bíblicas ou de líderes revolucionários e camponeses.

2.2 A imprensa como linguagem constitutiva do social

Aqui, trata-se de compreender o periódico dentro do campo de lutas sociais no qual se constitui e atua; o historiador precisa atentar-se para a intencionalidade histórica do jornal. A História não é o estudo do passado, pois a priori, o passado não historiador tem os fatos históricos como ofício, os fatos estão no passado, no entanto, como escreveu Edward Carr (1982), “nem todos os fatos sobre o passado são fatos históricos, ou tratados como tal pelo historiador.” ou seja, os fatos existem, mas para terem caráter histórico, é preciso do papel ativo do historiador que o interpreta e lhe dá significado.

Nesse sentido, os “fatos jornalísticos” não existem como algo dado, neutro e objetivo. Os jornais são suporte de uma prática social que cabe ao historiador desvendar, analisar ou reconstruir. Para a nossa melhor compreensão da Imprensa

dois homens que escolheram pseudônimos femininos como uma forma de imprimir “mais representatividade” ao jornal.

como uma linguagem constitutiva do social, além de Cruz e Peixoto (2007), utilizaremos as reflexões de Karawejczyk (2010) de Capelato (1988) nesse segundo momento da discussão sobre a Imprensa na escrita da História. De início, destaco um trecho importante do artigo do Cruz e Peixoto (2007):

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas (Cruz; Peixoto, p. 257, 2007).

Os autores estão refletindo a Imprensa como força ativa na sociedade moderna, através dela podemos articular presente e passado e possibilidades de futuro. Podemos citar exemplos da Imprensa como força ativa e atuante na sociedade, além de cumprir a função mais imediata de construção da opinião pública, tais como mobilizar para ação, projetos, valores e ideias.

Nesse sentido também concorda a historiadora Maria Helena Capelato, em seus estudos sobre Imprensa e História no Brasil, ao escrever que os discursos expressos nos jornais permitem ao historiador identificar o significado da atuação de diferentes grupos sociais e acompanhar o movimento de ideias que circularam na época pesquisada, “os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia a dia estão registrados em suas páginas (Capelato, 1988, p. 34).

2.3 O *Liga*: análise de discurso e cultura política

Para essa discussão, consideramos pertinentes as reflexões que o linguista britânico Norman Fairclough (2001) propôs em seu estudo intitulado *Discurso e mudança social*, no qual apresenta o discurso dentro um quadro tridimensional: texto, prática discursiva e prática social.

O discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por normas e

convenções, tanto de natureza discursiva como não- discursiva. (Fairclough, 2001, p. 91)

Para Fairclough (2001) o discurso não só representa o mundo, mas lhe dá significados: é responsável pela construção de sistemas de conhecimento e crença, bem como pela construção de identidades sociais. Em nossa pesquisa, relacionamos o conceito utilizado na Teoria Social do Discurso de Fairclough com o conceito de *cultura política* para compreender as aspirações, sonhos, ideais, valores e crenças que o periódico *Liga* quis mobilizar na sociedade brasileira da década de 1960, que passava por momentos de intensas lutas populares.

Toda a efervescência política que caracterizou o Brasil dos anos 1950 e 1960 trazia consigo projetos e estratégias políticas direcionados ao futuro a serem colocados em prática para a transformação da realidade brasileira. É sob essa perspectiva que podemos analisar e colocar o jornal *Liga* como inserido dentro de uma *cultura política*. Para entendemos melhor as ações, os sentimentos e aspirações dos sujeitos que atuaram no *Liga* a definição de *cultura política* dada por Berstein é de grande valia:

Ora, se a cultura política retira a sua força do facto de, interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do ato político, ela interessa ao historiador por ser, em simultâneo, um fenômeno coletivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências. Se existe um domínio em que o fenômeno de geração encontra justificação plena e total, é bem este. Submetido à mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos (Berstein, 1998, p. 361).

Trata-se, portanto, da cultura política como a necessidade de respostas a serem encontradas face aos grandes dilemas de seu país e de uma classe. A noção de discurso como prática social nos leva a refletir sobre a força dos enunciados na prática discursiva (Fairclough, 2001). Dessa forma, podemos perceber a posição política e classista que o periódico *Liga* assume ao denunciar os crimes de seus inimigos – os grandes proprietários de terras – como “terror latifundiário” (LIGA, n° 10) ou “imperialismo” para se referir às intervenções dos EUA no Brasil e na América Latina em várias edições do periódico, como veremos adiante.

Ainda como parte da posição política do jornal, o *Liga* utiliza o termo ‘camponês’ em toda a situação, em referência aos “foreiros”, “pequenos proprietários”,

“meeiros”, “parceiros”, “vaqueiros”, “posseiros” e etc. Tal definição não é por acaso, fazia parte da estratégia de *revolução brasileira* que o periódico assumia, como parte da construção da aliança operário-camponesa.

Segundo Martins (1981), a palavra “campesinato” foi incluída no vocabulário brasileiro pela esquerda brasileira nas décadas de 1950, embora o conceito tenha sido inserido no contexto brasileiro na metade do século XX, o camponês já existia na sociedade brasileira com outras denominações:

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira. Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no Sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não. (Medeiros, 2008, p. 60).

Da mesma forma, os proprietários de terra recebiam nomes distintos de região para região: estancieiros no Sul; fazendeiros em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; senhores de engenho no Nordeste; seringalistas no Norte (Martins, 1981) e que passaram também a serem designados de latifundiários, “essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses” (Martins, 1981, p. 22).

Daí a importância de reforçar o camponês como categoria política: “a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade” (Martins, 1981, p. 22).

Nesse sentido, o nosso trabalho está de acordo com Medeiros sobre a categoria de camponês:

Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições (Medeiros, 2008, p. 58).

Nossa pesquisa defende a atualidade do conceito de ‘camponês’ não apenas porque tal conceito remete a um passado de lutas no campo como também até hoje é alvo de disputas políticas que tentam excluí-lo como categoria explicativa da realidade

de profunda desigualdade e miséria que existe no campo brasileiro, que é consequência direta da intensa concentração de terras, grilagem e violência no campo que ainda assolam a vida do nosso povo.

2.3.1 O *Liga*: o governo João Goulart (1961-1964) nas páginas do jornal

A primeira edição do jornal surge meses após o assassinato de João Pedro Teixeira, que ocorreu em abril de 1962 e no contexto da prisão do padre Alípio de Freitas, preso em 05 de setembro de 1962 após discursar em comício pró-Julião. A notícia afirma que, horas depois de sua prisão, houve protesto popular em frente à delegacia na qual Alípio estava preso e, nesse protesto, manifestantes chegaram a invadir a delegacia exigindo sua liberdade (*Liga*, nº 1, 1962).

Em matéria presente na página cinco, o periódico coloca o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira dentro de um contexto de “violência e intimidação levada a efeito pela polícia e os capangas contratados pelos latifundiários para tentar impedir que 40 milhões de camponeses tivessem, pela primeira vez na história do Brasil, um representante seu no Congresso Nacional.” (TERRORISMO FOI A ARMA ELEITORAL DO LATIFUNDIO, *Liga*, nº 1, 1962). A matéria também noticia os assassinatos de oitos camponeses que foram fuzilados pela polícia em Pirapemas, no Maranhão, e outras tentativas de intimidações em comícios de camponeses.

Percebe-se o estágio de confronto que as Ligas Camponesas estavam alcançando contra os latifundiários e que, mais tarde, vai apontar para uma crescente radicalização das esquerdas, especialmente das Ligas Camponesas. Krilow (2019), a respeito dos cuidados metodológicos pré-textuais que devemos ter no trato com os veículos de imprensa, nos alerta sobre considerar o contexto histórico de produção dos jornais: conjuntura social, política, cultural e econômica do período em que os periódicos estudados estão inseridos.

João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961, um ano antes da fundação do jornal *Liga*, em meio a uma grave crise militar e política, o que pode ser explicado com a implementação do sistema parlamentarista assim que assumiu:

O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes. Sob um parlamentarismo “híbrido”, o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade. Tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e militares que não se conformaram com a sua posse (Ferreira, 2003, p. 348).

O parlamentarismo, portanto, tinha um caráter preventivo: impedir o golpe e frustrar o nacionalismo de esquerda que pressionava pelas reformas de base. As reformas de base eram demandas históricas das esquerdas e também eram as bandeiras levantadas por João Goulart em sua campanha política e eleitoral:

Tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas constavam a bancária, a fiscal, a administrativa, a urbana, a agrária e a universitária, além da extensão do voto aos analfabetos (Ferreira, 2004, p. 184).

As páginas do jornal *Liga* estão recheadas de acalorados debates, análises e críticas sobre o período do governo de João Goulart, trata-se de uma fonte riquíssima, pois nos permite traçar o caminho e as escolhas políticas que os grupos de esquerda tomaram naquele período, seus afastamentos e aproximações em relação ao governo federal, bem como os confrontos com outras forças políticas.

Dessa forma, a análise do periódico nos possibilita compreender as contradições internas que existiam no campo do nacionalismo de esquerda: não basta só a afirmação de que a(s) esquerda(s) não era(m) homogênea(s), interessa saber em que divergiam e em que se aproximavam.

O historiador Jorge Ferreira escreve que “embora heterogêneos e nem sempre unidos, os grupos de esquerda e os nacionalistas formaram uma coalizão radical pró-reformas” (FERREIRA, 2003, p. 352). Formavam a coalizão radical pró-reformas principalmente o CGT (Central Geral dos Trabalhadoeres, as Ligas Camponesas, PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), P.C.B (Partido Comunista do Brasil até 1962, quando se torna Partido Comunista Brasileiro) e a UNE (União Nacional dos Estudantes).

Em 1963, sob a liderança de Leonel Brizola¹⁸, surge a Frente de Mobilização Popular (FMP) que pressionava o governo Goulart pelas reformas de base unicamente com o apoio político da FMP, rivalizando com outras forças políticas.

Na FMP estavam representados os estudantes pela UNE, os operários com o CGT, os subalternos das Forças Armadas, grupos revolucionários de esquerda, parte do PCB e a própria Frente Parlamentar Nacionalista (Ferreira, 2003). As Ligas

¹⁸ Fundador do PDT, considerado um dos maiores líderes trabalhistas.

Camponesas, entretanto, não faziam parte. Na verdade, enquanto as forças políticas que estavam sob a sigla da FMP eram base de apoio ao governo João Goulart, as Ligas Camponesas nunca foram. Podemos constatar isso em alguns episódios apresentados no periódico *Liga*, como veremos adiante.

Uma das abordagens da pesquisa com jornais é através da investigação do seu **projeto editorial**, em que podemos saber o posicionamento político do periódico estudado, tal operação exige “leitura mais detida e cuidadosa de seus “conteúdos”, problematizando o movimento do jornal enquanto força ativa naquele campo da hegemonia e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 267). Por meio do projeto editorial podemos identificar campanhas gerais, intervenções e mobilizações propostas pelo veículo de imprensa.

Pois bem, o *Liga* dedicou espaços de suas páginas para a campanha de boicote ao plebiscito de retorno ao presidencialismo proposto por João Goulart e, por tal posição, foi duramente criticado por parte das esquerdas. No exemplar de 04 de dezembro de 1962 o jornal dedica dois textos da página 5 para criticar a campanha do plebiscito, em “*O plebiscito é briga de gabinete: não interessa ao povo e só serve para desviar-nos de nosso caminho*” a redação escreve que o plebiscito é uma manobra para desviar o povo do verdadeiro caminho de luta pelas ‘reformas radicais’ e continua: “JK, o rei da inflação e da fome, um dos presidentes mais entreguistas que já teve o Brasil, tem o cinismo de declarar que o presidencialismo vai resolver os problemas do povo” (*Liga*, nº 9, 1962), conclamando o leitor a não votar no plebiscito.

Ainda na edição nº 9, em texto intitulado “*Goulart, aprendiz de ditador*”, o jornal critica Brizola ao dizer que ele faz parte do “grupo de pelego do governo federal” e afirma que o plebiscito é um instrumento de chantagem de Goulart para “consolidar seus poderes excepcionais” (*Liga*, nº9, 1962). Em outro momento, o jornal, uma vez mais, critica a campanha do plebiscito afirmando que ela não passa de uma estratégia de Goulart para apaziguar as lutas de libertação nacional que estavam a cada dia mais conscientes e radicais (AS GRANDES MANOBRAS PLEBISCITÁRIAS, *Liga*, nº 10, 1962).

A campanha de boicote ao plebiscito é uma expressão da indignação que o jornal tinha não apenas com o governo federal, mas com toda a estrutura política brasileira. Até o dia do plebiscito, em 6 de janeiro de 1963, o *Liga* continuamente publicou pequenas frases em box que indicava a luta das massas como única via para

mudar a situação nacional, tais como: “No presidencialismo, 70% das terras estavam nas mãos de 2% de latifundiários. No parlamentarismo, nada mudou. Logo, não há diferença. A opção é outra. O voto pela Reforma Agrária é não votar no plebiscito” (Liga, nº 8, 1962).

O presidente João Goulart, em seus discursos, argumentava que o parlamentarismo impedia suas ações, principalmente a implementação das reformas de base. A campanha de retorno ao presidencialismo iniciou em maio de 1962, “para Goulart, os índices negativos e a instabilidade política e econômica resultaram da dinâmica do parlamentarismo, regime que impedia a implementação das reformas de base.” (Ferreira, 2003, p. 358).

A queda de Tancredo Neves como primeiro-ministro em julho de 1962 simboliza o fim da frágil aliança PSD-PTB, dificultando a relação de Goulart com o Congresso Nacional:

A inquietação social incumbia-se de polarizar a luta, empurrando as forças partidárias para seus respectivos leitos políticos. O PSD, com raízes predominantemente no latifúndio, tendia a acompanhar seu aliado ideológico natural, a UDN, partido mais representativo da burguesia cosmopolita e da oligarquia financeira, rompendo com o PTB, com o esquema getulista de conciliação de classes (Bandeira, 1978, p. 57).

As tensões para a nomeação de novo-ministro são sinais dessa disputa entre os dois partidos, pois o Congresso decide rejeitar o nome do deputado trabalhista, San Tiago Dantas, indicado por Goulart, a UDN e o PSD concentraram seus ataques “na política externa independente que ele desenvolvera como Ministro das Relações Exteriores” (Bandeira, 1978, p. 57).

A classe trabalhadora estava bastante interessante no desenrolar do plebiscito, a participação de um proletariado ativo fez com que o Congresso, ainda que não tivessem aceitado San Tiago Dantas, aceitasse Francisco Brochado da Rocha, alinhado politicamente a João Goulart e favorável a realização do plebiscito (Bandeira, 1978).

A avaliação política da época era de que se não houvesse plebiscito poderia desencadear uma guerra civil no país, “segundo Hermes Lima, Ministro do Trabalho do Gabinete de Brochado da Rocha, se o Congresso não concordasse com o plebiscito, a situação tornar-se-ia crítica” (Bandeira, 1978, p. 61).

Em 6 de janeiro de 1963 a campanha de Goulart teve uma vitória avassaladora, dos 11 milhões e quinhentos mil eleitores, 9 milhões e quinhentos mil aprovaram o retorno ao regime presidencialista:

Apesar da oposição de dirigentes do PSD, da UDN e do PSP, não restou então ao Congresso, como alternativa, senão discutir e aprovar, entre 14 e 15 de dezembro, a emenda do Senador Benedito Valadares a um projeto do Deputado Gustavo Capanema, fixando a data do plebiscito para 6 de janeiro de 1963, por conseguinte, para depois das eleições, mas permitindo a Goulart constituir, imediatamente, um Conselho de Ministros provisório, sem prévia anuência do Congresso. Era a restauração informal do presidencialismo (Bandeira, 1978, p. 63).

Vale destacar que o embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, mostrou-se desfavorável ao plebiscito. De acordo com Moniz Bandeira (1978), a Record American comentou para que os brasileiros fossem prudentes com o plebiscito, pois talvez o país tivesse necessidade de um novo presidente em vez de aumentar o poder do atual.

Para boa parte das esquerdas o retorno ao presidencialismo significou uma grande vitória das forças populares na luta pelas reformas de base. Brizola chegou a defender o fechamento do Congresso Nacional e, se necessário, que o Exército restaurasse o presidencialismo (Ferreira, 2003). Por sua defesa da campanha, como vimos, o *Liga* acusou Brizola de ‘pelego’ (*Liga*, nº 9, 1962). A Frente de Mobilização Popular, parte do PCB e o PTB apoiaram a campanha de retorno, porém, as Ligas mantiveram-se radicais em boicotá-la.

A campanha do plebiscito é um marco do confronto entre as esquerdas da época. Sérgio Magalhães — deputado federal pelo PTB — acusa Francisco de Julião de ser aliado de Carlos Lacerda¹⁹ por sua posição pela abstenção no plebiscito, a seção *Informação política*, assinada por P. Porfirio Sampaio², respondeu: “não votamos em nada porque nada estava em jogo, a não ser o interesse do sr. Goulart de envolver o povo em suas manobras antipopulares, fazendo-o crer que se fazia revolução, isto é, derrubava-se o atual regime através do plebiscito.” (AS PROVOCAÇÕES DE SÉRGIO, *Liga*, nº 14, 1963).

Sampaio alerta Sérgio Magalhães ao dizer que o deputado federal foi muito irresponsável, pois o seu ataque a Francisco Julião enfraquece o campo das forças populares. Na mesma coluna, encontramos outro texto de título **Os gorilas e o plebiscito** em que o jornal responde com críticas um artigo de opinião que saiu no jornal *O Semanário*²⁰.

¹⁹ Jornalista e político brasileiro, foi membro da UDN (União Democrática Nacional), Lacerda foi um dos maiores críticos do legado getulista e ferrenho anticomunista, considerado um dos articuladores do golpe militar de 1964.

²⁰ Periódico de orientação política nacionalista, com sede no Rio de Janeiro, mas que obteve distribuição nacional entre 1956 e 1964.

Nesse artigo, novamente, Francisco Julião é acusado de ter aderido à campanha de Lacerda de abstenção ao plebiscito, ao qual o veículo de imprensa responde:

Não é culpa nossa que a diferença entre o parlamentarismo e o presidencialismo, no atual sistema econômico brasileiro, seja simplesmente nenhuma. A culpa é do próprio sistema [...] Mente quem tiver a ousadia de afirmar que o presidencialismo - que será instaurado depois do dia 6 de janeiro - modificará, ainda que superficialmente, o quadro de miséria que se encontra o povo brasileiro. (Liga, nº 14, 1963).

Em seguida, afirmam que Lacerda é contra por outros motivos, que o que ele quer é o “poder” e manter a situação de desigualdade para lucrar com ela, acusando-o de vende-pátria. Afirma também que, no fundo, Carlos Lacerda prefere o presidencialismo, pois ele não teria que ficar dando satisfação alguma para o parlamento, porém “é lógico que ele não fica feliz com essas coisas nas mãos de Goulart, seu maior rival.” (Liga, nº 14, 1963). O fato é que as esquerdas poderiam até estar unidas frente a demanda pelas reformas de bases, mas, certamente, não estavam unidas pelas reformas de base sob o guarda-chuva do governo João Goulart.

Desde a sua primeira edição, o jornal *Liga* deixou clara a sua posição sobre o governo João Goulart, no primeiro editorial escrito por Francisco Julião, o periódico mostrou-se indignado com a exigência de uma frente única em torno de Goulart pelas reformas de base. Na opinião do impresso, essa tal frente única tem servido para conter o movimento das massas populares, “tem tido como única consequência a renúncia das classes trabalhadoras em dirigir o processo histórico brasileiro” (Liga, nº 1, 1962).

Uma das primeiras ações de João Goulart no processo de transição para o presidencialismo foi o Plano Trienal de Celso Furtado, cuja tarefa era trazer estabilidade ao governo por meio de acordos entre os sindicatos, comerciantes e industriais para combater a inflação, “o sucesso do programa elaborado por Celso Furtado, portanto, dependia da capacidade do governo em formar uma coalizão multiclassista, com base em acordos e concessões entre as partes.” (Ferreira, 2003, p. 364).

Porém, o plano implicava em restrição salarial, limitação de crédito e cortes nas despesas do governo, de modo que nenhum dos três setores aprovaram o plano. O jornal *Liga* publicou sobre o Plano Trienal do ponto de vista dos sindicalistas que o criticava, “o Plano Trienal deve ser revisto com o objetivo de vir a beneficiar os menos favorecidos e não aos grupos privilegiados. Quem está pagando o ônus do plano trienal

são os trabalhadores" (Liga, nº 29, 1962).

Com o insucesso do Plano Trienal, o governo federal lançou-se novamente para as reformas de base, seu programa histórico. A primeira delas, é claro, a reforma agrária: "O governo propôs a aprovação de uma emenda constitucional que alterasse o artigo 146 da Constituição – que exigia o pagamento prévio em dinheiro para a desapropriação de terras – como também a regulamentação do artigo 147 que tratava da desapropriação por interesse social" (Ferreira, 2003, p. 367). A emenda sofreu alta resistência da bancada conservadora, que era maioria e acabou não sendo aprovada, principalmente com a desaprovação da UDN e do PSD que tinham muita força política.

Acerca desse episódio, o *Liga* reiterou sua defesa pela reforma agrária radical sem nenhuma concessão ao latifúndio, dizendo que a UDN e o PSD estão interessados em negócio agrário (Liga, nº 32, 1963).

De fato a bandeira da reforma agrária tinha muita capacidade de mobilização popular, as classes dominantes receavam que a democracia burguesa estivesse em perigo e que as massas populares "aprofundassem o processo de reformas" (Bandeira, 1978, p. 165).

O projeto de reforma agrária de João Goulart previa a reorientação da produção agrícola para o mercado interno como prioridade sobre qualquer outro emprego da terra, assim, a reforma agrária proposta "liquidaria o remanescente caráter colonial da lavoura brasileira, voltada predominantemente para a exportação e afetaria os interesses tanto dos latifundiários como da grande burguesia comercial e do próprio imperialismo norte-americano" (Bandeira, 1970, p. 165).

Outro elemento importante do cenário político que o periódico *Liga* apresenta é o aspecto internacional, principalmente no que se refere às intervenções dos EUA na política brasileira. A matéria principal da edição nº 12, *Kennedy veio dar ordens a Goulart*, o jornal escreve que o presidente dos EUA visitou o Brasil e João Goulart sequer deu satisfação ao povo sobre o caráter da visita (Liga, nº 12, 1962).

Além disso, o jornal aproveita para denunciar os interesses militares americanos em território brasileiro com a promoção de escola de formação de guerrilha mantida pelos EUA no Panamá, é o que aponta outra matéria destaque do mesmo exemplar: uma turma de agentes da delegacia política do Estado de Guanabara²¹ foi

²¹ Foi um estado do Brasil de 1960 a 1975, que existiu no território correspondente à atual localização do município do Rio de Janeiro.

para o Panamá para “fazer curso de opressão anti-operária e guerra anti-camponesa” (AGENTES DA DPPS SERÃO EDUCADOS NO PANAMÁ POR OFICIAIS IANQUES, Liga, nº 12, 1962).

É importante nos deter detalhadamente neste aspecto referente aos agentes internos e estrangeiros articulados em uma conspiração golpista contra o governo João Goulart. Nesse sentido, Moniz Bandeira escreve:

Os agentes da CIA teceram, sem dúvida, toda a rede da conspiração contra o Governo de Goulart, com a colaboração não só de militares brasileiros, mas, também, de latifundiários, comerciantes e industriais, amertilhando os radicais da direita para atos de terror e sabotagem, lutas de guerrilha e antiguerilha. Os depósitos de material bélico, bem como os campos de treinamento militar, espalhavam-se por todo o país, escondidos em igrejas e fazendas. E organizações como Ação de Vigilantes do Brasil, Grupo de Ação Patriótica, Patrulha da Democracia, Mobilização Democrática Mineira e outras apareceram em todos os Estados, como forças policiais paralelas, espécies de milícias fascistas, num processo de crescente irradiação (Bandeira, 1978, p. 126).

Nesse trecho em destaque, Bandeira faz referência ao radicalismo de direita que se organizou na época, sabemos que empresários patrocinaram a criação de entidades nacionais em contato com a CIA, as principais são o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

O IBAD foi fundado em 1959 e atuava diretamente sob a direção da CIA, enquanto o IPES, criado em meados de 1962, ligado à Escola Superior de Guerra, contratou militares reformados “para montar um serviço de inteligência, cuja função consistia em colher dados sobre pretensa infiltração comunista no Governo Goulart e distribuí-los, clandestinamente, entre oficiais que ocupavam postos de comando, através de todo o território nacional” (Bandeira, 1978, p. 66).

O jornal *Liga* publica matéria em que aponta os receios por parte dos setores democráticos de que Goulart, em nome da conciliação, não se empenhe em punir devidamente os conspiracionistas do IBAD, penalizando apenas os responsáveis menores, livrando deputados e senadores eleitos envolvidos no esquema de corrupção no qual estava envolvido o IBAD e a Ação Democrática Popular (ADEP) (GOVERNO NÃO AGE COM NECESSÁRIA ENERGIA CONTRA O IBAD E IDEP, Liga, 1963).

Em 1962, o IBAD intervém diretamente nas eleições lançando candidatos contrários ao governo João Goulart por meio da ADEP, seus candidatos “assumiam o compromisso ideológico de defender o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária,

bem como a política externa independente do Governo brasileiro” (BANDEIRA, 1978, p. 68). A questão é colocada da seguinte forma nas páginas do jornal *Liga*:

Pela primeira vez a CPI da Câmara dos Deputados para o IBAD e a ADEP ouviu um depoimento em que confissões estarrecedoras revelam como agiam o organismo da Aliança para o Progresso. O ex-secretário geral da ADEP em Minas Gerais, Sr. Antônio Leopoldino, confirmou haver o IBAD e a ADEP financiando candidatos a governador, como também os Srs. Herbert Levy e Amaral Peixoto, presidentes da UDN e do PSD, asseguram tranquilidade ao sindicato da corrupção. Ficou evidenciado haver o Sr. Lomanto Júnior sido eleito governador da Bahia com os dólares sujos (Liga, 1963).

O *Liga* afirma ainda que o IBAD utilizou verbas do Aliança para o Progresso²² e do Ponto IV para o combate ao comunismo e continuam: “evidenciando o dedo ianque em visível intervenção em nossos assuntos internos, aguarda-se que o governo federal venha mobilizar-se no esclarecimento dos fatos que envolvem os Srs. Lincoln Gordon e Adhemar de Barros” (Liga, nº , 1963). Adhemar de Barros foi governador de São Paulo à época que, junto a Carlos Lacerda, tornaram-se figuras conhecidas na conspiração golpista contra João Goulart.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ações do IBAD e ADEP configurou-se, nas palavras de Bandeira (1978), em um primoroso trabalho de corrupção inédito na história do país. A CIA conseguiu aliciar diversas categorias da sociedade civil e oficiais militares de diversos escalões:

Esta CPI teve sua missão embaraçada pela influência dos deputados que os recursos do IBAD beneficiaram. “Como era de se esperar, dada a penetração do IBAD no Congresso, um verdadeiro selecionado de deputados ibadianos foi recrutado para fazer parte da CPI” – comentou o deputado Eloy Dutra, acrescentando que “os deputados não-ibadianos eram minoria na própria comissão” (Bandeira, 1978, p. 71).

O governo federal, no entanto, não agiu com firmeza com relação à CPI, provavelmente com receio de agravar ainda mais sua difícil relação com os EUA. Em outros momentos, o periódico também buscou ‘desmascarar’ o que estava por trás do ‘nobre objetivo’ da SUDENE e do programa Voluntários da Paz²³ caracterizando-os

²² Em 1961, o presidente dos EUA na época, John Kennedy, cria o Aliança para o Progresso, programa de ajuda financeira de longo prazo aos países latino-americanos cujo objetivo era oferecer uma “revolução pacífica” para se contrapor ao que qualifica como agressão imperialista da União Soviética e de Cuba à região.

²³ Criado nos Estados Unidos em 1961, foi um programa em que jovens norte-americanos vinham ao Brasil fazer trabalho voluntário. Centenas de norte-americanos vieram ao Brasil, especialmente para o

como instrumentos imperialistas de atuação dos EUA no Brasil, *A SUDENE – instrumento da Aliança para o Progresso* (Liga, nº 33, 1963).

Em outro texto publicado no impresso na edição nº 7, o jornal também afirma que a SUDENE planta capim para a alimentação experimental dos gados dos latifundiários, como podia ser visto no município de Sapé, na Paraíba (DO PONTO DE VISTA DO CAMPONÊS, nº 7, 1962).

Sobre os Voluntários da Paz, o jornal escreve o seguinte:

Tropa de choque da dominação ianque: treinados especialmente pelo FBI (a polícia federal dos EUA), onde ficam conhecendo todos os segredos da guerra de guerrilhas e com vários cursos de especialização, em grau universitário, centenas de agentes da dominação imperialista, membros da tropa de choque denominada “voluntários para a paz” já estão em ação em vários estados do Brasil, com o objetivo específico de minar as bases do movimento de emancipação camponês e operário, que aumentam a cada dia.” (Liga, nº 7, 1962).

Sob os mais diferentes disfarces (padres, professores, jornalistas, agentes de saúde e etc.), militares norte-americanos entravam no Brasil, principalmente para o Nordeste brasileiro, com o objetivo de prestar serviço de espionagem para os Estados Unidos da América, esses eram os voluntários da paz. Moniz Bandeira (1978) escreve que a maioria pertencia aos chamados *boinas verdes*, um exército secreto dos EUA especializado em combater guerrilhas e insurreições. Dessa forma, soldados americanos já estavam preventivamente em território brasileiro para caso fosse necessário.

O Aliança para o Progresso, por sua vez, era continuamente mencionado e ‘desmascarado’ pelo jornal como manobra anticomunista de propaganda dos valores econômicos, políticos e culturais dos EUA, que injetava dinheiro no Brasil para aqueles que queriam aplicar um golpe preventivo como forma de frear o ímpeto das massas populares, a exemplo da edição de 6 de maio de 1963.

Os EUA promoveu a instalação da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Recife, “a presença do órgão na capital pernambucana representou um caso especial de intervenção dos EUA, visto que o Nordeste foi o único lugar do mundo que recebeu uma missão exclusiva voltada para contenção de possíveis atividades comunistas. A USAID também serviu como

Nordeste, área considerada como de alto risco subversivo pelo governo dos EUA. Recife chegou a ter um dos maiores escritórios da USAid (a agência de cooperação internacional norte-americana) do mundo, como parte de uma política que visava minar a influência representada pelas Ligas Camponesas.

intermédio para coordenar a aplicação de recursos advindos da Aliança para o Progresso” (Santana, 2022, p. 83).

A chamada ‘Aliança’ compra rádios para mentir contra nosso progresso, informa que os EUA comprou três rádios na Paraíba pelo Aliança para o Progresso “como primeiro passo de uma vasta rede de publicidade do imperialismo estrangeiro e do latifúndio para lutar contra a mobilização popular pela reforma agrária na Paraíba” (Liga, nº 33, 1963).

Através das páginas do *Liga* percebemos que a atuação/intervenção dos EUA se concentravam muito no Nordeste do Brasil para conter o ‘perigo camponês’, tanto o Corpos da Paz quanto o Aliança para o Progresso atuavam, juntamente com as forças mais conservadoras no país, para um projeto político de desmobilização das Ligas Camponesas, a exemplo da notícia de que armas e equipamentos vindos dos EUA para o governador Carlos Lacerda foram apreendidos, de acordo com o jornal o arsenal era para ser utilizado como parte das manobras golpistas de Lacerda junto ao IBAD.

Foram encontradas 10 metralhadoras, munição para 12 mil tiros, 50 granadas de gás lacrimogêneo com os rótulos da Aliança para o Progresso, os equipamentos foram fornecidos diretamente pelo programa Ponto IV (ARMAS E EQUIPAMENTOS FORAM FORNECIDOS PELA EMBAIXADA DOS EUA E PONTO IV, Liga, nº 50, 1963).

O programa Ponto IV começou em 1949, pelo presidente Harry Truman, e foi um programa de auxílio técnico destinado a países da Ásia, África e América Latina no pós-guerra. Atrelado aos anseios dos EUA por hegemonia global e à noção ampliada de segurança nacional própria da Guerra Fria, o programa promoveu a assistência técnica internacional a elemento permanente da política externa dos Estados Unidos e pautou a agenda de Washington para os chamados países subdesenvolvidos (Damasceno, 2022).

Moniz Bandeira (1978) escreve que em 10 de outubro de 1963, foram encontradas 10 metralhadoras perto de uma propriedade de João Goulart, além de um rádio transmissor-receptor portátil marcado com um símbolo do Ponto IV. As armas entraram clandestinamente no Brasil e o sítio onde foram encontradas pertencia a um amigo do governador Carlos Lacerda.

Indícios apontavam para uma tentativa de assassinato de João Goulart, bem

como outros políticos e generais favoráveis ao governo federal a mando, principalmente, de Carlos Lacerda. O historiador destaca ainda que houve até um inquérito policial-militar que comprovou a intenção criminosa.

Nas páginas do periódico *Liga*, o programa Ponto IV é mencionado muitas vezes, os agentes da DPPS que foram para o Panamá para um curso de formação de oficiais foram financiados pelo Ponto IV (*Liga*, nº 12, 1962). Ainda na edição nº 12 temos um exemplo concreto da intervenção do Ponto IV para prejudicar as Ligas Camponesas, na coluna **Imprensa Popular** o jornal explica a situação de uma guerrilha implantada pelo Ponto IV em Dianópolis, que na época pertencia ao estado de Goiás, para criminalizar Clodomir de Moraes, um dos advogados das Ligas Camponesas. Em outra matéria da mesma edição, o jornal explica que os agentes do Ponto IV tentaram treinar e formar uma Liga para depois entregá-la e acusá-la de organização terrorista (**PONTO IV INTERVÉM DIRETA E ABERTAMENTE NO BRASIL**, *Liga*, nº 12, 1962).

Clodomir Moraes havia sido preso sob acusação de ter sido surpreendido carregando umas espingardas de caça para os camponeses de Goiás (**PONTO IV FORJA FARSA POLICIAL EM DIANÓPOLIS**, *Liga*, nº 10, 1962). Santana relata sobre o episódio em sua pesquisa descrevendo-o como “um dos maiores baques na história do movimento até sua extinção completa em 1964” (Santana, 2022, p. 91).

O episódio em questão tratava-se de um dos primeiros grupos de guerrilha formado pelas Ligas, “depois da montagem de uma estrutura capaz de despistar as ações do agrupamento, foram quase oito meses de treinamento com o objetivo de preparar militarmente indivíduos para uma possível revolução armada inspirada no exemplo cubano” (Santana, 2022, p. 91).

Nada de receber os armamentos, o grupo foi surpreendido com pelo Exército que cercou a fazenda. Não houve mortes ou feridos, porém, a fuga acabou por desarticular a guerrilha. Podemos perceber que, nas páginas do periódico, há uma clara tentativa de desvincilar-se das tentativas de criminalização da grande imprensa e setores conservadores da sociedade.

Pode-se concluir, claro, que a prática policial de forjar guerrilhas e organizações criminosas na tentativa de criminalizar grupos em luta ocorria, porém, houve de fato um grupo militar destacado das Ligas Camponesas, liderado por Clodomir Moraes. Obviamente, a posição do jornal desmentindo alegando forja policial é a sua forma de desvincilar-se da criminalização.

Em fevereiro de 1962, Cuba lança a Segunda Declaração de Havana, que contou com a presença de dirigentes de movimentos sociais de toda a América Latina com o objetivo de incentivar a luta armada – como guerrilha – com o apoio cubano. Rollemburg (2000) afirma que Clodomir Moraes, junto a outros onze membros das Ligas Camponesas, teriam feito curso de guerrilhas em Cuba no ano de 1961:

Com Clodomir Moraes, dissidente do PCB, deu-se início à formação dos campos de treinamento de guerrilhas no Brasil com o apoio de Cuba. O momento coincidia com o fim do governo Jânio Quadros, apoiado por Cuba, e o início do governo Goulart. O apoio de Cuba se concretizou na implantação desses campos, na verdade, fazendas compradas, em Goiás, Acre, Bahia e Pernambuco, formados por alguns camponeses e, em sua maioria, estudantes secundaristas e universitários vindos de Pernambuco. Falava-se também em fazendas no Maranhão, em Mato Grosso, no estado do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Houve também o fornecimento de armas, dinheiro e orientação para a implantação da guerrilha (Rollemburg, 2000, p. 18).

Após a Declaração de Havana de 1962, Adauto Freire²⁴ e Clodomir Moraes deram condições para a criação de um destacamento militar das Ligas Camponesas. De acordo com Santana (2022), o destacamento não precisou do consentimento de Francisco Julião, pois ele era responsável pela organização de massas:

A fundação dos dispositivos militares surgiu após suspeitas de que o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, teria adquirido e distribuído para latifundiários em diversas regiões do Brasil um montante de 20 mil armas, cujo objetivo seria o de reprimir qualquer tentativa de mobilização camponesa, seja ela motivada pelas Ligas ou não (Santana, 2022, p. 89).

É importante destacar essa informação sobre o Adhemar de Barros, pois, de fato, a direita estava formando organizações paramilitares como parte de uma estratégia de guerra civil com o objetivo de “fomentar arruaças, dissolver comícios, promover sabotagens e até desencadear guerrilhas, caso as Forças Armadas se dispusessem a sustentar a implantação de uma República Sindicalista no Brasil, propósito este que se atribuía a João Goulart” (Bandeira, 1978, p. 124).

Moniz Bandeira afirma ainda que havia campos de treinamento de guerrilha clandestinos em todo o território nacional formado por militares em uma conspiração contra o governo João Goulart desde 1961, período em que a primeira tentativa de golpe contra Goulart foi frustrada.

²⁴ Adauto Freire da Cruz nasceu na Paraíba, em 1924. Após desligar-se do Partido Comunista Brasileiro, integrou a Direção Nacional das Ligas Camponesas. Faleceu em 1979 em circunstâncias sinistras que o colocam no perfil de mortos e desaparecidos políticos do regime militar.

De um lado os agentes internos do golpe, a grande burguesia e os grandes proprietários de terra, insatisfeitos com a crescente sindicalização dos trabalhadores e com o apelo cada vez maior das classes populares pelas reformas de base, principalmente a reforma agrária; de outro lado os EUA insatisfeitos principalmente com a política externa independente do governo João Goulart e com a imposição do controle da remessa de lucros para o estrangeiro por meio da Lei da Remessa de Lucros, lei que também significava regulamentar a aplicação de capital estrangeiro no país, o que implicava em incentivar a industrialização de bens de produção no Brasil, tornando-o menos dependente.

Bandeira (1978) escreve que Washington orquestrava uma campanha contra a renovação de créditos no Brasil com o intuito de desestabilizar João Goulart por meio do bloqueio financeiro. Pois bem, as forças internas e externas se uniram para aplicar um golpe contra o governo João Goulart.

Os conflitos de classe atingiam seu auge de acirramento, a crise política e econômica estava insustentável e Goulart via-se encerrado pelas forças da reação em conluio com o Departamento de Estado dos EUA quando decidiu por puxar um comício em 13 de março de 1964 que mobilizou uma multidão de 200.000 pessoas:

Goulart proclamou, sem temer que o chamassem de subversivo, a necessidade de mudanças na Constituição, que legalizava uma estrutura econômica superada, injusta e desumana. E anunciou a adoção de medidas importantes, através de decretos, como a encampação de refinarias particulares, o tabelamento dos alugueis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos, ou seja, das terras às margens dos eixos rodoviários e dos açudes ou que pudessem tornar produtivas áreas inexploradas (Bandeira, 1978, p. 163).

A opção pelo comício de 13 de março significou também a opção em frear a conspiração golpista mobilizando a sua base sindical, popular e de esquerda. Em resposta ao comício, grupos da direita provocaram conflitos nas grandes cidades de São Paulo e Belo Horizonte, exigindo o impeachment de João de Goulart com o apoio da UDN e parte do PSD.

Enquanto isso, “entidades financiadas pela CIA e pelo empresariado, como a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), Fraterna Amizade Urbana e Rural (FAUR), União Cívica Feminina (UCF), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e outras, articularam a realização, nas principais cidades do país, das chamadas Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, a fim de atiçar a fúria anticomunista nas classes médias” (Bandeira, 1978, p. 166).

As passeatas organizadas pela direita golpista teve resultados, enfraquecendo o governo. As forças populares e de esquerda e parte dos oficiais legalistas aguardavam uma confirmação de João Goulart de que lhe fornecessem armas para combater o golpe, o presidente negou, não queria assumir a responsabilidade por um massacre popular ou por uma revolução social:

Com a queda de Goulart, os cárceres se encheram. No Nordeste, onde os fazendeiros e seus capangas chacinavam os camponeses, o IV Exército, comandado pelo General Justino Alvos Bastos, derrubou, simultaneamente, Arraes e Seixas Dória, governadores de Pernambuco e Sergipe, logo presos, obrigando as Assembleias Legislativas a votarem o impeachment dos dois, a fim de legalizar a violência (Bandeira, 1978, p. 185).

O Embaixador dos EUA, Gordon, apenas lamentou a pouca adesão das classes mais baixas ao golpe, “banqueiros, industriais, comerciantes, latifundiários, ricos e privilegiados, todos os exploradores e todos os parasitas festejaram a vitória. Menos os trabalhadores. Eram os derrotados.” (Bandeira, 1978, p. 186).

Ao contrário do que aparenta ser lugar comum na historiografia sobre o comportamento das esquerdas frente ao golpe militar iminente, de que as esquerdas estavam otimistas, que não havia possibilidade de golpe (Ferreira, 2003), a *Liga* alertava para a possibilidade de golpe e fazia um chamamento para que as organizações populares se preparassem para o confronto com as ‘forças reacionárias’ do país (O GOLPE ESTÁ NAS RUAS E O POVO NÃO TEM OPÇÃO, *Liga*, nº 57, 1963).

Como Moniz Bandeira bem destaca, Goulart não era um revolucionário ou socialista, era um reformista, um conciliador de classes. Não desejava as consequências de uma guerra civil. As esquerdas da época culpavam João Goulart pelo advento do golpe militar de 1964.

Ainda em setembro de 1963, o jornal *Liga* publica matéria com a seguinte chamada: “ALMINO DESMASCARA GOULART: Tendência para centro nada mais é que queda para direita” (*Liga*, 1963) em que o deputado e presidente do PTB, Almino Affonso, responsabiliza o governo de insistir na política de conciliação, gerando crises que só podem dar em duas coisas: saída golpista ou revolução social, “não se querem convencer de que a presença do povo no processo político brasileiro é um elemento fundamental para a análise de nossa sociedade” escreveu o deputado.

Em matéria de outubro de 1963, o *Liga* anuncia a demissão de Paulo de Tarso, ministro da Educação, denunciando a política de conciliação de classes do governo João Goulart que só contribuiria para atiçar a conspiração golpista (PAULO DE

TARSO, DEMITINDO-SE, A JANGO: “CONCILIAR É OPTAR PELA ANTI NAÇÃO, 1963).

Ainda no mês de outubro, dia 23, o jornal publica o Manifesto da Frente de Mobilização Popular que fazia a avaliação de que João Goulart parece ignorar que só a força popular é capaz de derrotar as intenções golpistas, o manifesto afirma que “enquanto o governo insistir em manter uma política de conciliação entre forças profundamente antagônicas, esse perigo será permanente”, o perigo de investidas golpistas contra as liberdades democráticas (Liga, 4/12/1963).

2.3.2 A questão agrário-campesina no debate sobre a revolução brasileira a partir do jornal *Liga*

Desde a sua primeira edição, as páginas do periódico *Liga* se dedicaram a exaltar as lutas de libertação nacional e campesina de países da América Latina, a exemplo de um chamado para que as massas participassem do Congresso Continental de Solidariedade à Cuba. Nesta manchete o jornal exorta a autodeterminação dos povos e a revolução latino- americana (Liga, nº 24, 1963), em outra edição informa sobre campanha de erradicação da poliomielite em Cuba (Assistência à criança em Cuba, Liga, nº 31, 1963).

Além de “Confederação camponesa do Peru exige liberdade de seus líderes presos pelos ‘gorilas’ militares” (Liga, nº 21, 1963), “Colômbia: O que é a Frente Unida de Ação Revolucionária” (Liga, nº 1, 1962), outro movimento revolucionário também teve destaque no periódico, as Forças Armadas de Libertação Nacional da Venezuela (FALN) (Liga, nº 51, 1963). As lutas de libertação nacional na América Latina, portanto, tinham lugar cativo nas abordagens do periódico, o que ressalta o caráter revolucionário das Ligas Camponesas por parte de suas direções.

Mas vale destacar que apesar do caráter radical-revolucionário que as Ligas Camponesas começam a assumir em determinado momento, ainda havia a necessidade de luta por assegurar questões elementares, como a permanência das famílias nos sítios alugados por meio do foro, além de que a prática do cambão também persistia.

O Brasil das décadas de 1950 e 1960 foi um período de intensa efervescência política, marcado por muitas experiências democráticas que visavam ampliar a participação popular, a ideologia nacional-desenvolvimentista e seus desdobramentos ganharam força. Lovatto (2021) analisa que as grandes questões do debate nacionalista

que marcaram esses anos – tais como a industrialização, a reforma agrária, democratização da educação e cultura, por exemplo – não estavam restritas aos espaços acadêmicos, pelo contrário, se expandiam dentro dos movimentos populares, estudantis, sindicais e partidos políticos, o Brasil fervia em lutas populares.

Chegará um momento da politização que a ala de esquerda do nacional-desenvolvimentismo isebiano, especificamente sua terceira fase, desembocará no debate sobre ‘revolução brasileira’. As esquerdas radicalizavam-se e a revolução estava na ordem do dia. Pericás (2019) escreve que a palavra “revolução” sempre foi usada de forma indiscriminada no Brasil para se referir a rebeliões populares ou situações de transição político-institucionais, mas que, em linhas gerais, a revolução brasileira pode ser interpretada como “um processo histórico de longa duração, a construção gradual de um arcabouço político e ideológico” (PERICÁS, 2019, p. 09).

No que tange à discussão sobre a revolução no Brasil, há intérpretes que discordam que houve revolução burguesa, há aqueles que concordam, mas divergem em sua periodização histórica:

Algumas interpretações indicam como início do decurso da “revolução brasileira” o interregno entre o ano de 1808 (com a chegada da família real portuguesa e da corte ao Rio de Janeiro) e a independência formal em 1822; outros, por sua vez, sugerem como marco temporal 1850 (nesse caso, a partir do fim do tráfico de escravos); há aqueles que veem na década de 1920 seu começo, com as revoltas tenentistas como elemento-chave que esboçaria as grandes mudanças que ocorreram em seguida; e ainda os que apontam como data simbólica desse fenômeno 1930, com o ascenso de Getúlio Vargas ao poder. Diversos analistas, utilizando-se desses diferentes recortes cronológicos, tentaram entender as especificidades de nossa história para discutir prioritariamente, portanto, o desfecho da “revolução brasileira”, muitas vezes identificada como um processo encabeçado pela burguesia (Pericás, 2019, p. 9- 10).

Logo em seguida, Pericás nos apresenta outro caráter da revolução brasileira mobilizada nos anos 50 e 60 do século XX:

Uma ala mais radical da intelectualidade, a seu turno (identificada com a “nova esquerda” na década de 1960), utilizava-se de análises conjunturais de política e de economia (tanto no âmbito interno quanto no mundial) e de uma avaliação distinta de nosso processo para apresentar a “revolução brasileira” como um “vir a ser”. Isso quer dizer que os episódios anteriores da história do país poderiam receber quaisquer outras designações, menos aquela que até então lhe era imputada. Muitos se recusariam, portanto, a considerar os eventos de 1930 por aquele título. A verdadeira “revolução brasileira”, segundo esses intérpretes, ainda estaria por acontecer e deveria ter, unicamente, o caráter socialista, “proletário” ou popular.” (Pericás, 2019, p. 11).

Em diversos momentos do jornal *Liga* é mencionada a ‘revolução brasileira’,

como já vimos, mas também conceitos como ‘feudal’ e seus derivados: semifeudalismo, restos feudais etc, além da concepção de reforma agrária radical. Encontramos o termo ‘feudal’ nas seguintes edições: *Terrorismo foi a arma eleitoral do latifúndio* (Liga, nº 1, 1962) ao escrever “estruturas feudais” para se referir ao contexto do assassinato de João Pedro Teixeira, “feudal espoliação” (DO PONTO DE VISTA DO CAMPONÊS, Liga, nº 07, 1962), “Goulart é um latifundiário e proprietário semifeudal” (AS GRANDES MANOBRAS PLEBISCITÁRIAS, nº 10, p. 1962), “luta pela libertação do nosso povo do imperialismo e do feudalismo” (Liga, nº 1:5, 1962). Em **Semana política** menciona “estrutura feudal” novamente (Liga, nº 32, 1963). Esses são alguns exemplos, mais adiante analisaremos mais detidamente alguns textos.

A utilização do termo feudalismo ou semifeudalismo expressa uma interpretação específica da questão agrária brasileira. Os anos de 1950/1960 foram, também, marcados na historiografia brasileira, pelo viés estruturalista de caráter marxista em torno da discussão sobre o status do modo de produção brasileiro, sobre a natureza da formação histórica brasileira que vinham acompanhadas de estratégias e programas políticos a serem colocados em prática que visassem as mudanças estruturais necessárias na sociedade brasileira: o programa da revolução brasileira estava na ordem do dia.

É neste contexto que devemos compreender o conceito de semifeudalidade, a interpretação do Brasil que defende a existência de relações feudais em nossa realidade é polêmica, porque está impregnada de calorosas e apaixonadas discussões em torno de projetos políticos de nação. Nos anos de 1950-60 havia, portanto, uma discussão bastante acalorada em torno do conceito de semifeudalidade:

Em linhas muito gerais, tratava-se de estabelecer qual a trajetória política mais apropriada para chegar aos objetivos revolucionários: apoiar o desenvolvimento capitalista e a consequente destruição dos resquícios de formações anteriores ou, por outro lado, uma via mais imediata de transição ao socialismo. Era então de crucial relevância alcançar um diagnóstico claro quanto às condições externas - havia o retorno das pressões imperialistas do grande capital internacional, na década de 1950 — e às internas, pela maior ou menor capacidade de resistência dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, em especial do latifúndio (Grespan, 2001, p. 137).

Com relações semifeudais no campo lê-se relações pré-capitalistas, aceitar a existência de relações semifeudais ou restos feudais, no Brasil, significava defender

uma revolução burguesa de novo tipo antes da reivindicação socialista. Não se trata das teses feudais clássicas da historiografia tradicional brasileira de Varnhagen, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna, que enfatizavam a existência de um feudalismo no Brasil principalmente na caracterização da experiência das capitania hereditárias. Trata-se da semifeudalidade como uma categoria marxista, mobilizada pelas esquerdas revolucionárias da época.

Analisamos duas edições do jornal *Liga* que nos esclarecem sobre o caráter da revolução brasileira defendida pelas Ligas Camponesas. Na primeira há um texto assinado por Francisco Julião que afirma o seguinte: “Essa aliança (operário-camponesa) é uma exigência da hegemonia que a classe operária deve impor na frente única com alguns setores da burguesia nacional também em determinados momentos no combate ao imperialismo e aos seus agentes internos – o latifúndio – e a burguesia compradora.” (CAMPONÊS É CAMPONÊS, *Liga*, nº 1, 1962).

Em seguida, escreve que não se pode esperar do camponês o mesmo comportamento do operário, que são duas ideologias: a camponesa e a proletária, a proletária é de caráter coletivista, pois nada possuem, mas os camponeses são donos das suas ferramentas de trabalho e que em geral ele pode ser individualista e ter caráter pequeno burguês e que tal é a concepção de um camponês **não integrado na convivência política**: “querer impingir ao campesinato e às suas organizações princípios e métodos revolucionários de organização e luta operárias sem antes elevar-lhe o nível ideológico que o operário lhe incute, é desconhecer o marxismo como ciência, é exercitar um sectarismo grosseiro.” (CAMPONÊS É CAMPONÊS, *Liga*, nº1, 1962).

Em determinado momento, Julião defende que a burguesia perdeu seu caráter revolucionário, aliou-se ao imperialismo e ao latifúndio e que, por isso, o campesinato se atrela ao carro da revolução operária, tal como ocorre nos países subdesenvolvidos e semicoloniais: “na revolução democrática dos países subdesenvolvidos em que a classe operária seja hegemônica cumpre ao proletariado conduzir os destinos da reforma agrária e do campesinato de tal maneira que este não venha servir de obstáculo ao advento da economia socialista.” (*Liga*, nº 1, 1962).

O outro exemplar encontrado também é elucidativo sobre tal questão, na coluna Ponto de Vista, o *Liga* cita Lenin²⁵, precisamente o texto “*Duas táticas da social*

²⁵ Principal teórico e dirigente do Partido Bolchevique. Dirigiu o partido e os sovietes à tomada de poder

democracia na revolução democrática”, para afirmar que a revolução democrática não é mais obra da burguesia, mas das massas populares, por isso, de novo tipo: “ao povo interessa unificar e organizar suas forças próprias para a vitória final, ainda que a burguesia não o acompanhe [...] o povo deve se acostumar a impor soluções a burguesia, jamais capitular diante dela, jamais seguir-lhe a reboque.” (LUTA DE CLASSE NO BRASIL, Liga, nº 2, 1962).

Por fim, encontramos uma outra edição que diz que “as lições da velha Rússia e da China nos ensinam que a etapa da revolução democrático-burguesa se entrelaça com a etapa da revolução socialista que cabe à classe operária, aliada aos camponeses, completar as tarefas da revolução agrária e industrial, assentando os alicerces para a edificação do socialismo.” (LITERATURA REVOLUCIONÁRIA, Liga, nº 57, 1963). A experiência dos chineses inspira as Ligas, pois o processo revolucionário chinês ocorreu com a formação de exército de camponeses que cercaram a cidade pelo campo para edificar a chamada Revolução de Nova Democracia²⁶.

A natureza da revolução identificada aqui é a da *revolução democrática de novo tipo*, precisamente uma revolução burguesa, para cumprir tarefas que outrora a burguesia cumpriu, mas que, pelo seu atual caráter reacionário, é incapaz de levar adiante e, portanto, cabe ao proletariado aliado ao campesinato levar adiante a revolução democrática, nacional e anti-imperialista.

Diversos autores caracterizam essa concepção de revolução como *modelo democrático-burguesa*, que aponta características semifeudais e pré-capitalistas nas relações de produção vigentes no Brasil. Este modelo ganhou muitos adeptos na esquerda marxista brasileira nos anos de 1960 (Mantega, 1984).

A revolução burguesa de novo tipo se difere completamente do modelo clássico. O modelo clássico de revolução burguesa que ocorreu na Europa Ocidental de fato liquidou as velhas relações de produção e desenvolveu o capitalismo plenamente, a revolução burguesa de segundo tipo, por sua vez, acontece já na fase imperialista do capitalismo e, por isso, suas condições e resultados serão outros, diferentes e diversos.

na Revolução Russa de 1917.

²⁶ “O processo histórico da revolução chinesa deve ser dividido em dois estágios: primeiro, a revolução democrática, e depois a revolução socialista — dois processos revolucionários de caráter inteiramente diferente. A democracia aqui mencionada não é a velha democracia, a democracia do velho tipo, mas a Nova Democracia, a democracia de novo tipo.” A Nova Democracia na China, Mao Tse Tung. Link de acesso: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/15.htm>

O historiador Nelson Werneck Sodré, em sua caracterização desse novo tipo de revolução, escreve:

As características principais desse tipo foram as seguintes: existência de massa camponesa numericamente preponderante e principal como produtora de bens econômicos; de numerosa pequena burguesia, com função política destacada; de proletariado pouco numeroso, mas crescente, com formas de organização em desenvolvimento, mas ainda fracas; de burguesia recente, ascensional, com amplas perspectivas nacionais e fracas perspectivas internacionais. Externamente, as condições são também muito diversas: surgiram no palco, de um lado, o imperialismo, etapa alcançada pelos países que haviam realizado a revolução burguesa do primeiro tipo, particularmente, em nossos dias, do imperialismo dos Estados Unidos; e, de outro lado, de um país, hoje de alguns países onde se operou a revolução socialista ou onde se processa a construção do socialismo (Sodré, 1967, p. 245).

Nelson Werneck Sodré figura entre o intelectual marxista mais importante a levar adiante a interpretação da realidade agrária brasileira como semi-feudal. A semifeudalidade foi a expressão mais apropriada, para Sodré, de explicar as relações pré-capitalistas que vigoraram na periferia das plantações escravistas e as relações de produção que resultaram da decomposição da escravidão e da gradual transição ao capitalismo.

Não é o modo feudal de produção que se instala aqui no início da colonização, foi o escravismo colonial, que perderá sua primazia na medida que os traços feudais na produção passarão, com a mineração e o desenvolvimento pastoril, a ser predominantes no Brasil colônia e sobreviverá ainda no século XX.

Dessa forma, Moraes comprehende que para Sodré:

O feudalismo que marcou as relações sociais brasileiras não foi o inicial, embutido nas capitâncias hereditárias. As relações de produção não se exportam por decreto, salvo como formas jurídicas sem conteúdo. Com efeito, ao ser transposto para o Brasil, o instituto feudal de sesmarias estabeleceu o monopólio colonial da terra, mas, na falta de camponeses para explorar, serviu de base para o escravismo, que prevaleceu entre nós desde o começo da colonização. (Moraes, 2001, p. 32).

A regressão feudal acontece com o declínio do sistema escravista, que ele comprehende como declínio da produção açucareira e as características particulares dos sujeitos escravizados na mineração. Escreve: “As próprias necessidades da fase agrícola da produção açucareira, como, em parte, as necessidades ligadas à subsistência da população que girava em torno do sistema produtor, exigiram cedo o desenvolvimento da pecuária” (Sodré, 1967, p. 25).

E continua: “A partir de certo ponto, entretanto, pelas exigências agrícolas de

grande produção e sua incompatibilidade com a atividade pastoril, e por força do crescimento dos rebanhos, houve necessidade de separá-los do espaço. Coube ao pastoreio distanciar-se do litoral, adentrar-se nas enormes extensões passíveis de apropriação e que, por esse meio, foram progressivamente objeto dessa apropriação.” (Sodré, 1967, p.25).

O desenvolvimento pastoril, que antes era uma atividade que servia para a alimentação da mão-de-obra escrava nas áreas agrícolas/açucareiras, mais tarde, servirá como fonte de subsistência nas atividades mineradoras. Esse deslocamento da mão-de- obra escrava da zona de agricultura para a zona de mineração aurífera transformará, gradualmente, o escravismo, fazendo surgir os traços feudais.

Até aqui nos dedicamos ao aprofundamento da interpretação das estruturas agrárias brasileiras que há naquela época que fundamenta e justifica a utilização de expressões como ‘restos feudais’ para justificar a desigualdade, a miséria e o atraso no campo como consequência do monopólio da terra. Agora, tentaremos compreender o que significa, para as Ligas Camponesas, a *reforma agrária radical*.

A crítica ao latifúndio dá o tom do jornal em todas as suas páginas, pois o maior problema para o desenvolvimento do país estava na estrutura econômica arcaica, que tinha como maior expressão o latifúndio e a exploração imperialista. Isso não é por acaso, a questão agrário-camponesa, neste período, torna-se um dos maiores dilemas dentro do debate nacional, os nacionalistas — liberais ou de esquerda — concordavam que era impossível pensar um projeto de desenvolvimento para o país que não tocasse no problema agrário brasileiro, “de 1946 a 1958 foram apresentados nada menos do que 213 projetos relativos à reforma agrária no Congresso Nacional; número que passou para 220 até o início de 1960.” (Motta, 2014, p. 130).

Na seção **Pequeno dicionário prático da revolução brasileira**, o jornal coloca a palavra ‘agrário’: “que se refere aos campos do país e à agricultura. Diz-se reforma agrária o fato de reformar a estrutura do campo. A estrutura agrária do país está superada e se caracteriza pelo predomínio da propriedade latifundiária. Há no Brasil cerca de 80 fazendas maiores que o Estado da Guanabara. Por outro lado, 60% de todas as terras cultivadas do país estão em poder apenas de 3% de proprietários rurais.” (Liga, nº 14, 1963).

Encontramos menções à *reforma agrária radical* nas seguintes de nº 5 e 6º, ambas na colunas **Do ponto de vista do camponês**, na edição de nº 29 ao tratar sobre correspondência local, na seção **Semana política** ao rechaçar o projeto de reforma

agrária do PTB (Liga, nº 32, 1963), novamente na coluna **Do ponto de vista do camponês** da edição nº 31.

Destacamos a edição de nº 10, pois ela foi a única que se preocupou na tentativa de defini-la, nela o jornal expõe algumas das principais exigências da *reforma agrária radical*: 1) abolição do monopólio da terra; 2) formação de cooperativas; 3) sindicalização de assalariados agrícolas e formação das Ligas Camponesas, além de escola gratuita técnico-agrícola, redes de saúde hospitalar entre outros.

O que se percebe, quando em todas as edições do *Liga* está no cerne a necessidade da eliminação do monopólio da terra — assentado em relações semifeudais — para o desenvolvimento da pequena propriedade, é que a reforma agrária *radical* se aproxima mais da definição de uma revolução agrária, pois uma a revolução agrária propõe a transformação da estrutura fundiária junto com a transformação radical de toda a ordem social que existe:

As revoluções agrárias sempre estiveram histórica e estreitamente relacionadas ao conceito de revolução camponesa. Dessa forma, o conceito de revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de uma outra sociedade. Portanto, quando um movimento social reveste-se de uma forma ampla e radical de transformação, trata-se de uma revolução agrária (Oliveira, 2007, p. 71).

Outro autor marxista brasileiro que marcou o debate sobre semifeudalidade e campesinato na década de 1960 foi Alberto Passos Guimarães. Para ele, a melhor forma de defender uma radical mudança na estrutura agrária brasileira seria caracterizando a formação socioeconômica do país a partir da noção de semifeudalidade, sua concepção de reforma agrária se aproxima bastante das Ligas Camponesas:

Uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo: romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e jurídico da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso em nosso país (Guimarães, 1968, p. 38).

Portanto, seria uma reforma agrária *radical* como primeira etapa da revolução democrática de novo tipo, as Ligas Camponesas viam nas reformas de base o principal meio de fazer avançar o processo revolucionário no Brasil, a conquista das reformas

de base correspondia à derrota do imperialismo, à emancipação nacional, de fato, como uma etapa a ser cumprida na revolução brasileira.

Com a derrota do programa democrático — a intensa mobilização pelas reformas base — pelo golpe militar em 1964, o debate sobre a tese relações de produção feudais e resquícios feudais na estrutura agrária brasileira é abandonado pelas esquerdas que o tomou como símbolo de um pensamento esquemático e dogmático.

O jornal *Liga* foi perseguido e proibido de circular após o golpe militar em 1964, Carneiro (2020) explica que, ao analisar a história da censura de qualquer país, podemos ver que quem está no poder e também seus opositores, sempre tiveram consciência da força da palavra e da imagem, capaz de criar valores e novas atitudes.

3: Memória e Ensino de História: a experiência democrática brasileira dos anos 1946-1964 nos livros didáticos de História

Antes de partir diretamente para a reflexão de como as Ligas Camponesas são abordadas e representadas nos livros didáticos dentro do contexto definido por Jorge Ferreira (2009) como o da ‘*experiência democrática brasileira de 1946-64*’, cabe uma reflexão inicial sobre os caminhos da pesquisa em livros didáticos de História propriamente. São muitos os desafios e problemáticas que perpassam o pesquisador que se debruça a pesquisar os livros didáticos no ensino de História.

Estamos de acordo, de modo geral, com a definição de livro didático dada por Helenice Rocha como “repositório material e articulado de um discurso didatizado sobre conhecimentos de um campo específico de saber, destinado a determinado público – alunos de escolas – com leitura e uso mediados ou não por professores” (Rocha, 2020, p. 86).

Se levarmos em consideração as observações de Thomson que define os materiais didáticos em duas categorias: suporte informativo, com fins educacionais por excelência e os documentos que não tem intenções pré-didáticas definidas (Thomson, 2016, p. 29), o livro didático é, portanto, um material didático intencionalmente elaborado para fins educacionais. As definições de Rocha (2020) e Thomson (2016) são gerais, entretanto, para o pesquisador em livros didáticos no ensino de História há uma demanda por uma definição mais complexa e problematizadora. Assim, de acordo com Bittencourt:

Como produto cultural fabricado por técnicos que determinam seus aspectos materiais, o livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma mercadoria ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista (Bittencourt, 2008, p. 301).

Portanto, ao destacar a atuação do corpo técnico na produção dos livros didáticos, a autora aponta que existe interferências de técnicos na esfera da produção, circulação e consumo dos materiais didáticos e, por ser um suporte informativo com fins educacionais nas escolas, há sempre participação do Estado que apresenta um

papel relevante na elaboração dos conhecimentos escolares (Bittencourt, 2008, p. 301). Dessa forma, os livros didáticos configuram-se como conhecimento *oficial* do saber escolar, “visando servir de mediadores entre a proposta oficial do poder, por intermédio dos programas curriculares, e o conhecimento escolar ensinado pelo professor” (Ribeiro, 2014, p. 114).

Helenice Rocha (2020), por sua vez, aponta que a naturalização do livro didático nas sociedades letradas impõe-se como uma dificuldade ao pesquisador, pois faz parecer que as narrativas presentes nos livros didáticos são dadas como completamente verdadeiras e científicas. Ribeiro destaca ainda a importância de não apresentar o livro didático como um produto facilitador do conhecimento acadêmico, ou seja, um mero reproduutor do que é produzido nas universidades, “ele atua na ressignificação do saber acadêmico, criando um novo saber: o saber escolar” (Ribeiro, 2014, p. 115).

Alain Choppin, professor e pesquisador francês, desenvolveu aportes teóricos e metodológicos sobre o entendimento e a pesquisa acerca de livros didáticos que se tornaram referência sobre o assunto. De acordo com suas reflexões, em linhas gerais, existem duas grandes tendências de análise e crítica dos livros didáticos: a tendência ideológica, que supõe o entendimento de que o pesquisador escreve a partir de um lugar social que gera valores e posicionamentos políticos que incidem sobre as construções de suas narrativas; e a tendência epistemológica, que nos coloca diante de questionamentos importantes sobre quais são as teorias e concepções de História utilizadas nas narrativas dos livros didáticos e seus impactos na aprendizagem (Choppin, 2004).

Além disso, o autor foi o responsável pela virada de chave nas pesquisas sobre livro didático ao superar a visão reducionista de analisar os livros didáticos apenas pelo seu caráter ideológico. Nesse sentido, Choppin (2004) afirma que os livros didáticos exercem quatro funções essenciais: 1) Função referencial: o livro didático como suporte de conteúdos educativos; 2) Função instrumental: o livro didático como instrumento pedagógico; 3) Função ideológica e cultural: o livro como vetor de valores das classes dirigentes e, por fim, 4) Função documental: o livro didático oferece um conjunto de documentos – textuais e imagéticos – que desenvolve a criticidade dos alunos.

Nossa pesquisa caminha entre as duas tendências em suas reflexões sobre a ausência da experiência democrática pré-1964 nos livros didáticos de História.

3.1 A narrativa sobre o populismo nos livros didáticos de História

Os processos de avaliação, seleção e distribuição dos livros didáticos para as escolas públicas no Brasil são todos realizados através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O programa foi criado em 1985, em substituição ao Programa do Livro Didático (PLID), mas, somente em 1996 ele passou a servir para os fins que tem hoje (Franco, 2014).

De acordo com Franco (2014), o PNLD está envolvido em quase todos os processos referentes aos livros didáticos no país, menos o da produção, que fica sob a responsabilidade das editoras, sendo o principal produto da maioria das editoras no país:

As editoras enviam livros para serem avaliados segundo os critérios do PNLD divulgados em edital e suas características físicas e técnicas são avaliadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) do estado de São Paulo. Aqueles livros aprovados são avaliados em seus aspectos conceituais e metodológicos por um grupo de especialistas de cada área de conhecimento escolhidos pela Secretaria de Educação Básica do MEC (Ministério da Educação). Os resultados da avaliação são socializados para as várias escolas do Brasil, por intermédio do Guia do Livro Didático, para que o grupo de profissionais de cada estabelecimento de ensino selecione entre os livros aprovados pelo programa quais quer adotar e os solicite ao governo que, por sua vez, compra-los das editoras, que os distribuem para as escolas; estas o utilizarão por, no mínimo, três anos, quando se reinicia o processo (Franco, 2014, p. 144).

Embora o PNLD, como conhecemos hoje, esteja em vigor desde 1996, desde o ano de 1993 existe um processo de avaliação conceitual e metodológica dos livros didáticos. Franco (2014) escreve que o MEC criou uma comissão de professores de diferentes áreas de conhecimento para analisar a qualidade dos conteúdos, os aspectos pedagógicos-metodológicos e demais critérios de avaliação dos livros didáticos.

O PNLD exige conteúdos atualizados com as novas pesquisas sobre temas já conhecidos, além de rigor conceitual. Não há problema com a existência de livros com diferentes concepções de ensino-aprendizagem, é preciso que os livros didáticos estimulem “o pensamento crítico e autônomo” do aluno (Franco, 2014).

É nesse sentido, também, que demos atenção ao problema da insistência na narrativa sobre o populismo nos livros didáticos de História, pois não é de hoje que

pesquisas na área de História existem para romper com a explicação do surgimento do golpe militar de 1964 como resultado da “crise do populismo”, como veremos a seguir.

O historiador Jorge Ferreira (2009), ao escrever sobre o período da “experiência liberal-democrática que se abre com a Constituição de 1946 e se encerra com o golpe civil-militar de 1964” – que, portanto, atravessa o populismo de Getúlio Vargas, o nacional-desenvolvimento de Juscelino Kubitschek e o reformismo social de João Goulart –, analisa que livros didáticos de grande circulação reduzem tal experiência à narrativa do *pacto populista*.

Bandeira analisa que João Goulart era um reformista, que tem raízes na social-democracia europeia e sua defesa de Estado de Bem-Estar Social, em que buscava um equilíbrio entre as classes e um capitalismo mais humanizado, “sua política se assentou fundamentalmente na massa organizada, nos sindicatos e num partido político, o PTB, um partido de composição operária” (Bandeira, 1978, p. 28). Portanto, era um partido de reformas populares, não populista.

O conceito de populismo está presente não apenas em nossa tradição acadêmica na área de História ou Ciências Sociais, mas faz parte da cultura política de nosso país. Para nossa compreensão sobre o populismo, utilizamos os estudos das historiadoras Angela de Castro Gomes (2001) e Maria Helena Capelato (2001). Angela de Castro Gomes pesquisa a trajetória do conceito na produção acadêmica de História, a partir do recorte temporal da década de 1950 até os dias atuais. Em sua investigação, a autora afirma que uma das primeiras formulações sobre o conceito de populismo surgiu em 1952, a partir das discussões do Grupo de Itatiaia.

Para este grupo, o populismo seria uma manifestação do contexto geral de ruptura de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial e serviu como uma categoria explicativa para o golpe militar de 1964, que ocorreu devido ao esgotamento da experiência populista, portanto, da década de 1930 a 1964 o Brasil viveu um ciclo populista, de acordo com tal interpretação. O mais importante teórico do fenômeno populista pertenceu ao grupo: Francisco Weffort com a obra *Raízes sociais do populismo em São Paulo*, publicado em 1965 (Gomes, 2001).

Ainda com base nos estudos da historiadora, ela escreve que nas formulações de Weffort sobre o populismo há uma relação entre o líder carismático e as massas populares com base na noção de tutela e controle sobre elas, além de destacar a relação

entre uma força ativa e outra passiva:

Há o desenho de uma relação em que um dos termos é concebido como forte e ativo, enquanto o outro é fraco e passivo, não possuindo capacidade de impulsão própria por não estar organizado como classe. As massas ou setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeitos nesta relação política, mas sim como destinatários/objetos a que se remetem às formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças) (Gomes, 2001, p. 35).

Portanto, o populismo apresenta as massas trabalhadoras como manipuláveis, tal como destaca Jorge Ferreira:

Coptados, manipulados, iludidos e amedrontados com as perseguições da Polícia Especial, os assalariados, após 1945, não teriam conseguido livrarse das amarras ideológicas tecidas na época anterior: cerceados em suas lutas pela manutenção da legislação corporativista e a tutela estatal dos sindicatos, traídos com a atuação dos pelegos sindicais e confundidos politicamente com as lideranças populistas, as mais antigas como Vargas, as mais recicladas como Goulart (Ferreira, 2001, p. 62).

O historiador define populismo como herdeiro do “clientelismo” da Primeira República que, após 1930, “teria dado continuidade a uma relação desigual entre Estado e sociedade e, em particular, entre Estado e classe trabalhadora.” (Ferreira, 2001, p. 61).

Na década de 1980 o populismo como categoria explicativa da realidade brasileira foi se tornando alvo de críticas que destacavam suas insuficiências. Angela de Castro Gomes passa a utilizar o termo “trabalhismo” como forma de atribuir às massas populares o papel de sujeitos, “que realizam escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades” (Gomes, 2021, p. 44).

Podemos dizer que, com o advento do Estado Novo (1937-1945), o populismo se consolida como política ideológica do governo, uma ideologia pautada no corporativismo e na colaboração entre as classes, no aparelhamento e controle de sindicatos submetidos ao Ministério do Trabalho, típico de regimes fascistas. Muitos estudiosos do fenômeno populista no Brasil e na América Latina destacam as comparações entre o populismo nos ‘países periféricos’ e o fascismo nos países de capitalismo central. De fato, consideramos que tais aproximações podem nos ajudar a compreender o populismo como ideologia

Maria Helena Capelato afirma que o surgimento do fenômeno populista, na América Latina, está dentro de um contexto de crise do liberalismo e da democracia,

após a Revolução Russa de 1917:

Nesse contexto, o antiliberalismo ganhou terreno, e a integração política das massas foi indicada como solução capaz de evitar a revolução popular. A extrema-direita era favorável a um regime autoritário comandado por um líder forte, capaz de evitar o avanço do comunismo. (Capelato, 2001, p. 128).

É neste contexto que surgem interpretações favoráveis a um Estado forte e intervencionista, nos moldes dos regimes fascista italiano e nazista alemão na América Latina, tal como o varguismo, o peronismo e o cardenismo (Capelato, 2001). O populismo pode ser interpretado como uma reação da burguesia à resistência e luta das massas trabalhadoras dentro de um contexto maior: o do advento da Revolução Russa e das lutas de libertação nacional nos países da Ásia e da África.

É o período histórico em que a burguesia, mundialmente, perde o seu potencial revolucionário de outrora e passa para o campo da contra revolução, temerosa que se tornara após a vitória de uma revolução proletária. O fascismo assume, portanto, um caráter populista na América Latina (Sodré, 1967).

A narrativa populista, portanto, coloca as massas trabalhadoras como passivas, incapazes de pensar por si mesmas. Concordamos com o autor quando ele afirma que não comprehende o período de 1930 a 1964 como populista, acreditamos que o populismo, como expressão ou categoria explicativa para entendermos as relações entre o Estado e as classes trabalhadoras durante esse período particular da história política brasileira, precisa ser superado nos livros didáticos, pois o populismo foi “uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada e, portanto construída, para explicar essa mesma política” (Ferreira, 2001, p. 64).

Costuma-se reduzir a história das massas trabalhadoras no nosso país, principalmente com a ascensão de Vargas ao poder, como joguete nas mãos das classes dominantes. No entanto, ao longo de toda a primeira metade do século XX, o Brasil torna-se palco de mobilizações camponesas que sacodem o país. As décadas de 1950 e 1960, particularmente, como já vimos, foi um período de intensa efervescência política, marcado por muitas experiências democráticas que visavam ampliar a participação popular.

Debates como a industrialização brasileira, a reforma agrária, democratização da educação e cultura, por exemplo, não estavam restritos aos espaços acadêmicos,

pelo contrário, expandiam-se dentro dos movimentos populares, estudantis, sindicais e partidos políticos; o Brasil fervia em lutas populares. Portanto, cabe questionar: a quais setores da sociedade interessa a narrativa populista de manipulação dos trabalhadores rurais e operários, que abandonam suas propostas radicais por “algumas leis de proteção social” em troca de obediência política?

Concordamos, portanto, com Jorge Ferreira, quando ele afirma que a experiência democrática de 1946-64 é um laboratório rico em exemplos para que os alunos compreendam o exercício da cidadania e os valores democráticos para além da concepção de manipulação e ilusão populista (Ferreira, 2009, p. 410). A partir das reflexões propostas neste capítulo, podemos questionar tais narrativas cristalizadas nos livros didáticos como pertencentes a uma historiografia mais tradicional e conservadora.

Em uma análise a partir da tendência epistemológica da pesquisa em livros didáticos, podemos dizer que a historiografia que a narrativa populista privilegia é a trajetória dos chefes de Estado, da formação da nação etc. e, também, dentro de uma perspectiva da História Política Tradicional, que remonta ao século XIX, e que destaca “a história dos “grandes homens de Estado”, da formação dos Estados nacionais, os fatos militares e diplomáticos” (Rémond, 2003, p. 17), como destaca Jorge Ferreira, “não é rara a redução de processos sociais complexos à vontade de um único indivíduo, em abusiva personalização da história.” (Ferreira, 2009, p. 392).

A narrativa populista é uma narrativa conservadora ao persistir na interpretação de massas populares passivas e enganadas. Este capítulo propõe superar a narrativa do populismo nos livros didáticos, bem como outras interpretações esquemáticas e simplificadoras que ainda persistem neles. Nesse sentido, analisamos cinco livros didáticos de História do 9º ano do Ensino Fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Tivemos dificuldades em conseguir livros didáticos, nessa busca fomos atrás do depósito de livros didáticos da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Luís (MA) e, curiosamente, eles não guardam livros antigos no depósito. Analisamos, portanto, o livro que está em circulação nas escolas municipais da cidade atualmente, dois já em desuso que recolhi nas casas de amigos e dois que consegui acesso virtualmente.

São eles a coleção *Para viver juntos*, organizado por Ana Lúcia Lana Nemi,

que esteve em circulação entre os anos de 2011 a 2013; o livro de História organizado por Gilberto Cutrim pela Editora Saraiva em de 2020 a 2023; a coleção *Estudar História: Das origens do homem à Era Digital*, organizado por Patrícia Ramos Braick e Anna Barreto, pela Editora Moderna e lançado em 2018; o livro do Projeto Araribá Mais História, também organizado pela Editora Moderna, com a participação de Ana Claudia Fernandes como editora responsável, também lançado em 2018 e, por fim, o livro História.doc, 9º ano, organizado por Ronaldo Vainfas e que está em circulação nas escolas municipais de São Luís (MA) de 2024 a 2027.

O livro didático *Historiar* (2020 a 2023), publicado pela Editora Saraiva, foi organizado por Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues. Na apresentação do livro, os autores informam que o conteúdo do livro dialoga com a história social e que irá abordar temas ligados ao cotidiano e priorizar o protagonismo de sujeitos históricos outrora marginalizados nos livros didáticos: mulheres, indígenas, afrodescendentes etc. Ao tratar dos anos de 1946 a 1964, os autores intitulam o capítulo de *Democracia e populismo*, porém, não se preocupam em conceituar o que é populismo.

Em nenhum momento durante o capítulo, menciona-se a palavra populismo. Em cada página há o chamado texto-base, no texto-base da página 138, intitulado *Governo Vargas (1951-1954)*, os autores escrevem sobre a campanha “O petróleo é nosso” e caracterizam o governo Vargas como nacionalista com uma política trabalhista, mas não tem glossário explicando o que significam tais conceitos. Este exemplo indica o caráter muitas vezes inconsistente e/ou superficial dos livros didáticos que, devido a sua própria natureza, ao utilizar uma linguagem que seja “não só acessível a um público pouco heterogêneo e de fácil assimilação, mas, também, capaz de sintetizar muitas informações” (Bittencourt, 2008, p. 314).

Tal condição pode levar os livros didáticos a uma imprecisão nos conceitos ou, também, ao descuido de utilizar algum conceito ou categoria explicativa de uma determinada área de conhecimento sem destacá-lo e explicá-lo. Além disso, no texto-base em questão, apesar de mencionar a campanha “O petróleo é nosso”, não há destaque para as grandes mobilizações que aconteceram em torno da campanha, nem do papel dos grupos nacionalistas e do P.C.B.

No subtítulo “Urbanização e desigualdades regionais”, dentro do texto-base

Governo Juscelino (1956-961), não há qualquer menção ao surgimento das Ligas Camponesas, menciona o êxodo rural que, “no período de 1950 e 1960, por exemplo, cerca de 1 milhão de pessoas que viviam na região Nordeste migraram para a cidade de São Paulo, em busca de emprego e melhores condições de vida” (Cotrim, 2019). Porém, ocultam-se conflitos agrários e mobilizações camponesas.

As Ligas Camponesas vão aparecer timidamente ao tratar do governo Goulart, “marcado por mobilizações sociais, como a dos estudantes **ligados** à União Nacional dos Estudantes (UNE), dos operários **ligados** à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a dos camponeses **ligados** às Ligas Camponesas. Os camponeses, por exemplo, não tinham garantido seus direitos de cidadãos, como acesso a aposentadoria, escolas e serviços de saúde” (COTRIM, 2019). Não houve espaço, no livro didático, para as disputas entre forças políticas pela direção dos camponeses, por exemplo. Não há menção ao P.C.B ou a Igreja Católica. Fala-se em mobilização social, mas a imagem escolhida para compor o texto-base é uma fotografia de João Goulart ao lado de outros políticos:

IMAGEM 1: GOVERNO GOULART



Auro de Moura Andrade entrega a João Goulart a lei, promulgada pelo Congresso, que revogava o parlamentarismo. Brasília (DF). Fotografia de janeiro de 1963.



Governo Goulart (1961-1964)

O governo Goulart foi marcado por mobilizações sociais, como a dos estudantes ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE) e à Juventude Universitária Católica (JUC), dos operários ligados à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a dos camponeses ligados às Ligas Camponesas. Os camponeses, por exemplo, não tinham garantidos seus direitos de cidadãos, como acesso a aposentadoria, escolas e serviços de saúde.

Fonte: (COTRIM, Gilberto. 2018, p. 142)

Na seção *De volta ao presente*, que fecha o capítulo, não há menção a questão das lutas sociais no campo, a leitura de todo o capítulo também não indica que as Ligas Camponesas surgiram durante o governo JK. Novamente está evidenciada a ausência dos trabalhadores rurais como parte significativa da história política do país:

IMAGEM 2: DE VOLTA AO PRESENTE

De volta ao **presente**

Grandes questões

No Brasil contemporâneo, existem grandes questões sociais e econômicas que retomam assuntos debatidos durante o governo de Getúlio Vargas e o de Juscelino Kubitschek, entre eles: direitos dos trabalhadores, nacionalismo econômico, abertura ao capital estrangeiro e presença do Estado nas atividades produtivas.

Atividade

- Em grupo, pesquisem e analisem notícias atuais que abordem algumas das questões citadas no texto.

Fonte: (COTRIM, Gilberto. 2018, p. 142)

O livro organizado por Ana Lúcia Lana Noemi, da coleção *Para viver juntos* também tem foco na História Social. O capítulo analisado intitula-se *Populismo na América Latina*, diferente do livro anterior, este apresenta definições sobre populismo, no módulo 1, *O populismo latino-americano*, a autora afirma que nos governos populistas, os trabalhadores urbanos conquistaram maior participação política e as classes dominantes exerceram grande controle sobre a classe operária.

Além disso, conclui “a esse mecanismo de favores mútuos na política institucional denomina-se populismo” (Nemi, 2009). Ao escrever sobre a campanha “O petróleo é nosso”, no entanto, a autora destaca o papel dos grupos nacionalistas e do P.C.B. As Ligas Camponesas são citadas no desenvolvimento do conteúdo sobre o governo JK ao escrever sobre as contradições de um governo que se industrializava e crescia economicamente e, por outro lado, aumentava a desigualdade social: “Por esses motivos, vários segmentos sociais se opuseram ao governo JK. Os movimentos sociais, como as Ligas Camponesas, reivindicavam reforma agrária”.

Em outro módulo, para explicar o advento do golpe militar de 1964 e seus antecedentes, a autora dá o nome ao módulo como *O colapso do populismo no Brasil*. Percebe-se, neste livro didático, a desatualização sobre os debates mais recentes no meio acadêmico em relação às críticas das narrativas populistas. O livro incorre no erro descrito por Ângela de Castro Gomes anteriormente: o golpe militar acontece devido ao esgotamento da experiência populista.

Ao mesmo tempo, a autora parece ver com bons olhos a categoria populismo, pois afirma que “os grupos conservadores temiam a participação política dos setores populares”. Tal confusão diz respeito às contradições inerentes ao próprio conceito, que não dá conta de analisar aqueles anos corretamente.

Os dois livros didáticos de História lançados pela Editora Moderna em 2018 representavam um avanço em relação aos dois primeiros livros analisados pelo esforço em tentar imprimir nas páginas dos livros o contexto de lutas sociais que caracterizaram as décadas de 1950 e, principalmente, de 1960. A coleção *Estudar História: Das origens do homem à Era Digital*, das autoras Patrícia Ramos Braick e Anna Barreto, utiliza os aportes teóricos da História Social e Cultural.

Percebe-se a preocupação em caminhar entre as duas linhas de História em um capítulo completamente dedicado aos movimentos sociais e culturais da década de 1960, há um esforço em reconstituir as mobilizações estudantis no Brasil em diálogo com os movimentos de contracultura nos EUA, bem como as manifestações na França em 1968. Ainda que não mencione as Ligas Camponesas no subcapítulo sobre o governo Juscelino Kubitschek, as autoras tiveram a preocupação em escrever sobre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a questão das desigualdades regionais, sobretudo no campo.

No subcapítulo sobre o Governo João Goulart, tem um box ‘Saiba mais’ exclusivo para explicar as Ligas Camponesas. Intitulado *Os movimentos rurais: ontem e hoje*, as autoras estabelecem uma relação entre as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para demonstrar a continuidade da luta dos trabalhadores rurais.

O segundo livro da Editora Moderna analisado, do Projeto Araribá Mais História, opta por caracterizar os anos que vão de 1945 a 1964 como de ‘experiência

democrática', escreve que foram anos de acalorado debate sobre projetos de desenvolvimento para o país e de radicalização política. Os dois livros não mencionam o conceito de populismo, portanto, assumem uma postura mais crítica e atualizada com relação ao conceito.

Além disso, há um maior destaque para as mobilizações no campo, no subtítulo sobre o governo Jango tem o subtópico *A mobilização popular e as Ligas Camponesas* em que destaca o papel que os sindicatos de operários e a União Nacional dos Estudantes (UNE) tiveram no governo João Goulart.

Sobre as Ligas Camponesas, a autora apresenta como um fator importante de base social de apoio ao governo Jango, ainda que a informação não seja completamente verdade, o espaço que as Ligas Camponesas tem no capítulo evidencia um avanço: a autora procura relacionar o golpe militar de 1964 com o crescente avanço das lutas camponesas na busca por democratização do acesso à terra.

O último livro analisado, *História.doc*, está em circulação nas escolas municipais de São Luís. Este livro tem como autores Ronaldo Vainfas e Jorge Ferreira, ambos professores universitários. Ainda na apresentação, os autores preocupam-se em romper com a história de chefes de Estados e datas canonizadas, “muitos assuntos são contados do ponto de vista individual, seja de um personagem ilustre, como um rei, seja de uma pessoa comum, um camponês ou um escravizado” (Vainfas, 2023).

Há um esforço em romper, também, com a narrativa populista, o capítulo que cita as Ligas Camponesas chama-se *Democracia e desenvolvimentismo no Brasil (1946-1964)*: “Mas nem tudo corria tranquilamente. No nordeste brasileiro, os trabalhadores rurais eram duramente explorados pelos grandes proprietários de terras. Em Pernambuco, eles se organizaram nas Ligas Camponesas exigindo melhores condições de vida e terra para trabalhar” (Vainfas, 2023). O livro didático limita o alcance das Ligas Camponesas ao localizar sua atuação apenas em Pernambuco.

E, ainda, cabe destacar que, nos três últimos livros, que apresentam as Ligas Camponesas, menciona-se apenas a figura de Francisco Julião como liderança, ao não apresentar outras lideranças, inclusive, camponesas, reforça-se uma atitude paternalista perante a ação das massas populares.

Por outro lado, o livro destaca o acirramento das disputas políticas, no capítulo

sobre o governo João Goulart, há um subtítulo com o nome *A radicalização política* que destaca as mobilizações estudantis e operárias, a participação das esquerdas em torno das reformas de base. Além disso, as imagens escolhidas para compor o conteúdo apresentado destacam mobilizações de massas populares, a exemplo da fotografia a seguir que é um registro do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas ocorrido em Belo Horizonte (MG) em 1961 ao apresentar o governo Goulart:

IMAGEM 3: O governo João Goulart

Sucessor o cargo de presidente da ...

O governo João Goulart

O maior objetivo do governo de João Goulart era conseguir aprovar as chamadas "reformas de base". As principais reformas eram: a agrária, a urbana, a tributária, a administrativa, a bancária e a universitária. Também estavam contemplados o direito de voto aos analfabetos, o controle do capital estrangeiro e a estatização de empresas importantes para o desenvolvimento do Brasil.

Goulart viajou aos Estados Unidos e encontrou-se com o presidente estadunidense John Kennedy. O governo dos Estados Unidos e o FMI exigiram que o país adotasse uma política econômica similar à dos tempos de Jânio Quadros, que resultaria em falências de empresas e desemprego. O presidente não aceitou as imposições.

Em pouco tempo, líderes de partidos políticos, sindicalistas e militares ficaram insatisfeitos com o regime parlamentarista. O Congresso Nacional aprovou a convocação de um plebiscito sobre o sistema de governo. A maioria popular votou pelo retorno do regime presidencialista. Em janeiro de 1963, João Goulart começou a governar o Brasil com **prerrogativas** presidenciais.

Prerrogativa: direito, atribuição, privilégio.



No I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em Belo Horizonte (MG), a maior exigência era a realização imediata da reforma agrária. Fotografia de novembro de 1961.

206

(Fonte: VAINFAS, Ronalo; FERREIRA, Jorge. 2023, p. 206)

Na seção *Ler documentos*, em que o livro apresenta variadas fontes históricas para que o aluno compreenda o ofício do historiador, há um discurso de João Goulart

no Comício da Central do Brasil em que o presidente à época discursou sobre a necessidade da reforma agrária. E, ainda, na seção *Imagens contam a história*, os autores escolhem fotografias de mobilizações da UNE defendendo Cuba contra uma possível “*invasão dos Estados Unidos*” e pede que os alunos comentem sobre a radicalização política presente na época:

IMAGEM 4: Imagens contam a história

Imagens contam a história

As fotografias a seguir mostram duas manifestações políticas. A primeira é de estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), defendendo Cuba de uma possível invasão militar dos Estados Unidos. A segunda é de um cartaz elogiando o presidente estadunidense John Kennedy, na época em que anunciou o bloqueio a Cuba em consequência da crise dos mísseis soviéticos.



Hulton Archive/Keystone/Getty Images

Bettmann Archive/Getty Images



Manifestação organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro (RJ), protesta contra a possibilidade de invasão de Cuba pelos Estados Unidos. Fotografia de c. 1956.

Cartaz manifesta apoio ao presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, no Rio de Janeiro (RJ), em 1962, no contexto da crise dos mísseis com Cuba.

As duas fotografias revelam a radicalização política da época.

- Os cartazes fazem referências diretamente à Revolução Cubana e, mais indiretamente, à Guerra Fria. Relacione esses eventos com o processo de radicalização política ocorrido no Brasil durante o governo de João Goulart. [Leia a resposta neste Manual do Professor.](#)

O passado presente

Em março de 2024, o golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart fez 60 anos.

O golpe segue sendo bastante discutido, debatido e avaliado criticamente. Congressos em universidades e instituições de pesquisa, livros e pesquisas de historiadores seguem avaliando o golpe e suas repercussões. Isso demonstra que aquele acontecimento ainda incomoda a sociedade brasileira.

- Forme um grupo com três ou quatro colegas. Debatam a seguinte questão: Por que o golpe civil-militar de 1964, ocorrido há mais de 60 anos, ainda recebe tanta atenção da sociedade brasileira? [Leia as orientações para a atividade neste Manual do Professor.](#)

213

(Fonte: VAINFAS, Ronalo; FERREIRA, Jorge. 2023, p. 213)

No entanto, em todos os livros didáticos, apesar dos esforços, principalmente do último livro analisado, persiste a história personalizada em um único indivíduo ou em fenômenos ou agentes da História Econômica – os Chefes de Estado, a

industrialização, o desenvolvimento, as disputas entre as classes dominantes quando são dedicados pequenos boxes para as lutas políticas das massas populares.

Nesse sentido, é válida a indagação de Helenice Rocha, “que raciocínios, valores e formas de ver o mundo, e de instituí-lo, o texto dos livros mobiliza à medida que é acessado pelo aluno, em situações escolares ou não?” (Rocha, 2020, p. 91- 92). Portanto, para a autora, o aspecto formativo do conhecimento escolar envolve sempre seleção de conhecimentos de interesse de segmentos sociais em disputa.

Através dos livros didáticos não conseguimos reconstituir as lutas das Ligas Camponesas, não há sequer menção às suas principais lideranças. A disposição dos conteúdos faz parecer que as lutas camponesas não constituem um aspecto importante da história política do nosso país. Nesse sentido, cabe a reflexão de Choppin (2004) ao afirmar o livro didático não é apenas um espelho da realidade, mas é capaz de modificá-la onde conflitos sociais ou violências contra determinados grupos podem ser silenciados:

A imagem de uma sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, e possui como característica comum apresentar a sociedade mas ao modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático gostariam que ela fosse, do que como ela realmente é. Os autores de livros didáticos, afinal, não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente” (Choppin, 2004, p. 557).

3.2 Ensino de História e Memória: As Ligas Camponesas (1955-1964)

Para compreendermos o apagamento da história das Ligas Camponesas nos livros didáticos que encontram suas motivações na persistência da narrativa populista neles contida, dito de outra forma, da ausência da ‘experiência democrática brasileira de 1946-1964’ lançamos mão das reflexões sobre memória e ensino de História a partir de Oliveira (2013) em seu artigo sobre memória, texto historiográfico e ensino de História; Elizabeth Jelin (2001), em suas reflexões sobre as lutas políticas em torno da memória e, por fim, Huyssen (2014) ao escrever sobre os usos e abusos do esquecimento.

Oliveira escreve sobre as transformações da abordagem em relação ao texto historiográfico percebido como uma operação discursiva carregada de dimensão simbólica, rompendo com a cristalização de um texto historiográfico dotado de

neutralidade científica. Em seguida a autora faz uma relação entre o texto historiográfico e o ensino de História. Para ela, a reflexão em torno do ensino compartilha dos mesmos pressupostos e procedimentos da investigação acerca da historiografia, “tornava-se imprescindível compreender ensino e escrita como instâncias articuladas em um mesmo processo de produção do conhecimento histórico” (Oliveira, 2013, p. 140-41).

As reflexões de Oliveira nos levam a interpretar os livros didáticos no ensino de História como lugares de memória. Na mesma linha argumentativa, Bittencourt argumenta sobre a função dos livros didáticos no processo de criação e cristalização de uma memória, mas nos alerta que tal função é exercida na medida em que os livros didáticos servem como “veículo de reprodução de uma historiografia responsável pela produção dessa mesma memória”, e não de forma isolada (Bittencourt, 2008, p. 304).

Portanto, estamos de acordo com Oliveira, quando a autora escreve que é possível “situar o ensino da história entre os usos sociais do passado, considerando também a dimensão política subjacente a esses usos, bem como as suas vinculações ao trabalho da memória coletiva e aos mecanismos da sua reprodução” (Oliveira, 2013, p. 141).

Para além das considerações já feitas, no primeiro momento, acerca da pesquisa em livros didáticos, temos agora uma abordagem que coloca o livro didático como lugar de memória, reproduutor de memória. Portanto, nesse segundo momento, propomos alguns questionamentos sobre a ausência das Ligas Camponesas nos livros didáticos e ensino de História. Dos cinco livros didáticos analisados, apenas o Projeto Araribá da Editora Moderna, que circulou de 2011 a 2013, aborda a questão das Ligas Camponesas, o mais recente, que vai até esse ano, só toca na questão agrária ao abordar as Reformas de Base de João Goulart e sequer cita as Ligas.

No único livro que aborda as Ligas Camponesas temos somente dois parágrafos escritos dentro de um subtítulo intitulado ‘Reformas sociais no campo’. O curioso da narrativa do livro é que ela continua a reforçar a ideia de classes populares submissas, é a história das Ligas Camponesas a partir da atuação de Francisco Julião, em um tom abertamente paternalista, teria sido ele o fundador das Ligas.

Se voltarmos às reflexões de Rocha, veremos que ela afirma um ponto muito importante a ser destacado neste artigo ao escrever que temas específicos ressignificam o contexto de todo o livro, “mudanças na estrutura narrativa de um tema

– por exemplo, a colonização – devido a transformações sociais associadas a diferentes visões sobre o passado, têm um impacto sobre a função e o significado de todo o conjunto de narrativas. Algumas narrativas específicas desaparecem, enquanto outras "histórias secundárias" anteriores são enfatizadas." (Rocha, 2020, p. 98).

Ou seja, ao tomar como temática as Ligas Camponesas para abordar a experiência democrática anterior ao golpe militar de 1964, temos condição de ressignificar todo o livro didático, pois estaremos recuperando e valorizando a experiência de homens e mulheres na luta pela democratização do acesso à terra nos anos 50 e 60 do século XX.

Homens e mulheres que desenvolveram práticas de lutas e resistências que, como dito anteriormente, fogem da narrativa reducionista do populismo. Bittencourt também nos alerta sobre a sacralização de alguns conteúdos que constituem “os nós explicativos de todo o processo histórico” (Bittencourt, 2008, p. 304), tais como a Proclamação da República e ‘Revolução’ de 30 e sobre a necessidade de propor abordagens que não girem em torno dos mesmos consagrados fatos.

Rocha também se utiliza do conceito de *memórias multidireccionais* que “demonstram como a atuação de lutas por direitos de memória pode produzir narrativas [nos livros didáticos] que vão em outra direção, que não as estabelecidas pela tradição” (Rocha, 2020, p. 98). Nos interessa a preocupação da autora em relação às discussões sobre memória e usos sociais do passado no ensino de História por meio do livro didático.

Em seus estudos sobre a memória, Jelin escreve que o passado tem um sentido ativo, ele não é estático. As transformações sobre as representações do passado no presente passam por conflitos e lutas, “actores y militantes usan el pasado, colocando en la esfera pública de debate interpretaciones y sentidos del mismo. La intención es establecer/convencer/transmitir una narrativa, que pueda llegar a ser aceptada.” (Jelin, 2001, p. 39).

Ao abordamos a história de camponesas e camponeses na sua luta secular contra o monopólio a terra e pôr em destaque o campo brasileiro marcado por profundas desigualdades provocadas pela existência do latifúndio estamos resgatando as experiências dos sujeitos subalternos que se contrapõem às narrativas hegemônicas no espaço escolar.

Ao estudarmos sobre memória se torna impossível não escrever sobre os processos de construção e formalização das memórias:

¿Quiénes son esos actores? ¿Con quiénes se enfrentan o dialogan en ese proceso? Actores sociales diversos, con diferentes vinculaciones con la experiencia pasada —quienes la vivieron y quienes la heredaron, quienes la estudiaron y quienes la expresaron de diversas maneras— pugnan por afirmar la legitimidad de su verdad. Se trata de actores que luchan por el poder, que legitiman su posición en vínculos privilegiados con el pasado, afirmando su continuidad o su ruptura. En estos intentos, sin duda los agentes estatales tienen un papel y un peso central para establecer y elaborar la historia / memoria oficial” (Jelin, 2001, p. 40).

Trata-se do caráter social da memória aqui discutido, da seletividade e negociações políticas em torno da memória. No entanto, Huyssen destaca que o esquecimento revela estratégias tão complexas quanto as da memória, o autor escreve que o esquecimento está no campo de fenômenos tais como o silêncio, o apagamento, a ausência de comunicação, a desarticulação (Huyssen, 2014, p. 31). Nesse sentido, podemos nos perguntar sobre a ausência da questão agrária e das lutas sociais no campo nos livros didáticos.

Silva escreve que o golpe militar de 1964 tinha como um dos principais objetivos enfraquecer os movimentos de luta pela terra que se constituíam como uma ameaça à segurança nacional:

Assim, em 30 de novembro de 1964, é aprovada, no Congresso Nacional, a Lei 4.501, que criava o Estatuto da Terra. Para garantir que o Estatuto da Terra saísse do papel, são criados dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA). O fato é que, através dessa lei, estabelece-se no país um projeto de Reforma Agrária mais ligado à vertente do “desenvolvimento agrícola” (modernização dos latifúndios e desenvolvimento da agricultura) favorecendo os interesses dos grandes latifundiários. [...] O Estatuto da Terra junto ao Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, teria o papel fundamentalmente ideológico que os militares necessitavam para alimentar o discurso de se realizar uma reforma agrária pela justiça social e sem a influência das “ideias vermelhas (Silva, 2014, p. 44-45).

A ditadura militar constituiu-se em um período da história brasileira de intensa repressão aos movimentos camponeses. Interessante destacar a afirmação de Martins (1981) de que, nos primeiros anos da República, o campesinato será a única classe a ter experiências diretas de confronto com o Exército nacional. Portanto, quando pensamos em quais são os atores ou setores da sociedade interessados em reproduzir determinada memória acerca da experiência democrática que antecedeu o golpe militar

de 1964 e mobilizou milhares de camponeses na luta pela reforma agrária, podemos ter um indicativo da resposta.

Nesse sentido, Pablo Porfirio destaca o significado e importância do movimento Ligas Camponesas, pois ele representa “a “conflitividade social” na luta por uma mudança na estrutura agrária e social do Brasil, importante para se entender a construção de um Estado autoritário a partir de 1964” (Porfirio, 2020, p. 79):

A mobilização política dos trabalhadores rurais era protagonista naquele cenário e, apesar disso, uma parcela dos estudos que analisou o golpe de 1964 e aquele momento político tenderam a situar as Ligas Camponesas e seus personagens como simples coadjuvantes (Porfirio, 2020, p. 80).

Aos nos referimos a esses fatos consagrados pela historiografia, como mencionado anteriormente, tais como a Proclamação da República, a Revolução de 30, a Era Vargas entre outros tão presentes nos livros didáticos, estamos nos referindo ao que Jelin coloca de *memória oficial*, da ideia de que é preciso construir uma identidade nacional:

En los procesos de formación del Estado, en América Latina a lo largo del siglo XIX, por ejemplo, una de las operaciones simbólicas centrales fue la elaboración del gran relato de la nación. Una versión de la historia que, junto con los símbolos patrios, monumentos y panteones de héroes nacionales, pudiera servir como nodo central de identificación y de anclaje de la identidad nacional. ¿Para qué sirven estas memorias oficiales? Son intentos más o menos conscientes de definir y reforzar sentimientos de pertenencia, que apuntan a mantener la cohesión social y a defender fronteras simbólicas (Jelin, 2001, p. 40).

No processo de construção de uma memória nacional e de formação da nação, buscou-se colocar os camponeses como retrógrados, atrasados. Não havia espaço para as lutas sociais no campo em um país que se modernizava e se industrializava. Não interessa mostrar a profunda desigualdade social no campo, as violências sistemáticas e centralidade que tem a figura do latifundiário no cenário político e econômico do país como perpetrador de tais desigualdades.

3.3 O produto técnico-tecnológico

Um dos objetivos da nossa pesquisa foi produzir um paradidático que visa

proporcionar uma abordagem da “experiência democrática” vivida nesses anos a partir das mobilizações das Ligas Camponesas. Bittencourt (2008) escreve que a produção didática brasileira tem visto uma vasta produção de paradidáticos em razão da extensa e diferenciada população escolar, assim, os paradidáticos nos possibilitam abordar temáticas que as narrativas hegemônicas presentes nos livros didáticos dificultam.

O nosso paradidático tem como horizonte, portanto, promover uma ressignificação do saber escolar a partir de um recorte temático que é o da experiência das Ligas Camponesas. Nosso interesse é abordar a questão agrária brasileira no espaço escolar, compreender a história da luta pela terra como parte indissociável da história política do nosso país e problematizar a ausência das lutas camponesas em sala de aula.

Circe Bittencourt (2008) define os materiais didáticos em duas categorias: suportes informativos e documentos. Enquanto os documentos são produções sem intenções didáticas pré-definidas, os suportes informativos são elaborados com o intuito de serem utilizados com fins educacionais, “os suportes informativos são aqueles materiais produzidos especificamente para comunicar elementos do saber das disciplinas escolares” (Thomson, 2016, p. 29).

O paradidático, de acordo com a definição apresentada, se insere na categoria de suporte informativo, e surge partir da necessidade de refletir sobre as práticas de leitura dos alunos. Entre suas características podemos elencar uma linguagem mais acessível e facilidade para introduzir polêmicas ao sugerir uma temática dentro de um contexto mais amplo.

A possibilidade de propor novas abordagens sobre temas estudados é uma característica importante dos paradidáticos que nos levou a escolhê-lo como produto educacional a ser elaborado. O paradidático auxiliará os alunos e professores do 9º do ensino fundamental. Se verificarmos a BNCC, veremos que “no 9º ano, aborda-se a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, e o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos.” (Brasil, 2018, p. 418).

O produto educacional proposto se insere na unidade temática Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946, dentro das seguintes habilidades exigidas: 1) identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946, e 2) descrever e analisar as relações entre as

transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais (Brasil, 2018, p. 431).

A cartilha foi desenvolvida por meio dos programas de software *Adobe InDesign* e *Adobe Photoshop*. As fontes utilizadas na diagramação do material foram Meethlake Two, Barlow e Yaldevi. Quanto às dimensões, possui largura de 1536 px e altura de 2048 px. Antes de adentrarmos no conteúdo das Ligas Camponesas, traçamos um breve histórico da luta pela terra no país.

Também fizemos um glossário sobre conceitos principais referentes à questão agrária no Brasil, além de uma seção cultural em que revela a efervescência não só política, mas cultural e artística que os anos pré-golpe vivenciaram.

IMAGEM 5: Cartilha das Ligas Camponesas

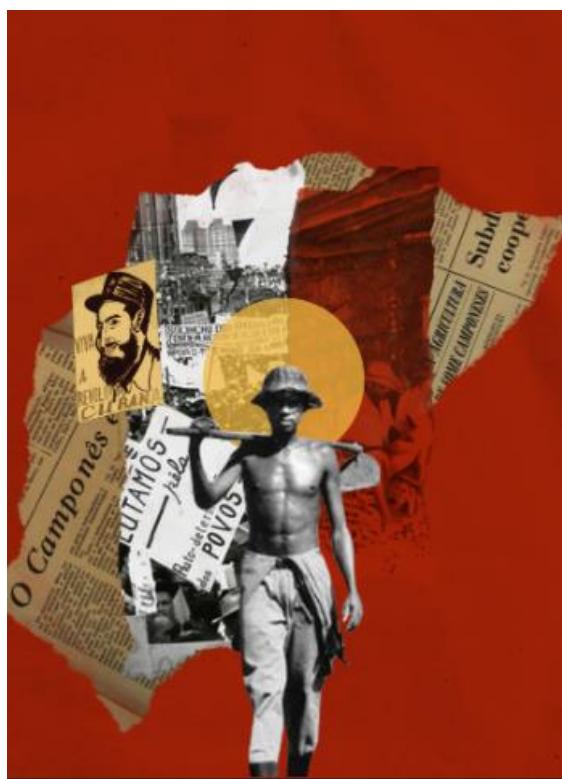
SUMÁRIO	
Apresentação	03
Breve apresentação da luta pela terra no Brasil	05
As Ligas Camponesas (1955-1964)	11
Seção cultural	16
Glossário da questão agrária no Brasil	18
Referências bibliográficas	22

As imagens que compõem o paradidático foram escolhidas para produzir as colagens partiram de excertos do jornal *Liga*, de fotografias de eventos das Ligas Camponesas e de imagens de banco de imagens digitais de acesso aberto.

As imagens foram tratadas e recortadas e, em seguida, combinadas para criar

uma composição visual que remete a fragmentos de jornais antigos. A paleta de cores escolhida também buscou enfatizar essas visualidades de elementos do passado.

IMAGEM 6: Design do produto





Considerações finais

Com o golpe militar de 1964, o discurso em torno da reforma agrária, que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da transformação tecnológica da agricultura tradicional. Juntamente com essas medidas, implementava-se uma grande propaganda em torno de projetos especiais tais como o Programa de integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), o Funrural e grandes empreendimentos dos quais o mais desastroso exemplo foi a construção da Transamazônica. (Medeiros, 1989, p. 84).

Segundo Medeiros, “um dos primeiros atos do novo governo foi anular o decreto que precipitara o golpe militar, referente à possibilidade de desapropriação das terras às margens das rodovias” (Medeiros, 1989, p. 85). Esse decreto refere-se ao decreto de 13 de março de 1964 assinado por João Goulart, por meio da

Superintendência de Política e Reforma Agrária (Supra) que previa “a desapropriação das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União” (Medeiros, 1989, p. 63).

A Supra foi criada em fins de 1962, no governo João Goulart, como reconhecimento da necessidade de intervir na estrutura fundiária do país, resultado das intensas mobilizações sociais em torno das reformas de base. Os militares extinguiram a Supra, que foi substituído por dois órgãos: o Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), diretamente subordinado à Presidência da República, e o Inda (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), ligado ao Ministério da Agricultura.

De acordo com Medeiros, tais mudanças indicavam “a necessidade de modernizar a estrutura agrária e de evitar conflitos no campo, ao mesmo tempo em que se propunham a aumentar a produtividade agrícola e criar uma classe média rural, de perfil empresarial por meio da ‘modernização conservadora’” (Medeiros, 1989, p. 86).

Como vimos, o advento da ditadura militar em 1964 perseguiu até a extinção total todos os núcleos das Ligas Camponesas que haviam em todo Brasil, apesar disso, a necessidade democrática de lutar pela democratização do acesso à terra não arrefeceu. As transformações que o campo brasileiro sofreu nas décadas de 1970, principalmente sob o gerenciamento militar, são marcadas pela introdução do capitalismo no campo que gerou expulsão em massa de camponeses. É nesse contexto que nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento social do campo que reivindica para si a continuidade do legado das Ligas Camponesas.

No Sul do país, considerado o berço do MST, Stédile aponta que o fenômeno da introdução da soja na região agilizou a mecanização da agricultura (Stédile; Fernandes, 2005):

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída - o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. (Stédile; Fernandes, 2005, p. 19).

O MST é fundado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel (PR), onde ocorreu o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesse encontro foram definidos princípios de organização, estrutura do movimento e formas de luta, por isso se considera janeiro de 1984 o ano de fundação do MST.

A defesa do MST é o de Reforma Agrária Popular, isto é, uma reforma agrária que se diferencia das reformas agrárias clássicas capitalistas e se constitui como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista, à concentração de terras, popular porque garante a democratização da terra.

Outro movimento social do campo que se apresenta como herdeiro das Ligas Camponesas é a Liga dos Camponeses Pobres (LCP). Menos conhecida que o MST, a LCP esteve sob os holofotes do Governo Bolsonaro (2019-2022). Em 2021, o ex-presidente fez declarações públicas diretas de ameaça à Liga dos Camponeses Pobres, acusando-a de ser um grupo terrorista. Inúmeras organizações democráticas²⁷ denunciaram a intenção de Bolsonaro de colocar a LCP como guerrilha terrorista para justificar ação das Forças Armadas contra o movimento camponês.

A ação militar em questão tratou-se da autorização de uma operação de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) na Amazônia, sob a justificativa de que as Forças Armadas poderiam cooperar com apoio logístico nas ações dos órgãos civis de fiscalização ambiental para impedir o desmatamento e queimadas ilegais.

A LCP surge após o Conflito de Corumbiara, que ocorreu no dia 9 de agosto de 1995 na fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara na região sul de Rondônia. A prática de atuação da Liga é do corte popular que se insere na linha política de Revolução Agrária, tal qual o movimento defende (Batella, 2021).

A redemocratização brasileira, que teve na Constituição de 1988 um dos seus momentos mais significativos, garante a desapropriação, para fins de Reforma Agrária, de todas as terras que não cumprem sua função social, seja com relação à produtividade, seja com relação à legislação trabalhista e preservação ambiental.

Apesar disso, a existência, hoje, de movimentos sociais do campo que reinvindicam o legado de luta das Ligas Camponesas, diz respeito a permanência das mesmas mazelas sociais que assolam a vida e quem mora e trabalha no rural brasileiro e a negligência do Estado brasileiro em promover efetivamente a reforma agrária.

Em nossa pesquisa, como ponto de partida, houve um esforço em fazer uma conceituação de camponês como classe, pois não só era essa a caracterização que o periódico *Liga* fazia como também era essa a concepção da época e, ainda, porque

²⁷ A notícia intitulada *Bolsonaro inventou guerrilha terrorista em Rondônia para justificar ação de força nacional*, publicada em 11/11/2021 pode ser acessada através do link: <https://racismoambiental.net.br/2021/11/11/bolsonaro-inventou-guerrilha-terrorista-em-ro-para-justificar-acao-da-forca-nacional-diz-procurador/>

sabemos que há outras linhas de interpretação, a exemplo a que caracteriza camponês como modo de vida.

Para além disso, defendemos a atualidade do conceito de camponês como uma importante categoria analítica para compreender a questão agrária, a formação sócio territorial e a luta pela terra no Brasil, pois sabemos e alertamos no desenvolvimento da pesquisa sobre a existência de interpretações que não reconhecem a presença histórica do campesinato ou aqueles que colocam o camponês como um resquício do passado, com pouca relevância no cenário político do país.

Compreendemos as diversas formas que o campesinato assume no Brasil, como o foreiro, o posseiro, agroextrativistas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu e etc., “assim, o campesinato brasileiro é caracterizado a partir de inúmeros status jurídicos, refletindo a heterogeneidade do espaço agrário brasileiro e dos diversos momentos de intensificação da luta pela terra no Brasil.” (Panta; Moreira, 2021 p. 54).

Nossa pesquisa com o jornal teve como norte três eixos: 1) a presença de determinados conceitos ou categorias; 2) frequência com que aparecem determinados conceitos ou categorias; 3) estudo da tendência editorial do jornal. Com isso, conseguimos identificar os ideários das esquerdas pré-1964, suas disputas internas e como se relacionaram com o Governo João Goulart em torno das reformas de base.

Durante a pesquisa com os jornais, também conseguimos identificar, de forma incipiente, disputas internas dentro do jornal entre as lideranças das Ligas Camponesas. Infelizmente, passamos de forma tangencial por essa questão, mas certamente será desenvolvido em pesquisas futuras com mais tempo e dedicação.

Também partimos do conhecimento que tivemos sobre o Brasil pré-1964 nas páginas do *Liga* para questionar a narrativa sobre o viés do populismo que insiste em permanecer nos livros didáticos. Compreendemos que existem interesses de forças políticas preocupadas em obscurecer o rico período de experiência democrática em que o país viveu e, assim, o conteúdo sobre período da ditadura militar que aparece nos livros didáticos não toma a real dimensão do que significou, com efeito até os dias atuais, a interrupção violenta dessa experiência.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. **Estudar História**: das origens do homem à era digital. São Paulo: Moderna, 2018.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jayme. **Historiar**, 9º ano: ensino fundamental, anos finais. São Paulo: Saraiva, 2018.

FERNANDES, Ana Claudia. **Araribá mais**: história. São Paulo: Moderna, 2018.

NEMI, Ana Lúcia Lana. **Para viver juntos**: história. 9º ano. São Paulo: Edições SM, 2009.

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge. **História.doc**: 9º ano. São Paulo: Editora Saraiva, 2022.

JULIÃO, Francisco, “Avança a união operário-campesina”, Liga, 9/10/1962, nº 1, p. 1

“Carta convoca congresso de apoio à Cuba”, Liga, edição de 9/10/1962, p.1

“Terrorismo foi a alma eleitoral do latifúndio” Liga, edição de 9/10/1962, p.5

“Almanaque do camponês”, Liga, edição de 9/10/1962, p. 5

“Situação política”, Liga, edição de 16/10/1962, p.3

“O camponês é camponês”, Liga, edição de 9/10/1962, p.5

“Luta de classes no Brasil (II)”, Liga, edição de 16/10/1962, p.3

“Guia do Camponês”, Liga, edição de 16/10/1962, p.5

“Como organizar uma Liga”, Liga, edição de 6/11/1962, p.3

“Bilhete ao leitor”, Liga, edição de 6/11/1962, p.3

“O plebiscito é briga de gabinete”, Liga, edição de 4/12/1962, p.5

“Situação política”, Liga, edição de 9/12/1962, p.3

“Os camponeses devem resistir à violência Reacionária”, Liga, edição de 18/12/1962, p.4

“Congresso popular de apoio a Cuba não é secreto”, Liga, edição de 18/12/1962, p.4

“Ponto IV intervém direta e abertamente no Brasil!”, Liga, edição de 25/12/1962, p.2

“Reforma agrária sim, plebiscito não!”, Liga, edição de 25/12/1962, p.3

“Os gorilas e o plebiscito”, Liga, edição de 9/1/1963, p.4

“SUDENE, instrumento de ação da Aliança para o Progresso”, Liga, edição de 5/6/1963, p.5

“Do ponto de vista camponês”, Liga, edição de 11/9/1963, p.3; Liga, edição 6-11-1962, 20-11-1962, 11-12-1962, 13/11/1962, 25/5/1963

“Latifúndio: um doente com tumor no cérebro, Liga, edição de 27/11/1962, p. 4

“O plebiscito é briga de gabinete: Não interessa ao povo e só serve para desviar-nos de nosso caminho”, Liga, edição de 4/12/1962, p. 5

“As grandes manobras plebiscitárias”, Liga, edição de 11/12/1962, p. 3

“Consciência revolucionária”, Liga, edição de 9/10/1963

“Do ponto de vista do operário”, Liga, edição de 18/12/1962, p. 2

“Kennedy veio dar ordens a Goulart”, Liga, edição de 25/12/1962, p. 2

“Agentes da DPPS serão educados no Panamá por oficiais ianques”, Liga, edição de 25/12/1962, p. 2

“Informação política”, Liga, edição de 9/1/1963, p. 4

“Pequeno dicionário prático da revolução brasileira”, Liga, edição de 9/1/1963, p. 5

“Confederação camponesa do Peru exige liberdade de seus líderes presos pelos ‘gorilas’ militares”, Liga, edição de 6/3/1963

“Congresso Continental de Solidariedade a Cuba que vai acontecer no Rio de Janeiro”, Liga, edição de 27/03/1963.

“Assistência a criança em cuba: campanha de erradicação da poliomielite”, Liga, edição de 27/03/1963

“ARMAS E EQUIPAMENTOS FORAM FORNECIDOS PELA EMBAIXADA DOS EUA E PONTO IV”, Liga, edição de 15/10/1963.

“O GOLPE ESTÁ NAS RUAS E O POVO NÃO TEM OPÇÃO”, Liga, edição de 4/12/1963

“aliança’ compra rádios para mentir contra nosso progresso,” Liga, edição de 6/05/1963

“Semana política”, Liga, edição de 29/05/1963

“Penetração imperialista no Nordeste”, Liga, edição de 22/05/1963.

Bibliografia

BALMAND, Pascal. A renovação da história política. In: BOURDÉ, G.; MARTIN, R. (org.). **As Escolas Históricas**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

BATELLA, David Batista. **A liga dos camponeses pobres e a luta pela terra no Norte de Minas**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, 2021.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarión S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.) **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 23.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Impressos subversivos**: arte, cultura e política no Brasil (1924-1964). São Paulo, FAPESP, 2020.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Camponês e campesinato**: contribuições teóricas de uma evidência empírica no Brasil. In: NETO, José Leite dos Santos; NETO, Luiz Bezerra; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Orgs.). Trabalho e Educação: Estudos sobre o rural brasileiro. Editora Navegando: Uberlândia-MG, 2017.

CHOPPIN, Alain. História dos livros didáticos e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CRUZ, Heloisa Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do

Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, vi. 35, n.35, dez. 2007. ed. revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudos do PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre, n. 13, 1995.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Formoso e Trombas: luta pela terra e resistência camponesa em Goiás – 1950-1964. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). **História social do campesinato brasileiro - Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Editora Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2001.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, v. 24, nº 47, 2004.

FERREIRA, Jorge. 1946-1964: história que os livros didáticos nos contam. In: BASTOS, Helenice Aparecida Rocha; MAGALHÃES, Marcelo Souza de; GONTIJO, Rebeca (org.). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Civilização Brasileira: RJ, 2003.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O Populismo e sua História**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Angela Castro de. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas “a esquerda brasileira”**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRESPAN, Jorge Luís da Silva. O marxismo de Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos (Org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: EDUSC, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.) **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

HUYSEN, Andreas. **Políticas de memória do nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2001.

KARAWEJCZYK, Mônica. O Jornal como documento histórico: breves considerações. **Historiae**, Rio Grande, v.1, n.3, p. 131-147, 2010.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador**. V. 1 2, N. 1. JAN.-JUN. 2019.

LANER, Izadora Carvalho; FARIA, Rodrigo Santos de. Operação Nordeste: A criação da Sudene como política regional de desenvolvimento e integração nacional. **RPPR**, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 2, maio-agosto de 2019.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira Da. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.) **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LOVATTO, Angélica. ISEB: do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira. **Revista Princípios**, nº 162, jul/out. 2021.

LUCA, Tania Regina De. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Kelyana Silva Da. **Quando a educação é tomada como ato “subversivo”**: a Campanha de Educação Popular – CEPLAR e as Ligas Camponesas na Paraíba. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.

MACHADO, Roniery Rodrigues. **Conflitos Agrários e Direito**: a luta pela terra e a perspectiva do pluralismo jurídico. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito (FD), Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário,

Goiânia, 2017.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. São Paulo: Pólis/Vozes, 1984.

MORAES, João Quartim de. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: MORAES, João Quartim de. (Org). **História do marxismo no Brasil**: Os influxos teóricos. Vol. 02. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos movimentos sociais no campo**. FASE, Rio de Janeiro, 1989.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Civilização Brasileira: RJ, 2003.

MORAES, João Quartim de. Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático. In: SILVA, Marcos (Org). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: EDUSC, 2001.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. **O Brasil republicano** – vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTTA, Márcia Maria Menenes. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terra e direto agrário no Brasil de meados do século XIX. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

MOTTA, Márcia Maria Menenes. **O rural à la gauche**: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996), Niterói: Editora da UFF, 2014.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). **História social do campesinato brasileiro** - Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do

Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. (Comissão Editorial Labur)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. (Comissão Editorial Labur).

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Historiografia, memória e ensino de História: percurso de uma reflexão. **Revista História e Historiografia**, n. 13/dez 2013.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.) **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. Uma breve discussão sobre o campesinato como classe social. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v.15, n.1, 2021.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 3, p. 269-306, 1982.

PERICÁS, Luiz Bernardo (Org). **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. Narrativas sobre o perigo: A desapropriação do Engenho Galileia e as Ligas Camponesas (1959-1964). **Revista Perseu**: História, Memória e Política, N° 1, Ano 1, dez. 2007.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. Uma história das Ligas Camponesas em Pernambuco: passado interditado. In: SAUER, Sérgio (Org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro**: conflitos, repressão e resistência no passado e presente. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. **Terra Livre, Liga e O Nordeste**: o papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-64. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ, 2016.

PRADO Jr, Caio. **A revolução brasileira**: a questão agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRIORI, Angelo. A revolta camponesa de Porecatu. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). **História social do campesinato brasileiro - Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça

e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socio territoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM:** subordinação e resistência camponesa. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013.

RANGEL, Maria Socorro do. **Medo de morte; esperança de vida:** A história das Ligas camponesas na Paraíba. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, SP, 2000.

RÉMOND, Réne (Org). **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. Os comunistas brasileiros na literatura escolar (1922-1996).

In: MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice; RIBEIRO, Jayme Fernandes; CIAMBARELLA, Alessandra (orgs.). **Ensino de História:** usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

ROCHA, Helenice. Linguagem e novas linguagens: pesquisa e práticas no ensino de História. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.). **O ensino de História em questão:** cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada:** o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro:** Os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007.

SANTANA, Filipe Barbosa de. **As Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil:** uma relação entre o campesinato e as dinâmicas socioespaciais da Guerra Fria. UFPE, Recife, 2022.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, nº 7, JULHO/DEZEMBRO, 2005.

SILVA, David Pimentel Oliveira. **A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e a luta pela terra no Nordeste:** contribuição ao estudo sobre o movimento camponês no Brasil. Dissertação – UFS, 2014.

SILVA, David Pimentel Oliveira. **A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e a luta pela**

terra no Nordeste: contribuição ao estudo sobre o movimento camponês no Brasil. Dissertação – UFS, 2014.

SILVA, Jesiel Souza. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, Set.-Dez./2019.

SILVA, Reginaldo José Da. **A Cartilha do Camponês, o Documento “Bença, mãe!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho da Galiléia.** 2015. UFPE. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira.** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SOUZA, Edson Rezende De. O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacionaldesenvolvimentismo na década de 1950. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem.** CESJF, v.1, n.1, p. 147-164, jan./jul. 2010.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. Os paradidáticos no ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infantil/juvenil na atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016.

TOLEDO, Caio Navarro de. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira.** São Paulo: EDUSC, 2001.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (PEI). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano – vol. 3:** O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WELCH, Clifford Andrew. **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas, v.1. Clifford Andrew Welch (Org.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, n. 4, 1985.